

INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA

DM.  
BARR./E.1

MESTRADO EM PSICOLOGIA LEGAL

DISSERTAÇÃO DE TESE

**VINCULAÇÃO E RELAÇÕES DE  
OBJECTO DOS SEM-ABRIGO:  
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

→ 63/48  
→ 108 o MU  
→ 179 o 131

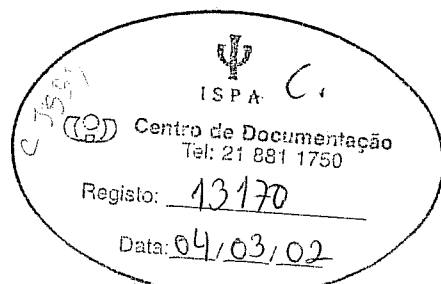
Elias Rato Barreto

**Orientador:** Prof. Dr. Eduardo Sá

**Co-orientador:** DR. ANTÓNIO BENTO



1998/2000



Este trabalho é dedicado aos sem-abrigo, objecto deste estudo.

Um agradecimento especial aos sem-abrigo que colaboraram na investigação, estendido a todos aqueles com quem tenho trabalhado.

Gostaria também de agradecer à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e, em especial, ao Centro de Apoio Social de S. Bento, a oportunidade que concederam à realização deste trabalho.

Ao Professor Eduardo Sá , orientador desta tese, agradeço as suas sugestões, o seu estímulo e a autonomia que me concedeu na elaboração deste trabalho.

Ao Dr. António Bento quero agradecer a sua amizade generosa e a partilha da sua experiência, saber e entusiasmo pelas questões dos sem-abrigo ao longo dos anos. Agradeço também a sua co-orientação e o seu encorajamento para este trabalho.

Agradeço também ao Dr. João Moreira (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação) por ter disponibilizado o Questionário de Estilo Relacional, bem como o apoio que me concedeu.

Ao Dr. Pedro Aleixo e ao Dr. Coelho Rosa agradeço a sua disponibilidade para discutir comigo algumas questões referentes ao instrumento projectivo usado neste trabalho.

Ao Dr. Osvaldo Santos agradeço o seu apoio nas análises estatísticas.

À Dr<sup>a</sup> Cláudia Almeida agradeço as suas sugestões críticas que enriqueceram este trabalho.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho do Centro de Apoio Social de S. Bento e da Equipa de Rua o estímulo e suporte que me concederam.

Um agradecimento final à minha família e amigos que me apoiaram e encorajaram na elaboração desta tese.

<b>Cap. 1- Os sem-abrigo .....</b>	<b>7</b>
O conceito de sem-abrigo.....	7
Pobreza e exclusão social .....	9
Quantos e quem são os sem-abrigo ? .....	13
Factores estruturais e individuais.....	14
Sem-abrigo: um modo de vida? .....	17
A desafiliação .....	20
Os sem-abrigo doentes mentais .....	26
A desinstitucionalização.....	29
O trabalho .....	35
A habitação.....	37
Sem-abrigo: um modo de viver ou e sobreviver? .....	38
<b>Cap. 2- Os sem-abrigo na história e na lei.....</b>	<b>42</b>
"Vagabundagem": de delinquência a um problema social .....	42
<b>Cap. 3 – Os sem-abrigo sob um ângulo psicológico .....</b>	<b>52</b>
Perspectivas de aproximação aos sem-abrigo .....	52
A pertinência dos aspectos psicológicos .....	55
Uma patologia do vínculo .....	56
Afiliação, filiação e vinculação .....	57
Vínculos familiares dos sem-abrigo.....	58
As vivências familiares dos sem-abrigo.....	59
Uma patologia da perda .....	61
<b>Cap.4– A teoria da vinculação e o ponto de vista sistémico.....</b>	<b>64</b>
A teoria da vinculação.....	64
A teoria da vinculação e a terapia familiar sistémica .....	69
O ponto de vista sistémico sobre indivíduos "desligados" .....	71
<b>Cap. 5 - A teoria das relações objectais .....</b>	<b>73</b>
Bowlby e o conceito de “modelos dinâmicos internos” .....	73
Melanie Klein e o conceito de “objectos internos” .....	77
Fairbairn – e os “maus objectos” internalizados .....	82
Angústia de separação.....	85
Relação narcísica e relação de objecto.....	86
Angústia de separação e angústia de diferenciação .....	87
<b>Cap. 6 - Metodologia.....</b>	<b>89</b>
1. Pressupostos.....	89
2. Modelo de estudo.....	90
3. Caracterização da amostra .....	91
4. Questões/ Hipóteses .....	92
5. Instrumentos .....	94

<b>Cap. 7- Resultados .....</b>	<b>105</b>
A) Círculo Familiar de Thrower .....	105
B) Entrevista .....	107
C) Questionário de Estilo Relacional.....	114
D) Teste de Relações Objectais de Phillipson .....	118
<b>Cap.8 - Discussão e interpretação dos resultados .....</b>	<b>127</b>
Representação da família: .....	127
Vinculação e Relações de Objecto.....	129
Síntese e discussão .....	133
<b>Conclusão .....</b>	<b>137</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>139</b>

## RESUMO

Os sem-abrigo questionam de um modo radical a importância da vida relacional, dos laços psicológicos e sociais do indivíduo com os seus semelhantes, pela sua condição de vida à margem dos padrões aceitáveis de vida em sociedade.

Este trabalho procura investigar como se configura a matriz psíquica a partir da qual as relações são encaradas, através da pesquisa do modo com estas pessoas interiorizaram e representam a relação com a família, bem como das características dos seus modelos de vinculação e relações de objecto.

O trabalho é composto por três partes. Na primeira parte, faz-se uma revisão dos principais modos de conceptualização do fenómeno sem-abrigo (1º capítulo), analisam-se os modos como a sociedade tem representado o problema ao longo da história, e como procurou regulá-lo e legislá-lo (2º capítulo), seguindo-se uma abordagem aos aspectos psicológicos dos sem-abrigo, onde se expõem as bases para a formulação das hipóteses deste trabalho (3º capítulo).

Na segunda parte, procede-se a uma revisão teórica sobre algumas abordagens psicológicas que fizeram da vida relacional o centro do seu interesse, nomeadamente a Teoria da Vinculação e a Teoria Sistémica (4º capítulo) e a Teoria das Relações de Objecto (5º capítulo).

Na terceira parte deste estudo é descrito o modo como foi conduzida a investigação, os seus resultados e a sua discussão.

Ela incidiu sobre pessoas sem-abrigo, que viveram ou vivem na rua, utilizando-se uma abordagem multi-metodológica que envolveu desenho, entrevista, questionário e teste projectivo.

Procurou-se estudar como os sem-abrigo representavam a família e as figuras parentais através do Círculo Familiar de Thrower e de Entrevista.

E procurou-se pesquisar sobre a qualidade dos seus modelos de vinculação e relações de objecto, utilizando-se para esse efeito o Questionário de Estilo Relacional e o Teste de Relações Objectais de Phillipson.

Os resultados obtidos revelaram a existência de um frágil sentido de pertença familiar, uma imagem negativa do par parental, modelos de vinculação insegura, e o predomínio de angústias de abandono, com dificuldade de aceder ao nível da estrutura das relações triangulares.

Estes resultados permitem concluir que a condição sem-abrigo não é só uma situação de privação externa mas também interna, resultante de uma vinculação frágil e de falta de consolidação de bom objectos internos.

Isto tem implicações ao nível do trabalho com o sem-abrigo que, mais do que organizado para prestar apoio temporário às necessidades básicas, deve procurar providenciar uma estrutura de cuidados compreensiva e coordenada, que ofereça um enquadramento estável, confiável, protector, seguro e valorizante.

# PARTE I

## Cap. 1- OS SEM-ABRIGO

### O conceito de sem-abrigo

Sem-abrigo é uma designação recente que veio substituir termos como “vagabundo”, “mendigo”, “vadio”, “indigente”, que faziam parte até há pouco tempo não só do discurso popular como técnico.

Cabe assinalar que os seus significados não são idênticos. “Vagabundo” deriva de “vagamundo”, aquele que corre o mundo sem finalidade determinada, um ser errante e errático, sem rumo fixo. É também utilizado como sinónimo de inconstante, instável.

“Vadio” é aquele que não tem ocupação ou não quer trabalhar, é ocioso, mandrião.

“Mendigo” é a pessoa que exerce a mendicidade, pedinte, que vive de esmolas.

“Indigente” é aquele muito pobre, que vive na miséria e na pobreza absoluta.

Cada um destes termos acentua aspectos diferentes - a errância, a ociosidade, a mendicidade e a pobreza - que podem estar associados mas não necessariamente. Por exemplo, pode-se ser vagabundo e não ser vadio nem mendigo (é o caso de pessoas errantes que fazem pequenos trabalhos para sobreviver). Tal como se pode ser vadio sem ser vagabundo (ser ocioso mas não ser errante) ou mendigo (por ter outros meios de sobrevivência). Da mesma maneira, pode-se ser mendigo sem ser vadio (por necessidade, incapacidade para trabalhar) ou vagabundo (ter casa, por exemplo).

O termo “sem-abrigo” utilizado na actualidade, parece acentuar por sua vez a questão da habitação, num sentido restrito, e a da pobreza e da exclusão social num sentido mais alargado.

Por exemplo, segundo a definição inglesa veiculada no “The Housing Act 1985”, uma pessoa é sem-abrigo se não possui o direito legal ou encontra-se impedido de ocupar uma casa de forma segura ou com razoável conforto (cited in Munoz & Vasquez, 1998).

Segundo a United States Alcohol, Drugs Abuse and Mental Health Administration (1983) sem-abrigo é “qualquer pessoa que não dispõe do alojamento, dos recursos nem dos laços comunitários adequados” (cited in Munoz & Vasquez, 1998)

Por sua vez o Conselho da Europa (1992) definiu os sem-abrigo como “pessoas ou famílias que estão socialmente excluídas de ocupar permanentemente um domicílio adequado e pessoal” (cited in Munoz & Vasquez, 1998).

A FEANTSA (Federação Europeia de Serviços para Pessoas Sem Abrigo) propõe ainda que sem-abrigo “é aquela pessoa incapaz de aceder e manter um alojamento pessoal adequado pelos seus próprios meios, ou incapaz de manter alojamento com a ajuda dos serviços sociais” (cited in Munoz & Vasquez, 1998).

O termo sem-abrigo reúne assim várias situações:

- aqueles que vivem na rua
- aqueles que ocupam, legal ou ilegalmente, casas abandonadas, barracas, etc.
- aqueles que se encontram alojados em refúgios ou centros de acolhimento para sem-abrigo, quer do sector público, quer do privado;
- aqueles que vivem em pensões, camaratas ou outros refúgios privados;
- aqueles que vivem com amigos ou familiares com os quais podem ver-se forçados a coabitar;
- aqueles que residem em instituições, estabelecimentos de cuidados infantis, hospitais, prisões e hospitais psiquiátricos, e que não têm domicílio ao sair destas instituições;
- aqueles que possuem uma casa que não se pode considerar adequada ou socialmente aceitável, convertendo-se por isso em pessoas ou famílias mal alojadas.

(adaptado de Munoz e Vázquez, 1998)

A definição de sem-abrigo abrange um espectro de situações que têm em comum a falta de meios (pobreza) e dos laços comunitários (exclusão social) para aceder a um alojamento pessoal adequado.

Se contrastarmos esta definição com as anteriores de Vagabundo, Vadio, Mendigo, verificamos que ela revela uma profunda alteração do discurso oficial sobre estas

pessoas. O sentido pejorativo e responsabilizador dos primeiros é substituído por uma definição que acentua as causas externas do problema.

### **Pobreza e exclusão social**

Vale a pena determo-nos um pouco sobre os conceitos de pobreza e de exclusão social dada a sua frequente articulação com a noção de sem-abrigo.

Pobreza remete para uma situação de privação por falta de recursos (Bruto da Costa, 1998), da qual resultam más condições de vida, de acordo com os padrões médios da sua classe social (pobreza relativa), ou de acordo com as condições mínimas de sobrevivência, como má nutrição, problemas de saúde graves, e outros (pobreza absoluta).

O termo “exclusão social” remete para o estado final de um processo que pode começar na pobreza e que se caracteriza pela ruptura com os três principais sistemas de suporte social:

- Os mercados de trabalho, de habitação;
- O Estado- Segurança Social, pensões não contributivas;
- A família- enquanto sistema de apoio social e económico.

As estas rupturas, é de acrescentar:

- a ausência de redes sociais estáveis que tenham ligação com os sistemas anteriores
- a ausência de recursos materiais para manter um nível de consumo aceitável de acordo com os padrões da sua classe social
- a dependência dos serviços sociais para se manter (Halldin et al., 1998).

A expressão “exclusão social” foi introduzida no discurso da Comunidade Europeia na década de 90 com um sentido bastante alargado e porventura confuso, que pretendeu substituir a noção de pobreza.

Ora, o termo de “exclusão social” foi desenvolvido originalmente na escola francesa e pretendia acentuar não apenas os aspectos distributivos da riqueza (acentuados

pelo conceito de pobreza) mas também os aspectos relacionais e de integração social.

Como assinalado por Graham Room, 1995, (cited in Bruto da Costa, 1998), a ênfase nos aspectos distributivos mais patente na escola britânica parece decorrer de uma visão da sociedade liberal como um conjunto de indivíduos atomizados envolvidos em competição no mercado. Por outro lado, a acentuação dos aspectos relacionais e da integração social, por parte da escola francesa, parece resultar de uma visão da sociedade mais estrutural, como uma hierarquia de estatutos ou como um número de colectividades, enraizados num espaço de referências simbólicas mais amplo.

Por exemplo, Robert Castel (1992), autor francês, descreve a exclusão social como um processo descendente que envolve de 3 zonas de inserção/exclusão no espaço de vida social:

- uma zona de integração social que se caracteriza pelo trabalho estável e uma inscrição relacional sólida (onde podemos incluir a pobreza, mas uma pobreza integrada);
- uma zona de vulnerabilidade social, que se caracteriza pelo trabalho precário e/ou pela fragilidade dos suportes sociais e familiares;
- e uma zona de marginalidade ou exclusão social, marcada pela ausência de trabalho e por isolamento social.

Nesta concepção, pobreza não é sinónimo de exclusão social. Pode-se viver uma pobreza socialmente integrada, em que os baixos rendimentos não correspondem necessariamente a uma perda de estatuto e laços sociais ( a chamada “pobreza honrada”). Inversamente, a melhoria de poder económico não garante por si só uma promoção social.

Finalmente, convém assinalar que o termo “exclusão social” se articula ainda com outros conceitos ou sentidos geralmente associados.

### 1. O conceito de cidadania

A noção de exclusão social tem subjacente a ideia de cidadania (Bruto da Costa, 1998), i.e., a possibilidade de participação e benefício de um conjunto de direitos e deveres consagrados (ex: direito ao trabalho e a um rendimento autónomo, à

educação e à cultura, à habitação, ao acesso a cuidados de saúde, à protecção social e cívica, à participação social e à pertença a grupos, etc.)

Assim, esta noção veicula a ideia de que sociedade não oferece a todos os seus membros a possibilidade de beneficiar de todos esses direitos ( Xiberras, 1996).

## 2. Uma metáfora topográfica

Exclusão social apresenta-se como uma metáfora topográfica que remete para a noção de espaço, um espaço de relações e participação social, opondo dicotomicamente os que estão *dentro* ou *fora* desse espaço.

Repare-se que estamos longe de um modelo de conflito de classes, de uma sociedade composta por classes sociais em tensão, em que não obstante haver classes dominantes e outras dominadas, fazem parte integrante do mesmo todo social.

A questão já não é encontrar-se “up or down” no interior de uma sociedade vertical mas estar “in or out” numa sociedade horizontal onde o importante é saber se se está no centro ou na periferia. (Touraine, 1991 cited in Garnier-Muller, 2000)

Esta visão acentua a existência de indivíduos ou grupos à margem e fora de um espaço de participação social, sem poder reivindicativo porque simplesmente não contam.

Obviamente que esta visão dicotómica e estática pode não se sustentar quando se estuda a realidade concreta dos indivíduos ou grupos desfavorecidos. Por isso, a exclusão social tende também a ser visto como um conceito *relativo* que implica a existência de vários graus de exclusão consoante os domínios mais atingidos.

## 3. Um processo

O termo “exclusão social” é utilizado ainda para designar não apenas o estado final mas um processo de sucessivas rupturas com os vários sistemas sociais básicos (o social, o económico, o institucional, o territorial e o das referências simbólicas).

## 4. Um conceito “saco em fundo”?

Dada a relatividade e amplitude do conceito de exclusão social, ele pode ser utilizado numa diversidade de contextos virtualmente infinita. São considerados excluídos populações tão diversas como jovens que abandonaram precocemente a

escola, os idosos, os imigrantes, as minorias étnicas, os toxicodependentes, os sem-abrigo e outros.

Serge Paugam (1996) traça deste modo a história do conceito de exclusão social em França:

- O conceito aparece pela primeira vez nos anos 60 a propósito de uma franja residual da população, compreendida em termos de inadaptação social e diferenças individuais.
- Com a obra de René Lenoir (1974, cited in Paugam, 1996)), “Les exclus, un Français sur dix”, é alargado o campo da noção de « exclusão »: não se trata apenas de um fenómeno de ordem individual mas de um fenómeno social cujas origens remontam aos próprios princípios de funcionamento das sociedades modernas. A questão central é ainda a inadaptação social: as crianças institucionalizadas, os menores em risco, os toxicodependentes, , os doentes mentais, os suicidas, os alcoólicos, os delinquentes, os anti-sociais e marginais. Mas não se trata já de um fenómeno marginal que atinja apenas a franja dos sub-proletários mas de um processo que atinge todos os meios.
- Esta obra recebeu algumas críticas da esquerda francesa apontando o carácter heteróclito e vago da categoria, que faz desaparecer o princípio da classificação económico-política e por isso tende “a excluir a questão da origem da exclusão”.
- O conceito entra numa fase de desuso e reaparece no anos 80 quando há um deslocamento da questão da “inadaptação social” para a questão do “desemprego”.
- A pobreza é agora associada noção de “precariedade” e começa-se a falar de “nova pobreza” a propósito das camadas da população adaptadas socialmente mas vítimas da conjuntura económica e da crise de emprego. É neste contexto que surge o Rendimento Mínimo Garantido.
- É sobretudo nos anos 90 que se populariza a noção de “exclusão social” para sublinhar a existência de processos que podem conduzir a situações extremas.
- Para Paugam , o sucesso da noção de exclusão vem do facto dela sublinhar não apenas a questão da desigualdade social, que parece não ser suficiente para explicar os fenómenos de ruptura e de crise identitária, mas sobretudo a noção de crise dos laços sociais. A noção de exclusão não se baseia na oposição de interesses entre grupos sociais e na luta pelo reconhecimento social, mas

sobretudo na fragilidade ou ausência de reivindicações organizadas e de movimentos susceptíveis de reforçar a coesão identitária das populações desfavorecidas.

### **Quantos e quem são os sem-abrigo ?**

Em Portugal, os sem-abrigo têm vindo a receber uma atenção especial por parte das instituições desde, pelo menos, a década de 90, altura em que começaram a ser criados equipamentos e projectos especificamente destinados para a população sem-abrigo.

A questão do número de sem-abrigo é frequentemente levantada embora esbarre com dificuldades metodológicas inerentes a esta população.

Surgem desde logo dificuldades com a definição dos critérios do que é um sem-abrigo. Por exemplo, Drake (1994) surpreendia-se com o número de 4100 sem-abrigo (baixo relativamente a outros países da Europa) apontados por Portugal ao Observatório Europeu de Sem-Abrigo, quando o número de pessoas a viver em barracas era então estimado em 60.000. Segundo os critérios dos países do Norte da Europa estas pessoas também seriam consideradas sem-abrigo, embora isso possa não fazer sentido em países como Portugal.

Outros dos problemas da quantificação dos sem-abrigo é o acesso aos indivíduos de maior invisibilidade. Os sem-abrigo são mais facilmente quantificáveis quando entram em contacto com os serviços, pelo que os números de sem-abrigo apontados num determinado país tendem a depender do nível de provisão de serviços para esta população.

Por estas e outras razões os números apontados são baseados frequentemente em estimativas. Como assinalado por Jenks (1995), as estimativas tendem a variar amplamente consoante as fontes e o seu significado político. Por exemplo, instituições privadas que dependem de financiamentos tendem a inflacionar os números, pois um problema só parece tornar-se importante quando ultrapassa a barreira de alguns milhares. Por outro lado, as instituições governamentais podem tender a subestimá-los.

Em Portugal, as estimativas avançadas pelos *media* rondaram entre os 2500-5000 ao longo da década de 90.

O Grupo de Ecologia Social do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, num estudo encomendado pela Câmara Municipal de Lisboa de contagem dos sem-abrigo em Lisboa, num período de observação entre Fevereiro e Abril de 2000, e que incluiu espaços abertos, espaços fechados e centros de acolhimentos, chegou ao número de 1366 sem-abrigo, número que se revelou ser abaixo da estimativas (Grupo de Ecologia Social, 2000).

Em termos de caracterização da população sem-abrigo de Lisboa são de referir os estudos de Genoveva Calvão Borges (1995), de A. Figueira; A.T. Santos; M. J. Frias & P. Martins (1995), de Bento; Barreto & Pires (1996) e Bento; Pimentel; Barreto & Pires (1999).

De seguida, encontra-se o perfil dos sem-abrigo das ruas de Lisboa, elaborado com base no trabalho da Equipa de Rua da Santa Casa da Misericórdia a partir de entrevistas repetidas (Bento, Barreto, Pires, 1996):

- Sexo masculino
- Raça branca
- Naturalidade e nacionalidade portuguesas
- Idade entre os 35 e os 60 anos
- Escolaridade mínima
- Solteiro
- Sem filhos
- Sem contactos com a família
- Pernoita no centro da cidade de Lisboa
- Utilização dos serviços da Santa Casa da Misericórdia
- Passado institucional (educacional, psiquiátrico, prisional)
- Doenças psiquiátricas (alcoholismo, psicoses, toxicodependência)
- Vitimização
- Mendicidade pouco frequente

### **Factores estruturais e individuais**

A literatura sobre os sem-abrigo tem apontado para factores causais de ordem estrutural e individual, havendo algum debate relativamente à importância primária de cada uma das ordens de factores (Main, 1998).

Para uns a condição sem-abrigo é resultante da condição primária de pobreza. Neste sentido, não existem "sem-abrigo" mas sim pessoas muito pobres que a dada altura perdem o seu alojamento por várias razões, relacionadas com a sua pobreza.

As taxas de pobreza, de salários, de apoios sociais, de acesso ao mercado habitacional e de emprego, e outras, resultam nesta perspectiva factores primários para o aumento ou diminuição de pessoas sem-abrigo (Shinn et al; 1992)

Uma das metáforas mais utilizadas é a do jogo da cadeira ao som música. Quando o número de pessoas ultrapassa o número de cadeiras e a música pára, invariavelmente alguém fica de fora.

No caso dos sem-abrigo, quando a habitação a baixo preço escasseia, e os níveis de pobreza aumentam (na população geral ou em sectores da população), ficam de fora os mais vulneráveis.

Nesta perspectiva, os estudos centrados no indivíduo não fariam mais do que identificar os factores de vulnerabilidade, mas não necessariamente as causas do problema.

Por outro lado, como afirma Rossi (1989), embora os factores estruturais gerais possam ajudar a explicar quantas pessoas em determinado momento estão sem-abrigo o estudo das características pessoais pode ajudar a explicar *quem* pode chegar a essa situação.

Por sua vez, os estudos a nível individual dos sem-abrigo têm destacado a existência de alguns factores, os quais podem ser agrupados, seguindo Piliavin et al. (1993) em quatro categorias:

- a) Perturbações psiquiátricas
- b) Défices educacionais e profissionais
- c) Desafiliação
- d) Identificação cultural

#### **a) Perturbações psiquiátricas:**

A existência de níveis altos de doença mental (nomeadamente psicoses) e abuso ou dependência de álcool e drogas tem sido um dado recorrente em estudos psiquiátricos sobre a população sem-abrigo (Arce et al. 1984; Bassuc et al.1998; Gelberg et al.1988; Susser et al.1989; Bento et al., 1996, 1999).

Em Lisboa, segundo Bento et al.(1999), e tendo como referência uma amostra de 511 sem-abrigo, a soma dos casos com doença mental, consumos excessivo de álcool ou drogas e perturbações de personalidade, perfaz 94% da amostra.

Evidentemente, a existência de graves problemas de saúde mental nesta população condiciona fortemente as suas possibilidades de inserção na sociedade convencional, independentemente de serem considerados causa ou consequência da condição de sem-abrigo.

#### **b) Défices educacionais e profissionais:**

Vivendo nós num mercado de trabalho cada vez mais competitivo, exigente e precário, aqueles com menos educação e qualificação profissional encontram-se particularmente vulneráveis à situação de desemprego. Este é um factor que afecta também os sem-abrigo na medida em que a sua maioria apresenta uma baixa escolaridade (1º ciclo) e indiferenciação profissional (Bento et al. 1996), bem como uma idade em que já não é fácil conseguir emprego (idade média = 45 anos, Bento et al. 1999).

#### **c) Desafiliação:**

Segundo outros autores o tornar-se sem-abrigo resulta de um processo progressivo de perda dos laços afiliativos com as várias estruturas sociais: a família, a escola, o trabalho, a religião, a política e o lazer (Bahr, 1973).

Repare-se que o conceito de desafiliação remete simultaneamente para o nível individual e social, na medida em que os laços afiliativos representam a ligação entre o indivíduo e o grupo (La Gory et al., 1991).

Trata-se de um conceito que capta o generalizado isolamento dos sem-abrigo. A maioria vive só, nunca constituiu família e já perdeu o contacto com a família de origem (Bento et al., 1999). Frequentemente, este distanciamento da família começou precocemente, pela morte de um ou ambos os pais, pelo crescimento fora da família (famílias e/ou instituições de acolhimento), fugas precoces de casa, etc. (Susser et al., 1987; Bento et al., 1996).

#### **d) Identificação cultural:**

Finalmente, outros autores têm chamado a atenção para o facto da vida de rua não se caracterizar só pela negativa (ausência de participação no espaço social) mas de ter as suas próprias regras e cultura (Wallace, 1965), podendo haver um factor de aculturação

que poderá explicar não tanto o surgimento da situação de sem-abrigo mas a sua persistência. A cronicidade na rua torna as intervenções particularmente complexas e questiona a adequação dos serviços e da ajuda oferecida.

### **Sem-abrigo: um modo de vida?**

Esta perspectiva foi particularmente desenvolvida por Samuel Wallace, sociólogo, que em 1965, publicou um livro intitulado “Skid Row as Way of Life”.

O que é um Skid Row? Skid Row é um fenómeno peculiar dos EUA, que consiste no estabelecimento de uma área ecológica distinta nas cidades americanas para os sem-abrigo. Consiste numa colecção de bares, restaurantes baratos, lojas em segunda mão, missões, albergues, pensões e hotéis baratos direccionados para satisfazer as necessidades específicas dos vagabundos e sem-abrigo. O termo provém de Skid Road, usado para descrever a pista onde os troncos de madeira eram encahados para as serrações, e à volta das quais viviam os transportadores de madeira numa comunidade de sítios para dormir, bares, salas de jogo e outras instituições comuns aos sem-abrigo. A emergência de Skid Row significou que pessoas que antes vagueavam tinham finalmente um local a que pudessem chamar casa, quando optavam por viver ali.

Estas áreas emergiram no final da Guerra Civil e estabeleceram-se por toda a América na década de 1870. No princípio do século XX, Chicago, o maior local de fornecimento de trabalho temporário (homens para cortar árvores, vindimar pomares, construir caminho de ferro, fazer as colheitas), tinha uma população residente em Skid Rows estimada entre 40-60.000. Em 1933, Nels Anderson, a maior autoridade em sociologia dos sem-abrigo de então, testemunhou perante o senado americano a existência de pelo menos um milhão e meio de sem-abrigo nos Skid Rows.

Quando Wallace publica o seu livro, os Skid Row tinham sofrido uma acentuada diminuição (em 1950 o número de Skid Rows de 41 cidades americanas era menos que 100.000). A opinião era que com a melhoria das pensões e reformas, das políticas sociais que privilegiavam o fornecimento de casas em vez de abrigos, com a crescente automatização do trabalho e o declínio da necessidade de trabalho indiferenciado os Skid Rows perdiam a sua função de fonte de trabalho e tenderiam a desaparecer.

Permaneciam os destituídos e isolados, sem relações nem parentesco, à margem da sociedade. Assim, Wallace descreve deste modo as relações entre estes sem-abrigo e a sociedade: “... he has managed to evolve on his own behalf a community of sorts, a

community which shelters, clothes, and feeds him, and even keeps him supplied with drink. He asks for nothing more.” (Wallace, 1965, pg. 25).

Wallace argumenta que o Skid Row é um modo de vida que se refere não só ao comportamento individual de um Skid Rower mas ao padrão que emerge da organização social de centenas de indivíduos sem-abrigo que se juntam para formar uma comunidade- uma comunidade de desviantes e uma comunidade desviante, com a sua subcultura.

Deste modo, o sem-abrigo deixa de ter uma definição negativa (ex: não ter casa, não ter trabalho ou ser isolado) para ser definido em termos positivos: o sem-abrigo como um membro da comunidade sem-abrigo.

O Skid Row, enquanto comunidade, recebe também uma definição positiva, como um complexo institucional constituído por uma variedade de sítios para dormir (albergues, camaratas, pensões, quartos), instituições de caridade e serviços sociais (instituições religiosas e estatais), uma elevada concentração de bares e tascas (os primeiros bares dos Skid Rows, chamados de “barrel-houses” por servirem álcool de barris, permitiam também que as pessoas dormissem no chão), um mercado de trabalho essencialmente indiferenciado, temporário e a curto-prazo (o termo “hobo” refere-se à massa de trabalhadores itinerantes que se deslocavam atrás das oportunidades de trabalho sazonais na agricultura e indústria), o sistema policial e a justiça (nesta época a lei ocupava um lugar central na vida dos sem-abrigo, na medida em que a vagabundagem era considerada um crime e eles eram frequentemente presos, não pelo que fizessem mas pelo que eram).

Wallace chama ainda a atenção que o Skid Row como um modo de vida surgiu antes da individualização de áreas urbanas distintas para esta população. Apesar das diferenças históricas relativamente à população sem-abrigo (na Idade Média incluía mulheres, crianças, artistas, estudantes universitários) já existia este complexo institucional constituído por locais de alojamento baratos, trabalhadores itinerantes, sistemas de apoio social e a lei.

Wallace vem a definir o processo de se tornar sem-abrigo, não já como um processo negativo, de progressivo isolamento da sociedade e crescente desvio da suas normas, mas como um processo de crescente participação no modo de vida da comunidade sem-abrigo, acompanhado por crescente conformidade às suas normas.

Este processo envolve vários estágios: um estágio de exposição, um estágio de participação regular e um estágio de aculturação e conformidade ao modo de vida sem-abrigo.

Há várias maneiras de tomar contacto com o modo de vida do Skid Row: o trabalhador itinerante que chega à procura de trabalho; o cliente dos serviços sociais que é enviado para refeitórios e centros de acolhimento, ou então indivíduos com um padrão de vida já desviante, como o alcoólico ou o delinquente que procuram uma comunidade onde possam encontrar tolerância, aceitação e anonimato.

Uma vez feito o contacto inicial, começa o processo lento de socialização com a subcultura do Skid Row. O que começou como uma situação temporária, pode tornar-se uma situação permanente. Do ponto de vista da sociedade o sem-abrigo torna-se um des-socializado. Do ponto de vista do indivíduo, há uma crescente socialização na subcultura sem-abrigo.

A dada altura deste processo, o indivíduo é rotulado como desviante: um sem-abrigo (ou um Skid Rower). Mais cedo ou mais tarde, segue-se a auto-aceitação do rótulo de desviante. O indivíduo começa a pensar-se como um sem-abrigo, o que aumenta o seu sentimento de separação da sociedade e ao mesmo tempo impele-o a uma participação mais próxima com os seu semelhantes igualmente isolados.

Para Wallace pode-se entender o processo de se tornar sem-abrigo como uma carreira: o sem-abrigo é julgado pelos outros e avaliado com padrões de vida sem-abrigo. Como noutras comunidades há estatutos hierárquicos, só que neste caso, trata-se de uma hierarquia invertida: quanto mais afastado dos padrões convencionais, mais aceitável.

A figura do “bêbado” constitui a forma de aculturação mais acabada desta subcultura. O modo de vida sem-abrigo coloca uma grande ênfase no consumo de álcool, dado ser uma comunidade essencialmente masculina, de pessoas isoladas e que experimenta inevitavelmente algum grau de privação e ansiedade. Dado que o álcool é útil na redução da ansiedade, o seu consumo excessivo é um padrão previsível nos sem-abrigo. Além disso, nada previne que os consumos não se tornem socialmente aceitáveis ou mesmo desejáveis.

Wallace distingue a figura do “bêbado” da do “alcoólico”, na medida em que os padrões de consumo do primeiro parece ser mais o produto dos padrões de comportamento do grupo (“bottlegang”) do que resultado de ânsias individuais de álcool. O consumo do bêbado é feito em grupo, num padrão de partilha mútua de dinheiro e de bebida. O alcoólico afasta-se mais frequentemente para beber sozinho e apresenta um padrão de

consumo diferente: enquanto o bêbado procura regular o seu consumo de modo a estar sempre intoxicado, o alcoólico procura atingir o máximo de intoxicação o mais rapidamente possível, que alterna com períodos “secos”. A entrada na vida de sem-abrigo também é diferente: enquanto o “bêbado” apresenta um padrão de desvio noutras áreas da sua vida antes de começar a beber excessivamente (desistência precoce da escola, nunca casou, grande instabilidade profissional e *depois* começou a beber em excesso), o alcoólico provém geralmente de um status social mais elevado, com mais educação, mais dinheiro, e possivelmente com história anterior de casamento.

Wallace distingue ainda outras figuras que constituem carreiras dentro da hierarquia do modo vida sem-abrigo, progressivamente afastadas do grau máximo de aculturação, a figura do “bêbado”: o alcoólico, o Hobo, o pedinte, o cicerone (os primeiros que os visitantes- jornalistas, técnicos, investigadores- conhecem, e que se oferecem sempre para conduzir a “tour” por aquele mundo), os utilizadores de missões religiosas e dos serviços sociais (encarados como colaboradores ou “bufos” pelo outros).

## **A desafiliação**

Nos anos 70, Howard M. Bahr (1973) introduziu um conceito que veio a ser muito influente: a desafiliação. Antes de analisar o conceito, descrever-se-á qual o retrato que Bahr traça dos sem-abrigo a partir de um conjunto de 9 factores e com base numa revisão bibliográfica dos estudos disponíveis aquela época sobre a população dos Skid Row. Esta caracterização é interessante por si mesma, não só porque tem um valor histórico, mas também porque é coincidente em larga medida com as caracterizações da população actual.

### *Vida familiar*

Bahr conclui que é um exagero afirmar-se que os sem-abrigo não têm contacto com a família (num estudo ¼ dos sem-abrigo referiam ter tido contactos no último mês e noutra 38% tinham tido contactos no último ano com a família).

Já no que diz respeito à dimensão casamento, os estudos mostravam consistentemente que metade dos homens nunca casaram e entre 30 a 40% dos

restantes são divorciados ou separados (uma taxa 10-14 vezes maior de divórcios do que na população normal de então). Um em cada dez eram viúvos.

Os estudos mostravam ainda que os sem-abrigo com passado marital tendiam a ter casamentos muito instáveis. Um dos estudos apontava como principais causas da dissolução do casamento a existência de incompatibilidade pessoais, consumos de álcool (27%) e infidelidade da esposa (1/4 dos homens). Factores como ausências de casa e problemas financeiros foram também considerados importantes. Bahr conclui que os casamentos dos sem-abrigo tendem a ser multiproblema.

### *Pobreza*

Pelo carácter datado dos estudos em causa, reportando-se a estatísticas sobre o rendimento médio de um sem-abrigo no anos 60, limitamo-nos a referir as conclusões: os sem-abrigo apresentavam um rendimento baixo (à justa ou inferior às suas necessidades básicas) e a maioria não beneficiava de pensões, reformas ou de subsídios da segurança social.

### *Emprego*

Dos estudos realizados entre 1958-1966, pôde-se observar que entre 1/3 e 1/2 dos sem-abrigo tinham hábitos de trabalho. Os empregos tendiam a ser de baixo estatuto social, mal pagos e de trabalho indiferenciado. A mudança de emprego era frequente (1/3 dos homens num estudo) por problemas de álcool ou doença. Entre 37-76% dos sem-abrigo estavam desempregados (por doença, incapacidades, idade avançada, alcoolismo, ou “falta de ambição”).

### *Problemas pessoais: incapacidades, doenças, consumos*

Bahr começa por assinalar a alta incidência de incapacidades físicas, de mutilações e desfiguramentos, bem como de doença mental e consumos entre esta população. Num estudo, 2/3 de uma amostra de 1000 casos encontravam-se doentes ou defeituosos. Usando critérios de diagnóstico conservadores, pelo menos 1/10 apresentavam doença mental ou eram deficientes mentais.

Outro autor citado por Bahr (Rooney) refere-se ao Skid Row como um “refúgio para os *drop-outs* do mercado de trabalho com incapacidades psíquicas, uma proporção significativa envolvendo o alcoolismo”, funcionando o Skid Row como uma espécie de “asilo aberto”.

A tuberculose tinha uma alta incidência entre a população (num estudo 20% tinham história de tuberculose).

### *Idade*

Segundo Bahr, os sem-abrigo tendem a ser uma população idosa e geralmente parecem mais velhos do que são. Um homem de 40 anos pode parecer ter 50 ou 60. Também são velhos na orientação do futuro: parecem antecipar a morte mais frequentemente que outras pessoas.

### *Raça*

Os vários estudos confirmavam que os sem-abrigo eram maioritariamente de raça branca, sendo pouco expressivas as minorias étnicas.

### *Naturalidade*

20 anos de estudos demonstravam que pelo menos  $\frac{3}{4}$  dos sem-abrigo eram nacionais e que essa população era muito mais local do que se pensava (nascidos no local ou na região).

### *Mobilidade residencial*

Entre 40-60% dos homens sem-abrigo eram nativos da cidade ou da região onde se localizava o Skid Row. A maioria eram residentes de longa duração na cidade (90% num estudo). Ao contrário do que se pensava, a população dos Skid Row não tinha um carácter migratório predominante.

### *Educação*

Quando comparados com grupos de comparação apropriados (que tenham em conta a idade e a classe social), os sem-abrigo não apresentam diferenças significativas com a população normal.

Assim, Bahr conclui que os homens do Skid Row tendem a ter uma história marital peculiar: apenas metade alguma vez casou e a maioria dos casamentos são de curta duração e problemáticos. Apesar disso, tendem a manter laços de parentesco e talvez um terço veja um parente ao menos uma vez ao ano. São extremamente pobres, mantêm

empregos de curta duração e de baixo estatuto, e pelo menos metade podem-se encontrar desempregados a um determinado momento. Incapacidade ou doença crónica caracterizam a maioria das pessoas e pelo menos um terço são consumidores excessivos. São idosos e parecem mais velhos, a maioria é de raça branca e nativos do país e não estão particularmente em desvantagem do ponto de vista educacional.

Após a analisar várias tipologias sobre os sem-abrigo, Bahr critica o conceito de Wallace de Skid Row (como um modo de vida). Na sua opinião a tipologia de Wallace é construída com base em 5 variáveis, nomeadamente, local de residência, mobilidade residencial, grau de participação nas instituições para sem-abrigo, laços familiares e pobreza.

O que essas características têm em comum é que todas elas se relacionam com “um desligamento da sociedade caracterizado por ausência ou atenuação de laços afiliativos que ligam as pessoas estabilizadas a um conjunto de estruturas sociais interrelacionadas.” Assim, o viver em trânsito impede o estabelecimento de laços sociais estáveis; o viver no Skid Row e o envolvimento com as suas instituições coloca o indivíduo dentro de uma minoria estigmatizada de proscritos; a inebriedade crónica danifica os laços sociais e a saúde; a pobreza impede que se desempenhem os papéis sociais usuais; e viver sem família é ser retirado do contexto social mais intenso e apoiante, bem como daqueles papéis sociais com maior responsabilidade interpessoal.

Para este autor, a noção de Skid Row desvia a atenção da maioria dos desligados (unattached) entre os sem-abrigo, pelo que ele propõe o termo de desafiliação (enfraquecimento ou ausência de afiliações) como princípio teórico organizador.

Mas o que é, então, a desafiliação? Para Bahr, é um reflexo do poder. O poder é entendido aqui como “a capacidade das pessoas para utilizarem recursos e serviços com objectivos definidos” ou “a capacidade para exercerem influência num processo de decisão” ou ainda “a capacidade para acção efectiva”.

O poder é visto como uma propriedade dos sistemas sociais: o poder do indivíduo deriva dos subsistemas sociais de poder a que ele pertence e é função do lugar que ele ocupa no sistema. Assim, os sem-poder são pessoas sem relações com outras pessoas ou pessoas sem lugar dentro de um sistema (repare-se a semelhança com o conceito actual de “exclusão social”).

Bahr argumenta que as pessoas mais poderosas numa comunidade tendem a ser as mais activas nas organizações, i.e., as que têm mais afiliações ou afiliações de maior

amplitude que os outros. E as pessoas tornam-se líderes por causa da sua actividade no trabalho organizacional.

Assim, actividade e afiliação produzem poder e estima. Inactividade e desafiliação produz não só baixo estatuto como estatuto negativo.

Existe uma ligação íntima entre uma acção efectiva por objectivos e a afiliação social. O sem-abrigo com grande mobilidade tem poucas afiliações porque a sua mobilidade não tem destino ou objectivos definidos. É uma mobilidade expressiva de uma errância e não instrumental. Ou seja, a mobilidade com destino pode ser um processo afiliativo; a mobilidade sem destino é um processo desafilativo.

Resumindo, as afiliações são vitais para a vida social porque veiculam poder. Os sem-abrigo vivem uma condição de falta de poder para influenciar outros ou para moldar o seu futuro porque lhes falta afiliações com várias esferas sociais: a família, o mercado de trabalho e outras.

Mas *porquê* a desafiliação? Ao contrário do que se possa pensar, esta questão não é respondida por Bahr em lugar algum fazendo referência a factores individuais ou de personalidade, mas sim exclusivamente em termos sociais: a estigmatização é o outro processo decisivo para a compreensão dos sem-abrigo, em particular a imputação de “defeitos” (defectiveness) que funciona como barreira para o acesso aos vários sistemas sociais.

Segundo Bahr os sem-abrigo ocupam vários estatutos estigmatizantes em simultâneo e fundamentalmente são definidos em termos sociais em função dos seus “defeitos”: são percebidos como sendo defeituosos fisicamente (deficientes, idosos, doentes), mentalmente (psicóticos ou débeis), moralmente (pervertidos, criminosos, adictos), psicologicamente (baixa auto-estima, elevada auto-agressão), socialmente (desafilados), legalmente (perseguidos pela policia) e ecologicamente (não vive em sítios decentes).

Este processo de estigmatização é externo mas acaba por ser interiorizado. O problema do sem-abrigo “não é o alcoolismo; é que ele adoptou alguns dos elementos dos estereótipos do sem-abrigo como não-humano. Alguns chamam-lhe degenerado ou lixo. Ele questiona a sua humanidade e vê-se como um rato”. (Bahr, 1973)

Bahr utiliza a imagem da matilha de lobos e dos peixes tropicais que atacam e destroem os seus elementos doentes. O que diferencia os seres humanos é que estes quando doentes colaboram na sua própria destruição.

Assim, para o autor a reabilitação dos sem-abrigo passa menos pela estabilização no alojamento, ou no trabalho ou no tratamento psiquiátrico do que “na mudança da definição da situação”, essencialmente substituir os rótulos desumanos por outros mais humanos. Bahr acredita que o sem-abrigo é um “sapo que pode ser transformado em príncipe”, nomeadamente se ele adquirir afiliações humanas, comunicar e for recebido como um humano e não algo a descartar.

Não obstante Bahr partir de um “retrato” dos sem-abrigo que tem em conta a existência de factores individuais, vemos que a leitura que ele lhes dá, dentro de um paradigma académico dominante que privilegia as leituras estruturalistas, torna-os absorvidos e em última análise causados pelos factores de ordem estrutural.

Ora, reconhecer a existência de factores estruturais como barreiras no acesso ao mercado de habitação, ao mercado de trabalho, processos de estigmatização e de exclusão social não implica que se conclua que os problemas individuais que os sem-abrigo possam apresentar sejam um mero reflexo da conjuntura estrutural. Nem o inverso, reconhecer a existência de factores individuais, anula a importância dos factores estruturais.

Como Main (1998) fez notar, os sem-abrigo requerem ambas as perspectivas, pois não é um problema nem inteiramente estrutural, nem inteiramente individual. Segundo este mesmo autor, a prática no terreno parece ir à frente da teoria, sendo que os programas implementados tendem a responder quer às características disfuncionais dos sem-abrigo, quer às suas necessidades de reinserção no mercado de habitação e profissional.

## Os sem-abrigo doentes mentais

Nos anos 80, ao contrário das previsões feitas nas décadas de 60 e 70 de que os sem-abrigo se encontravam em extinção nos EUA, houve um aumento do fenómeno, algo que não acontecia naquele país desde 1930, altura da Grande Depressão (Wallace, 1965; Bahr, 1973; Rossi, 1990)

Esse aumento foi interpretado como o resultado de vários factores complexos, como o corte governamental de financiamento de habitação social, a diminuição do mercado habitacional de baixo-custo, um desemprego elevado, o aumento da pobreza, mudanças na estrutura familiar americana e a passagem de uma psiquiatria institucional para uma política de serviços psiquiátricos na comunidade. As estimativas feitas por “advocacy groups” eram de 2 a 3 milhões de sem-abrigo nos EUA nos anos 80. (Katz et al., 1993) Começando com o estudo de Baxter e Hopper (cited in Katz et al, 1993), em 1981-82, nas ruas de Nova York em que estimaram que mais de 50% dos sem-abrigo apresentariam perturbações psiquiátricas significativas, para além de situações graves do ponto de vista físico, outros estudos se multiplicaram por todo o país confirmando a elevada incidência de perturbações psiquiátricas entre a população sem-abrigo, com particular relevo para as psicoses e consumos de álcool ou drogas, ou ambos.

Além disso, verificaram que muitos dos sem-abrigo com doença mental eram relativamente jovens, tendo ficado doentes depois da implementação da desinstitucionalização, e portanto, com menor contacto com os serviços de saúde mental, maior mobilidade, maior acesso ao álcool e às drogas, fazendo deles uma população particularmente volátil e difícil de ligar aos serviços de saúde mental.

Desafiliados, tendo perdido família, amigos e apoios institucionais, a condição de sem-abrigo pode funcionar como uma defesa psicótica contra o envolvimento humano no caso dos sem-abrigo psicóticos (Katz et al., 1993). As ruas das grandes cidades são lugares desritualizados, em que não há lugar para a representação do outro - ele é percebido mas não se interage com ele - sendo o melhor sítio para um esquizofrénico com tantas dificuldades de socialização tornar-se invisível (Cirulnik, 2000). Estes sem-abrigo tendem a ocupar espaços intersticiais e anónimos, que Marc Augé (1994) denominou como “não-lugares” por não terem história ou identidade colectiva: espaços vazios entre prédios residenciais, espaços neutros das avenidas largas, túneis abandonados, jardins e terras de ninguém, como debaixo de pontes ou viadutos.

Também os albergues e locais para sem-abrigo parecem ser locais de maior tolerância aos seus comportamentos bizarros, com menores níveis de emoções expressas, hostilidade e criticismo (Bento, 2000).

Por outro lado, os sintomas psicóticos podem cumprir funções defensivas que é necessário ter em conta. O delírio fornece um mundo objectal alternativo que providencia sentimentos de intimidade e de onnipotência que contrastam o seu estado actual (Katz et al., 1993). Delírios de filiação (ex: *sou filho da Amália Rodrigues*), de poder (ex: *sou dono da Misericórdia e a maior parte dos prédios de Lisboa são meus*), de ligação (ex: *a CIA observa-me porque sou sobredotada*) podem cumprir funções compensatórias, que uma vez enfraquecidas por efeitos da medicação, podem dar lugar a sentimentos de isolamento, ansiedade e depressão (Katz et al., 1993)

Anne Lovell (1997) sugere que a vida de rua dos esquizofrénicos sem-abrigo, organizada em torno da narrativa epistémica da viagem, da busca, pode ser uma maneira de lidar com o eclodir da esquizofrenia, tomando um sentido positivo de escape e fuga a experiências de agonia e perseguição, providenciando um sentido inicial de alívio e por vezes até prazer. Esta autora acrescenta ainda que certos aspectos do comportamento errante e da produção delirante, como os delírios de identificação, em que o indivíduo se atribui outras origens negando a existência dos seus pais biológicos ou “reais”, podem ser específicos dos sem-abrigo com doença mental que sofreram um distanciamento radical das suas famílias (Lovell, 2001)

Por isso, o sem-abrigo com doença mental poderá aceitar apenas com muita relutância que tem uma doença (é mais aceitável ser sem-abrigo do que ser doente mental) e a medicação e alojamento podem não ser o suficiente. É necessário também um meio ambiente terapêutico que ofereça experiências de socialização positivas e não muito *stressantes* nem exigentes (Katz et al., 1993)

Vários autores têm assinalado ainda a importância simbólica das roupas e espólio dos sem-abrigo doentes mentais. Gibello (2000), recorda as observações do princípio do séc. XX nos hospitais de Paris, em que o lavar estes doentes trazia frequentemente a sua morte, denunciando a fragilidade da sua “pele psíquica”. Os odores corporais, a sujidade e as doenças de pele parecem funcionar como substitutos desses limites, sob a forma de um “envelope” odorífero e doloroso, que uma vez violado acarretava num sentimento de brutal amputação.

O consumo de álcool ou drogas é outro dado recorrente dos estudos psiquiátricos entre os sem-abrigo, bem como a existência de diagnósticos duplos de doença mental e abuso de substâncias (Dixon, 1999; Bassuk et al., 1998; Gelberg et al., 1988).

A associação entre o consumo de álcool e os sem-abrigo há muito que é reconhecida. Alguns autores atribuem-lhe uma funcionalidade própria no modo de vida de sem-abrigo. Recordemos que Wallace (1965) interpretava este comportamento em função da pertença ao grupo, distinguindo o sem-abrigo bêbado do alcoólico. Vega e Palomo (1996) sublinham também o valor funcional do abuso de álcool como “método transitório de se aquecer nos meses mais frios, uma forma de relacionar-se socialmente com outras pessoas e uma peculiar maneira de acalmar certos sintomas psiquiátricos na ausência de medicação” (Schnabel, 1992 cited in Vega & Palomo, 1996).

Por outro lado, outros autores reportam haver uma história de consumos longa, que começa geralmente na adolescência. Katz et al. citam um estudo que comparava alcoólicos sem-abrigo com alcoólicos com domicílio, que revelou que o grupo de sem-abrigo começou a beber numa idade mais jovem, bebia mais em excesso, tinham mais tendência a beber em face de doença física, e encontravam-se mais debilitados, social e vocacionalmente (Kogel & Burnam, 1988 cited in Katz et al., 1993).

Em Portugal, os primeiros estudos sobre a prevalência de perturbações psiquiátricas na população sem-abrigo remontam a Navarro Soeiro (1959) que fez um estudo sobre uma amostra de 142 indivíduos do sexo masculino, albergados na Mitra entre 1947 e 1948, que apontava para 61% de psicopatias, 12,7% de oligofrenias, 3,5% de demências senis; 2,8% de esquizofrenias, 2,8% de epilepsias; 1,4% de parafrenias e, por último, em percentagens menos significativas, outras patologias.

O estudo de Bento e Marmeleiro (1989) constitui o próximo estudo em Portugal sobre esta população do ponto de vista psiquiátrico. Numa amostra de 42 indivíduos no Albergue de Poiais observaram 34% de psicoses (24,3% de esquizofrenias e 9,7% de outras psicoses), 24% de alcoólicos crónicos, 20% de perturbações da personalidade e 5% de debilidade mental.

Com uma amostra de população sem-abrigo de rua, a Equipa de Rua da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa realizou dois estudos sobre a patologia psiquiátrica desta população, um em 1996 e outro em 1999. No quadro 1 apresentam-se os resultados do estudo mais recente, com uma amostra de 511 casos, considerando os diagnósticos primários.

**Quadro 1. Perturbações psiquiátricas, C.I.D. 10 (N=511)**

<b>Diagnóstico</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Álcool	164	32,1%
Opióides, cocaína e cannabinóides	87	17,0%
Esquizofrenia	50	9,8%
Perturbações delirantes persistentes	23	4,5%
Outras perturbações psicóticas	19	3,7%
Perturbações do humor (afectivas)	4	0,8%
Perturbações depressivas, não especificadas	7	1,3%
Perturbações da personalidade	52	10,2%
Atraso mental	18	3,5%
Perturbações da adaptação	3	0,6%
Perturbações mentais orgânicas	8	1,6%
Epilepsia	3	0,6%
Outras perturbações	3	0,6%
Sem diagnóstico psiquiátrico	30	5,9%
Sem informação	40	7,8%

Como se pode observar os diagnósticos primários mais frequentes são o alcoolismo (32%), seguido da toxicod dependência (17%), a esquizofrenia (10%) e as perturbações de personalidade (10%). Estes dados coincidem com os resultados obtidos noutros países, segundo a revisão de literatura de Bento (2000a): em Espanha (Lopez,1995), nos EUA (Rossi,1990; Breakey et al.,1992; Irlanda (Fernandez,1996) e Dinamarca (Brandt & Jorgensen,1996).

### **A desinstitucionalização**

Cabe neste ponto fazer uma referência ao papel da desinstitucionalização no aumento da população sem-abrigo com problemas mentais.

Por desinstitucionalização entende-se “a substituição dos hospitais psiquiátricos para internamento prolongado por serviços alternativos de menor dimensão, menos isolados e com base na comunidade, para cuidar das pessoas com doença mental” (Bachrach, 2000). Assim, a desinstitucionalização na sua intenção original envolveria três processos:

- a transferência dos doentes internados em hospitais psiquiátricos para instituições alternativas;
- o congelamento dos novos internamentos e o seu desvio para outras instituições;
- o desenvolvimento na comunidade de novos serviços, acessíveis e eficazes.

Bachrach (2000) fazendo um balanço de 4 décadas de desinstitucionalização nos EUA conclui que, salvo algumas comunidades, de uma forma geral os primeiros dois processos desenvolveram-se muito mais rapidamente que o terceiro. Ou seja, realizou-se uma drástica redução do número de internamentos nos hospitais psiquiátricos, assim como o congelamento das entradas com novos internamentos potenciais, o que não foi acompanhado pela criação de alternativas adequadas e acessíveis na comunidade. Parafraseando Morrissey, (1982 cited in Jones, 1988), passou-se de uma política de “porta aberta” nas traseiras para uma de “porta fechada” à entrada dos hospitais psiquiátricos.

Leff (2000) reporta uma situação semelhante para o Reino Unido. Durante os anos 70 e 80, por exemplo, recorreu-se a unidades hoteleiras junto à costa para alojar de forma barata pacientes com internamentos prolongados. Contudo, as vantagens económicas eram claramente ultrapassadas pela diminuição da qualidade do acompanhamento destas pessoas. Sem formação adequada, o pessoal das pensões limitava-se a assegurar o fornecimento do alojamento e das refeições, ficando a descoberto todas as necessidades de natureza ocupacional e recreativa. “Além disso, vieram a público algumas situações em que, devido à ganância do lucro, os pacientes viviam em condições desumanas e recebiam uma alimentação inadequada” (Leff, 2000).

Nestes países, foi bastante discutido o papel do encerramento dos hospitais no aumento dos números de sem-abrigo doentes mentais. Contudo, não parece ser possível uma leitura linear relativamente a esta questão.

Por exemplo, nos EUA a desinstitucionalização começou na década de 50 e só nos anos 80 começou a ganhar visibilidade o fenómeno dos sem-abrigo (Jencks, 1995). Portanto,

a existência de sem-abrigo doentes mentais naquele país não será o resultado da desinstitucionalização *per se* mas antes da forma como ela foi implementada ao longo do tempo (Lamb, 1984).

Jencks (1995) assinala até que de 1950 a 1975, em que o número de pacientes internados nos hospitais psiquiátricos caiu de 468 para 119 por cada 100.000 adultos, a política de desinstitucionalização funcionou bastante bem. Muitos pacientes jovens regressaram às famílias, pacientes idosos foram integrados em lares e outros foram viver sozinhos ou em equipamentos “board and care”. Minkoff (1978, cited in Lamb, 1984) afirma também que nos anos iniciais da desinstitucionalização cerca de dois terços dos pacientes regressaram às suas famílias.

Isto foi possível, entre outros factores, pelo aparecimento de psicotrópicos nos anos 50, possibilitando o tratamento em ambulatório, e pela atribuição de pensões sociais aos doentes mentais nos anos 60, que embora pequenas eram suficientes para os pacientes suportarem as suas despesas sozinhos, facilitando que as famílias pobres tomassem conta dos seus familiares doentes, ou a sua integração em lares ou ainda o seu alojamento em pensões baratas.

Durante a década de 70 foram introduzidos outros factores no processo de desinstitucionalização. Por um lado, por pressão do movimento da antipsiquiatria e dos defensores dos direitos dos doentes mentais, o internamento compulsivo tornou-se bastante mais complexo, tornando-se difícil o internamento involuntário a não ser que o paciente constituísse um perigo evidente para os outros ou para si próprio, assim como se tornou mais indefensável que se mantivessem pacientes contra a sua vontade em hospitais psiquiátricos (Lamb, 1984; Jencks, 1995). Por outro lado, por motivos económicos, os hospitais foram pressionados para reduzir os seus custos, o que foi realizado fechando serviços, diminuindo o tempo dos internamentos agudos e dando alta aos doentes crónicos (sob o pretexto que um hospital não é um hotel), mesmo que não tivessem para onde ir, nem mesmo quisessem sair. Paralelamente, nos anos 80, com a inflação, durante a administração Reagan, as prestações sociais fornecidas aos doentes mentais foram reduzidas, assim como foram apertados os critérios de inclusão para essas medidas, sem que fosse garantido aos doentes desinstitucionalizados um lugar para viver.

Assim, em 1980, o número de doentes psiquiátricos internados nos EUA era de 132.164, contra o número de 558.900, em 1955 (Barham, 1992). Para onde foram esses ex-doentes internados?

A resposta é que para a grande maioria, o seu paradeiro é desconhecido. Em 1986, o National Institute of Mental Health afirmava que o paradeiro de 58% das pessoas com história de esquizofrenia era desconhecido (cited in Barham, 1992)

Mais recentemente, o National Advisory Mental Health Council (1993) estimava a existência de 2,8 milhões de doentes mentais crónicos nos EUA, dos quais apenas 3% (77000) se encontram internados num dado dia, não se sabendo muitas vezes nem o paradeiro nem quem são os restantes 97% (Bachrach, 2000).

O destino de muitos deste doentes mentais parece ser o de acabarem nas ruas, nas prisões e noutras instituições correcionais (Bachrach, 2000). Nos anos 80, estimava-se que cerca de 1/3 da população sem-abrigo dos EUA eram doentes mentais graves (Barham, 1992)

Fuller Torrey, em 1989, denunciava a emergência de uma nova política de altas nos hospitais psiquiátricos da cidade de Nova York através da colocação directa em albergues para sem-abrigo, apetrechados de psiquiatra, enfermeiros e assistentes sociais. Ou seja, assistia-se à criação de um sistema em que as pessoas percorriam todo um circuito: hospital psiquiátrico estadual - albergues para sem-abrigo - serviços de psiquiatria dos hospitais municipais - albergues para sem-abrigo, concebidos como serviços psiquiátricos hospitalares (cited in Barham, 1992)

A questão é que muitos ex-doentes psiquiátricos internados testemunhavam uma deterioração das suas condições de vida e um aumento de *stress* e perturbação, ao entrar num albergue público, sendo muitas vezes condenados a uma migração forçada de um sítio para o outro. Torrey comparava esta migração sem fim dos sem-abrigo doentes mentais com as peregrinações medievais. Poder-se-ia acrescentar que faz lembrar a geometria de espaço fragmentado de que falava Foucault a propósito do Louco na idade Média, quando este era condenado a uma eterna circulação em espaços de pura de transição, cuja imagem mais paradigmática é a das “naves dos loucos”, embarcações que levavam os passageiros de cidade em cidade, ao longo dos rios (Foucault, 1972/2000)

É a função asilar do hospital psiquiátrico que se perde neste processo de transformação. Ora, a noção de asilo carrega consigo a ideia de um lugar de refúgio, de amparo, de protecção e santuário das pressões do mundo, que os doentes psicóticos têm tantas

vezes dificuldade em lidar. Aliás, vemos que esta era uma função explicitamente assumida desde a origem, aquando da criação dos hospitais-hospícios na Idade Média em que o hospital não era apenas entendido como lugar de cuidados médicos mas de “asilo aos enfermos, estropiados e miseráveis e de albergue para os peregrinos” (Geremek, 1986).

Ou seja, as instituições psiquiátricas exercem funções não só de cuidados médicos mas também de monitorização dos doentes, “dar folga” às famílias, de providenciar uma rede social, assim como alimentação e alojamento, e toda uma estrutura e suporte necessária (Bachrach, 1984).

Evidentemente, é preciso ter em conta que a permanência prolongada nas instituições psiquiátricas pode dar origem aquilo que se chamou de “institucionalismo”, uma síndrome que se caracteriza pela falta de iniciativa, apatia, retraimento, submissão à autoridade e excessiva dependência da instituição (Burton, 1959; Goffman, 1961; Foucault, 1961; Szasz, 1961; Tizard, 1964; cited in Jones, 1988). Mas também houve quem observasse que esse síndrome pode resultar do próprio processo esquizofrénico, e que muitos pacientes desenvolverão a mesma dependência noutras situações fora do hospital (Lamb, 1984).

Assim, Bachrach advertia que não se pode continuar a medir o êxito da desinstitucionalização apenas em termos de redução da população hospitalar. É preciso ter em conta que ela cria novos problemas, nomeadamente a dispersão de serviços, outrora concentrados, os alojamentos desadequados e a sobrecarga sobre as famílias, problema que se complica à medida que os pais envelhecem e se aproximam da morte.

(Bachrach, 2000).

A desinstitucionalização só pode ser bem sucedida se os doentes encontrarem na comunidade equipamentos suficientemente estruturados que providenciem suporte e controlo (Lamb, 1984). Para isso é preciso investir em estruturas na comunidade, pelo que é necessário desfazer a ideia de que a desinstitucionalização sai mais barata. A desinstitucionalização não se reduz a deslocar os doentes mentais para a comunidade, providenciando-lhes cama e mesa. Ela introduziu, e muito bem, a questão da reabilitação e das necessidades individuais, o que significa que são necessários serviços diversificados e flexíveis, à medida das necessidades individuais. Por exemplo, só ao nível das residências, a experiência mostrou a importância de um leque de residências de longa permanência, curta permanência, de transição e de crise; de residências altamente estruturadas até residências independentes; sendo importante ainda a

existência de serviços auxiliares no local onde residem como aconselhamento, treino vocacional, treino de aptidões sociais, cuidados médicos e dentários (Bachrach,2000).

Poder-se-á então dizer que a desinstitucionalização não significa necessariamente menos despesas e que ela começou a correr mal quando foi interpretada como uma solução mais económica. O objectivo de dar mais liberdade aos doentes mentais foi facilmente interpretado como significando que eles tinham a obrigação de ser autónomos e pagar as suas despesas. O problema é que neste esquema ficam desprotegidos aqueles que não têm família, não têm autonomia e que se encontram dependentes de cuidados.

É preciso também ter em conta que enquanto o hospital providenciava uma estrutura aos doentes e concentrava uma série de funções, na comunidade essas funções tendem a ser espartilhadas e os doentes facilmente se perdem. Ora, como lembra Lamb (1984) o déficit essencial dos sem-abrigo é a ausência de uma base estável de cuidados e suporte, pelo que a dispersão, fragmentação e inarticulação dos serviços pode agravar o problema.

É preciso acrescentar ainda que na prática, a questão que se levanta não é tanto quantos doentes mentais foram despejados para a rua, engrossando o número de sem-abrigo, mas quantos ficam de fora com os actuais critérios. Os doentes mentais crónicos, que outrora encontravam asilo nos hospitais, dificilmente são admitidos nos dias de hoje, a menos que se detecte um episódio psicótico agudo e franco. Além disso, os sistemas de serviços fragmentados criam problemas na detecção dos casos de doença mental, sendo importante ir ao encontro deles onde estão e não onde pudéssemos desejar ou esperar que eles estivessem (Cohen,1990, cited in Bachrach,2000). Facilmente se perde de vista o número de doentes mentais que acabam na rua, nas prisões e noutras instituições correcionais. Por exemplo, Foderaro, em 1994 (cited in Bachrach, 2000) anunciava que o estado de Nova Iorque existia maior número de doentes mentais a residir em estabelecimentos prisionais estaduais do que em hospitais psiquiátricos.

Em Portugal, não houve uma política de desinstitucionalização explícita como houve noutros países como os EUA, o Reino Unido e Itália. Nem os grandes hospitais psiquiátricos foram totalmente extintos, nem foram criados na comunidade serviços alternativos suficientes. No entanto, tem havido uma pressão para a redução do número

de internamentos de duração prolongada e para a devolução dos doentes mentais à comunidade.

Tal como noutros países, em Portugal a função asilar do tradicional hospital psiquiátrico tende desaparecer, priorizando-se os internamentos de curta duração para situações agudas. Há muito que se discute a extinção dos grandes hospitais psiquiátricos e a sua substituição por serviços de psiquiatria enquadrados nos hospitais gerais. E neste cenário, as soluções de alojamento para os doentes crónicos tendem a ser vistas cada vez mais como uma responsabilidade da comunidade do que do hospital.

## **O trabalho**

Como se verá adiante, a norma do trabalho tem sido na época moderna o principal critério para a definição do que é a integração social. Ao contrário do termo actual de sem-abrigo, que se reporta à norma do alojamento como critério de exclusão social, termos como vadio, mendigo e vagabundo em grande medida referem-se à questão do trabalho assalariado (Bresson, 1997).

A preocupação em distinguir os aptos e os inaptos para o trabalho existe desde a Idade Média, definindo políticas de repressão para uns e de assistência para outros. Mas a ênfase no trabalho assalariado, regular e estável, por oposição ao trabalho sazonal, itinerante e esporádico é típico das sociedades modernas, industrializadas.

O trabalho é o grande organizador social, a partir do qual o indivíduo afirma a sua pertença a uma comunidade, e garante a sua subsistência e alojamento. O ócio é visto como fonte de vícios e um acto antisocial.

Com o desemprego, a generalização do trabalho precário e outras formas de trabalho como programas ocupacionais, estágios, actividades de inserção, o trabalho enquanto norma de integração social tende a assumir outros contornos. Actualmente, julga-se que o progresso económico e tecnológico tenderá a rejeitar do circuito de trabalho um

número crescente de pessoas que serão consideradas inúteis do ponto de vista das necessidades produtivas (Garnier-Muller, 2000).

No entanto, a ética do trabalho continua determinar as atitudes em relação aos sem-abrigo. Como assinalado por First & Toomey (1989) a existência de sem-abrigo em idade activa para o trabalho levanta um conflito básico de valores a uma sociedade ainda organizada em larga medida à volta da ética do trabalho e do individualismo. Mais especificamente, a prestação de ajuda a estas pessoas é frequentemente entendida como encorajando a não participação no mercado de trabalho, reduzindo a sua motivação, e como aumentando a dependência dos serviços.

Estes autores conduziram um estudo envolvendo 793 homens sem-abrigo, no estado de Ohio e distinguiram 3 subgrupos com base na avaliação do grau de perturbações psicológicas, do grau de apoios sociais naturais e no estatuto potencial de independência.

Concluíram que cerca de  $\frac{1}{4}$  destas pessoas apresentavam doenças mentais graves, distúrbios do comportamento graves, incluindo consumo excessivo de álcool, tinham um apoio da família e de amigos muito limitado e apresentavam sérias limitações e falta de recursos para estabelecer um modo de vida independente. Estas pessoas necessitariam de uma intervenção intensiva e a longo prazo para romper o ciclo de sem-abrigo e necessitariam de cuidados contínuos da comunidade, sendo as perspectivas de vida independente muito baixas.

Um segundo subgrupo, cerca de  $\frac{1}{4}$ , apresentavam um grau razoável de perturbações psiquiátricas e de comportamento, apresentando contudo um maior potencial para uma vida autónoma. Na opinião dos autores este grupo necessitaria de uma intervenção a médio prazo, apostando no apoio económico e social extenso e numa reabilitação intensiva, tais como cuidados ao nível da saúde física e mental, reabilitação ao álcool, formação profissional e aconselhamento para reduzir a alienação da família.

Apenas o terceiro subgrupo, 43%, que os autores situam como “sem-abrigo episódicos”, parecia beneficiar de uma assistência a curto-prazo, tal como apoio económico imediato ou orientação profissional, por não apresentarem défices graves, conservando capacidades de subsistência autónoma.

O contributo destes autores é importante por levantarem o problema da dependência a longo prazo dos sem-abrigo, problema raramente reconhecido na literatura. “Esta sociedade tem de aceitar a evidência de que alguns, relativamente poucos, dos seus

membros não conseguem cuidar de si próprios e não têm sistemas de apoio familiar que se responsabilizem por eles.” (First & Toomey, 1989)

## **A habitação**

Como já foi assinalado a evolução da terminologia para “sem-abrigo”, “sem domicílio fixo” em França, coloca no centro do debate a questão do alojamento.

Bresson (1997) afirma que a par da norma do trabalho, a norma do alojamento é o outro dos atributos obrigatórios para que se possa ser considerado como pertencente a uma comunidade. E que trabalho e alojamento não são duas faces do mesmo problema mas questões distintas, a partir do momento em que os rendimentos pelo trabalho, pensões sociais, reformas, Rendimento Mínimo Garantido não garantem necessariamente o acesso à habitação.

Se o trabalho não significa alojamento, viver na rua, sem uma morada, dificulta a obtenção de emprego. Trabalho e Alojamento estão cada vez mais dissociados e a questão da ausência de alojamento fixo aparece cada vez mais como uma figura de exclusão social. Refira-se de passagem, que é esta tomada de consciência que faz com que o Abbé Pierre, nos anos 50, se insurja contra a crise de habitação do pós-guerra em França, tomando atitudes como a ocupação de casas, chamando a atenção para a habitação como um problema social.

Não é este o lugar para analisar a situação, mas convém referir que em Portugal existe um problema evidente de habitação, sendo grandes as dificuldades de acesso a alojamentos acessíveis para as camadas da população mais pobres.

Isso não significa que os problemas dos sem-abrigo sejam apenas a habitação (isso seria fazer tábua rasa de tudo o que se disse anteriormente). Significa que a par de outros factores estruturais e individuais, a habitação permanece como um factor importante e distinto.

Shinn (1992) aconselha modéstia aos psicólogos sobre esta questão. Se a doenças mentais, consumos ou factores de personalidade têm um papel na questão dos sem-abrigo, todos os sem-abrigo precisam de alguma forma de alojamento.

A ênfase em albergues transitórios, refeitórios, ou programas de tratamento ao álcool e doenças mentais podem aliviar e satisfazer as necessidades de alguns sem-abrigo mas se não se abordar a questão da habitação, é difícil que se consiga mais do que redistribuir os sem-abrigo.

Para esta autora os psicólogos deveriam contribuir para a criação de uma variedade de opções de alojamento apoiado para aqueles que precisam, e de outras situações de habitação adequadas ao nível funcional do indivíduos (Shinn, 1992).

Como já referido, em Portugal há um grande vazio de respostas de habitação definitivas para os sem-abrigo com doença mental, sem família e com pouca autonomia. As respostas que existem são transitórias (internamentos de curta duração nos hospitais, albergues transitórios) e muitas vezes desadequadas às suas capacidades (a opção do aluguer de quartos deixa de fora os menos autónomos).

Aqueles com mais capacidades e autonomia para trabalhar enfrentam um mercado habitacional congelado e inflacionado, podendo aceder apenas a quartos alugados, também eles pouco acessíveis.

Ora, o acesso a uma casa é um elemento fundamental para o estabelecimento de um sentimento ontológico de segurança. Dupuis e Thorns (1998), citando Giddens (1990), definem a segurança ontológica como um sentido de confiança no mundo tal como ele aparece, que envolve a confiança na continuidade da auto-identidade e na constância do ambiente social e material. Fundamentalmente, o lar (home) é o local privado onde as pessoas restauram os seus sistemas de segurança.

À noção de lar estão associados significados emocionais que têm a ver com permanência, estabilidade, familiaridade, previsibilidade, refúgio, controlo, privacidade e base de segurança a partir da qual se constrói a identidade e se expressa a personalidade.

Ora, isto é tudo o contrário que encontramos nos sem-abrigo, razão pela qual há autores que defendem que ser sem-abrigo, mais do que um modo de viver, como pretendia Wallace (1965) é um modo de sobreviver.

### **Sem-abrigo: um modo de viver ou de sobreviver?**

Enquanto Wallace fala de sem-abrigo como um modo de vida, baseado na análise do Skid Row e tendo como protótipo o sem-abrigo “bêbado”, outros autores questionam tal ideia.

Robert Desjarlais, utilizando uma análise antropológica num albergue para sem-abrigo doentes mentais (com uma população de esquizofrênicos e doentes bipolares), chega mesmo a questionar a possibilidade de se falar em experiência no caso dos sem-abrigo doentes mentais (Desjarlais, 1994)

O conceito de “experiência”, argumenta o autor, enraíza-se nos conceitos de interioridade reflexiva ( nível privado, individual e subjectivo; ninguém pode ter a minha experiência de dor de dentes embora possa empatizar com ela), de profundidade hermenêutica (a experiência como um texto ou obra de arte transporta uma riqueza de significados que não podem ser conclusivamente interpretados) e de narrativa ( a soma da experiência é mais do que a suas partes; existe um apelo para a totalidade, coerência, e a narrativa ajuda a formar um sentido de integração temporal). Além disso, a experiência é mais do que uma sucessão de acontecimentos episódicos. Ela é fundamentalmente transformativa, não deixa o sujeito na mesma.

A possibilidade de falar-se em experiência deriva de um ambiente que oferece um sentido de privacidade, de permanência, segurança e de distância, que cria um sentido de transcendência, ou seja, a possibilidade de ir para o mundo e ser transformado através desses movimentos.

O que Desjarlais encontra num albergue dos anos 90 para sem-abrigo doentes mentais é precisamente a ausência destas características distintivas da “experiência”: há um foco constante nas preocupações diárias, um estilo de comunicação distante, um sequência de episódios desconexos, e um mundo de transacções públicas constantes, sem espaço para a privacidade.

Em contraste com o modelo de Foucault (1972/2000) do poder disciplinário na Idade da Razão, centrado no confinamento, a vida em albergue centra-se numa política de deslocação e de impermanência. É tornado claro que o albergue não é uma casa e que é um sítio transitório.

Assim, a estética desta forma de vida centra-se numa pragmática de *stasis*, de encontrar pontos de equilíbrio, de calma, de procurar não perder o controlo, em contraponto à impermanência e transitoriedade das suas vidas. Um bom dia para alguém que luta para sobreviver pode ser um dia em que nada acontece, ao contrário de uma pessoa que “experiência”, em que um bom dia é que aquele em que tem algo para contar, algo que pode estar muito próximo da aventura.

Num mundo de distrações e preocupações constantes, “sair do tempo” e encontrar um ponto de equilíbrio estático torna-se um objectivo em si mesmo. O tempo tende a tomar formas finitas, em que o futuro, presente e passado não têm relação. Existe apenas uma sucessão de episódios, em que cada acontecimento se sobrepõe ao contexto temporal mais lato.

A vivência do espaço é essencialmente a de um espaço público, sem privacidade, com preocupações constantes sobre o que acontece à sua volta, o que afecta necessariamente o sentido de individualidade pessoal (“personhood”), como algo único, interior e bem contido, pela ausência de um espaço de privacidade em que o indivíduo possa habitar o seu mundo próprio por algum tempo.

Desjarlais conclui que a pobreza, a transitoriedade e a contingência põe em causa as mais fundamentais constelações de tempo, espaço e de pessoa (agency). Ser sem-abrigo, mais do que um modo de viver, é um modo de sobreviver.

Na sua opinião a alteração destas categorias básicas da experiência são dependentes do contexto e não da doença mental, o que é questionável, tendo em conta o que se sabe do adoecer psicótico.

O contraste com Wallace é notório e põe em evidência o quanto os discursos podem ser díspares partindo de populações diferentes (a população alcoólica num caso e a população psicótica noutra).

À luz do exposto no ponto precedente, não admira que alguns autores sublinhem a condição traumática da condição de sem-abrigo. Goodman, Saxe e Harvey (1991) argumentam que o acontecimento de perda de casa, de vizinhos, rotinas, papéis sociais, quer seja abrupto ou gradual, constitui por si só um acontecimento traumático. A vida de rua ou em albergues, com a concomitante perda de segurança, previsibilidade e controlo pode precipitar sintomas de trauma psicológico ou pelo menos exacerbá-los, quando se sabe que muitas destas pessoas têm histórias de Vitimização.

Conceitos como “trauma psicológico”, “desafiliação social”, “impotência aprendida” (learned helplessness) e “histórias de vitimização traumática” são propostos por estes autores para compreender a experiência dos sem-abrigo.

A noção de trauma envolve a resposta a acontecimentos extraordinários, emocionalmente excessivos e pessoalmente incontroláveis. A ruptura da confiança

interpessoal e a perda do sentimento de controlo pessoal são elementos aqui fundamentais.

A desafiliação social é então um dos elementos da experiência traumática, com a erosão dos laços afiliativos de segurança e conseqüente dano dos sentimentos de segurança e confiança, que constituem aquilo que Bowlby define como a base para a autonomia e auto-estima. A ausência de uma base de segurança traduz frequentemente falhas nas redes de suporte social e retraimento social das figura de apoio.

O sentimento de impotência prende-se com a perda da crença de que as acções do próprio podem influenciar o curso das suas vidas, com a conseqüente diminuição da auto-estima e sentido de eficácia pessoal.

Finalmente, os sem-abrigo parecem ter uma proporção significativa de histórias de vitimização traumática, especialmente as mulheres.

## Cap. 2- OS SEM-ABRIGO NA HISTÓRIA E NA LEI

### **"Vagabundagem": de delinquência a um problema social**

Mendigos, vagabundos, vadios, houve-os em todos os tempos, das sociedades antigas aos Estados modernos. Na Grécia antiga, Atenas possuía um sistema de ajuda para os necessitados, sendo elegíveis apenas os cidadãos, pelo que uma população numerosa de estrangeiros e imigrantes eram reduzidos à mendicância (Bahr, 1973). Além disso, os indivíduos considerados indesejáveis podiam ser condenados ao ostracismo, mediante a votação da população da cidade, sendo banidos, rejeitados para fora dos muros da cidade, devido à prática de crimes, à transgressão de tabus ou de outra indignidade real ou suposta (Gibello, 2000).

Roma, à medida que as guerras deslocavam largos segmentos da população rural para as cidades, e que o império se desintegrava, aumentava também o seu número de pedintes. A escravatura, ao arrancar os indivíduos das suas redes de relações sociais antigas, promovia, em caso de fuga, a dissolução dos laços sociais e uma existência errante. As guerras que produziam refugiados, as pestes e as fomes também contribuíam para o volume de indivíduos sós e destituídos (Bahr, 1973).

Os párias e intocáveis na Índia, a lendária condenação à errância do povo judeu, o ostracismo do povo cigano na Europa, a excomunhão no mundo cristão são outros exemplos de exclusões que revelam que ao longo da história, as sociedades têm considerado necessário banir e interditar o acesso a locais ou instituições a certos indivíduos, grupos ou povos, praticando aquilo que Girard (1972, cited in Kammerer, 2000) chama de "rito da vítima sacrificial". Quando uma comunidade experimenta a necessidade de maior coesão ou de purificar as representações que ela tem de si própria, as pessoas marginais são banidas ou sacrificadas de maneira violenta. A categoria sacrificável é variável (actualmente pode ser composta por delinquentes, prostitutas, sem-abrigo, toxicod dependentes, estrangeiros) mas os seus elementos têm a particularidade de se distinguir por uma diferença visível e sobretudo pela sua impossibilidade de se vingarem.

Simultaneamente, a pobreza e a condição de sem-abrigo aparece como um ideal religioso em muitas culturas. Na Grécia Antiga, Zeus era o deus dos estrangeiros,

podendo os deuses aparecer disfarçados como estrangeiros, pelo que se aconselhava bondade para com mendigos e vagabundos. Também no mundo cristão as povoações viam no mendigo a imagem de Cristo, o próprio Jesus Cristo disfarçado, o que conferia à esmola um valor simbólico religioso e ao mendigo um papel de mediador no contacto com o sagrado. Os muçulmanos consideraram os mendigos como homens santos, sendo a esmola um dos grandes mandamentos. O budismo exalta o estado de espírito de não-desejo, de bens materiais e de conhecimento. O termo chinês para monge significa “sair de casa” e muitos dos residentes dos mosteiros budistas chineses eram frequentemente órfãos postos ao cuidado dos mosteiros (Bahr, 1973; Bastos, 1997).

Segundo Soeiro (1959), o termo vagabundo (que provém do vocábulo latino *vagari*-andar errante) aparece só por volta do século XIV em quase todos os países civilizados da Europa. Até então os documentos falam de "ociosos que não querem aceitar trabalho" (Ordenações Afonsinas).

Desde então até ao século XVII, as leis designavam como vagabundos os indivíduos que erravam ociosos sem destino certo, sem profissão definida- vivendo, voluntária ou involuntariamente à margem da vida social, desenraizados da comunidade ou da família, independentes da jurisdição ou protecção do amo, banidos ou fugidos da sociedade- homens "sans aveu".

A Idade Média parece ter sido "a Idade de Ouro da vagabundagem": jograis e trovadores, cavaleiros andantes (dos quais D. Quixote, imortalizado mais tarde por Cervantes, constitui o arquétipo duma certa vagabundagem idealista) concorreram para conferir a este fenómeno uma auréola de misticismo e poesia.

De resto a própria Igreja favorecia de certo modo a vagabundagem: era grande o número de penitentes, predicadores e frades errantes, para não falar dos peregrinos que se deslocavam às vezes em massa de terra em terra.

No entanto, o valor espiritual atribuído à pobreza era muito diferente consoante constituísse uma pobreza voluntária ou involuntária. Os primeiros, que renunciavam à riqueza voluntariamente, eram rodeados de grande estima e até de uma auréola de santidade. A sua “fuga ao mundo” pressupunha um mérito e uma finalidade, o de abandonar um modo de vida que os impedia de realizar o seu ideal de santidade. O eremita, que escolhia as florestas e terras desertas, surge como um exemplar dessa pobreza voluntária, sendo visto também como uma espécie de herói intrépido que enfrentava as forças malignas que habitavam esses lugares assustadores.

Os segundos, os pobres involuntários, despertam desconfiança e medo, porque a miséria engendra o pecado mortal da inveja: a cobiça, o ciúme e revolta contra o destino, além de costumes como a preguiça, o relaxamento, o embuste, a embriaguez (Geremek, 1995)

É também na Idade Média que surge a distinção entre assistência social e caridade, encabeçada pelos hospícios-hospitais criados para servir de asilo aos enfermos, estropiados e miseráveis e de albergue aos peregrinos. No séc. XII já havia a preocupação de fazer distinções entre os que solicitam ajuda, procurando diferenciar entre dois tipos de mendigos: os honestos e os desonestos. Os últimos são aqueles que podendo trabalhar não o fazem; os "honestos" são os famintos, as viúvas, órfãos, encarcerados e alienados (Geremek, 1995)

A primeira referência em Portugal a esta realidade social reporta-se ao reinado de D. Fernando, em 1373, na *Lei das Sesmarias* (terras incultas), onde se determinava que *"os mendigos e ociosos seriam presos pelas justiças do lugar"*, reconhecendo-se somente o direito de mendigar *"aos fracos, velhos e doentes que nenhuma coisa podiam fazer"*, aos quais se passavam alvarás para poderem mendigar.

Posteriormente, no reinado de D. João I, encontramos as primeiras providências legais para os vagabundos *"que andam vadios e não querem pilhar mister, nem viver com outrem"* nas Ordenações Afonsinas (1446?)- Livro IV- Título XXXIV:

*"El Rei D. João de gloriosa memória em seu tempo fez Cortes Gerais na cidade de Évora, as quais foram por parte dos povos requeridos certos artigos, entre os quais lhe foi requerido um do qual o teor tal é com a resposta a ele dado.*

*1º- Na terra há muitos homens, quem em ela vivem, e não hão mister algum, nem vivem com Senhores, e é de presumir que vivem de mal fazer: pedem-vos por mercê que mandeis inquerir sob isso, e os que acharam que assim vivem, que os degradem, e lancem fora dos vossos Reinos.*

*Diz El Rei que lhe apraz, e que mandará aos seus Corregedores das Comarcas que o façam assim apregoar cada um Corregedor em sua Comarca ; e se depois forem achados, que os prendam e jazam na cadeia até que pilhem algum mister ou vivam com alguém, e não querendo depois continuar nisso que os açoitem publicamente.*

*2º- O qual artigo visto por Nós com a resposta a ele dado, mandamos que se guarde, segundo em ele é contido, porque nos parece muito justo e proveitoso para a terra."*

As "*Ordenações Manuelinas*" (1552) recapitulam as mesmas medidas nos seguintes termos (Livro V, título LXXII- Dos Vadios):

*"...mandamos, que qualquer homem que não viver com Senhor, ou com amo, nem tiver officio nem outro mister em que trabalhe e ganhe a sua vida, ou andar negociando algum negócio seu ou alheio, passados vinte dias do dia que chegar a qualquer cidade, Vila ou Lugar, não tomando dentro dos vinte dias, amo ou Senhor. com que viva ou mister em que trabalhe, e ganhe a sua vida; ou se o tomar e depois o deixar, e não continuar, seja preso e açoitado publicamente; e se for pessoa em que não caibam açoites, seja degredado para as portas do Além, por um ano. "*

E as *Ordenações Filipinas* (1603) perpetuam a filosofia de penalização da vagabundagem:

*"Na cidade de Lisboa os Corregedores da Corte, e da cidade e Juizes do Crime dela se informarão particularmente cada três meses se há nela algumas pessoas ociosas e vadios, assim homens como mulheres, que achando que as há as mandarão prender e cada um deles procederá sumariamente", darão sentenças a execução sem apelo nem agravo, "que parecendo a cada um dos ditos Corregedores, que merecem mais castigo o farão saber aos Desembargadores do Paço e com parecer alterarão as ditas penas, mandando-os embarcar para o Brasil ou para as Galés por tempo que bem lhe parecer"* (cited in Soeiro, 1959).

A história dos esforços de regulamentação da vagabundagem e da mendicidade poderia prolongar-se indefinidamente. Em Inglaterra, por exemplo, Eduardo III (1547) estatui que os ociosos e mendigos válidos sejam oferecidos como escravos a quem os denuncie e no reinado de Henrique VIII foram enforcados 12.000 ociosos e vadios. Em 1557 é instituída a casa de trabalho londrina, Bridewell, modelo das instituições de combate à vagabundagem. Com a Lei de Vadiagem de 1597 muitos milhares foram compulsivamente expatriados para a América e Austrália. Em França, no tempo de Francisco I (1523), os vagabundos ou vadios ficavam sujeitos à degola a ferro quente, a terem a língua cortada. (Soeiro, 1959; Relvas, 1997)

Mais tarde, a vagabundagem, fenómeno misto e complexo, confunde-se com a história da criação das grandes estruturas asilares alternativas à prisão: a criação do

Hospital Geral (1656) e dos “dépôts de mendicité”(1764). Em França, entre 1768 e 1777, o número de mendigos nos hospícios chegou mesmo a atingir o número de 111.336. (Soeiro, 1959)

Em Portugal, não se assistiu à criação de estruturas homólogas à casas de trabalho inglesas ou às casas carcerárias holandesas ou alemãs, do séc. XVI, nem ao “grande encarceramento” dos indigentes nos hospitais gerais como em França nos séculos XVII e XVIII. As Misericórdias, as igrejas e os mosteiros continuavam a constituir os principais instrumentos de assistência e caridade, com pouco papel do estado. Por exemplo, no século XVI, era distribuída nos conventos e a hora certa a “sopa do pobres”. (Bastos, 1997)

Em Portugal, no séc. XVIII, para além da Misericórdia de Lisboa, não havia asilos ou instituições para pobres. Os mendigos e vagabundos continuam a ser alvo de leis punitivas, enchendo as prisões ou tornando-se, no tempo de Pina Manique, bodes expiatórios de um sistema de justiça rápida, com enforcamentos e decapitações públicas (Bento, 1999). O sistema de repressão e regeneração moral pelo trabalho é iniciado em Portugal, também pelo Intendente Pina Manique que vai fundar a Casa Pia (1780), com fins de regenerar pelo trabalho os vadios adultos de ambos sexos e internar crianças abandonadas (Bastos, 1997).

O espírito oitocentista veio privilegiar a ética do trabalho, apelando para a congregação de esforços em prol do progresso material. A ociosidade era encarada como a causa de todos os males e vícios.

O problema da vadiagem, não sendo o crime mais frequente, vai constituir um campo de eleição, juntamente com o homicídio, dos penalistas. Há dois momentos importantes: o código penal de 1852, que introduz a questão da pena indeterminada (após uma prisão de 6 meses, o “vadio” é entregue à administração que lhe deve arranjar trabalho; a pessoa pode ficar entregue à administração toda uma vida, enquanto não manifestar atitudes de regeneração); o código penal de 1892, que introduz a questão a reincidência e a pena da deportação como medida disciplinar de envio para as colónias dos vadios e multireincidentes. (Fatela, 2000).

A vadiagem era criminalizada tendo como base a inexistência de domicílio certo e a capacidade para o trabalho, reproduzindo assim uma das disposições do Código

Napoleónico de 1801 e as definições que emergem da Idade Média. A novidade reside na maneira como se encara a repressão.

O artigo 256 do Código Penal de 1852 define como vadio... *“aquele que não tem domicílio certo em que habite, nem meios de subsistência, nem exercita habitualmente alguma profissão, ou ofício, ou outro mester em que ganhe a sua vida, não provando necessidade de força maior que o justifique de se achar nestas circunstâncias, será competentemente julgado e declarado vadio, e punido com prisão até seis meses, e entregue à disposição do Governo, para lhe fornecer trabalho pelo tempo que parecer conveniente.”*

Se a pena de prisão não constitui novidade, o carácter mais sistemático da pena de prisão aos vadios e mendigos, abolindo as penas cruéis e desumanas da constituição vintista, bem como o papel conferido ao trabalho como pena e meio de regeneração, revela a emergência de uma nova racionalidade, que deriva do humanismo iluminista. Por outro lado, vai criminalizar não tanto um comportamento mas um modo de vida que não se coaduna com as normas de integração social. No período de 1890 a 1910 a população masculina de reclusos das cadeias de Lisboa apenas por crime de vadiagem vai constituir 77%, e entre as mulheres 78% (Fatela, 2000).

Ainda durante o período monárquico, o “Regulamento Policial de Mendigos na Cidade de Lisboa”(1905) decreta que sejam conduzidos ao tribunal os mendigos adultos e válidos para o trabalho, tornando-se mais frequentes as rusgas policiais e o número de prisões nesta população. Os menores e inválidos eram encaminhados para as instituições de assistência por recomendação do governador civil (Pinto, 1998).

A “lei da vadiagem” de 1912 vai traduzir as preocupações regeneradoras do governo republicano em relação aos mendigos e vadios. A mendicidade é autorizada, desde que seja apresentada uma licença própria para o efeito. E prevê a criação de dois novos espaços para a correcção do vadio: a colónia penal agrícola e a casa correcional de trabalho. A primeira é inaugurada em 1915, em Sintra (com o nome de “António Maceira). A segunda não chegou a ser concretizada, tendo apenas instalações provisórias na cadeia de Monsanto. (Pinto, 1998)

São frequentes as rusgas na cidade de Lisboa, aprisionando todos os indivíduos que fossem encontrados a mendigar sem autorização, não tivessem morada certa e que fossem portadores de navalhas ou outro tipos de armas. Estes indivíduos eram conduzidos “para o Governo Civil, onde eram inspeccionados por um subdelegado de

saúde. Aquele que estivessem impossibilitados de trabalhar seriam conduzidos aos vários asilos ou para as terras de sua naturalidade; os que se encontravam de perfeita saúde eram enviados para juízo. Depois, eram encerrados numa prisão ou, caso fossem reincidentes na prática deste ou de outros delitos, podiam ser condenados ao degredo nas colónias africanas e Timor.” (Pinto, 1998)

Não sendo este o lugar próprio para descrever com maior rigor, convém referir que à política de repressão correspondia uma outra face, a da assistência. Durante o 1º terço do séc. XX, estima-se que haveria cerca de uma dúzia de albergues e asilos para indigentes adultos. Entre os mais importantes destacam-se a Albergaria de Lisboa (fundado em 1913), o Albergue Nocturno (fundado por D. Luís), O Asilo de Marvila, O Asilo de Nossa Senhora do Amparo, O Asilo de Mendicidade (instituído em 1836, foi transferido para Alcobaça em 1928) e o Asilo Dona Maria Pia (criado em 1867).

O trabalho continuava a ser uma obrigação na maioria dos asilos, cuja entrada era normalmente requerida pelo governador civil. Nos albergues, pelo seu carácter transitório, era mais fácil a admissão, mas pela sua insuficiência, tendiam a perder o seu carácter de transitoriedade e a transformarem-se em asilos. (Pinto, 1998)

Paralelamente, é de referir a existência de subsídios e esmolas distribuídos pelo Governo Civil, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, e outras iniciativas de beneficência como a promovidas pelo jornal “O Século”; as Cozinha Económicas fundadas pela duquesa de Palmela, que passaram para administração da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em 1928 (das quais ainda se conserva o refeitório dos Anjos); e finalmente, a preocupação com os cuidados de saúde e higiene dos indigentes, através da criação de balneários públicos pela cidade, bem como a organização de colónias balneares junto ao mar para crianças pobres (Pinto, 1998)

Com a emergência do Estado Novo, as políticas de repressão da mendicidade e vadiagem vão intensificar-se e assumir contornos novos, nomeadamente pelo papel preponderante atribuído à PSP (Polícia de Segurança Pública) como principal mediadora entre os vadios e a sociedade civil, acumulando funções de assistência e de reeducação social.

O decreto-lei n.º 19687 de 4 de Maio de 1931 vai instituir “a repressão da mendicidade nas ruas e lugares públicos”. E o decreto-lei n.º 30389 de 20 de Abril de 1940 vai determinar que sejam criados, em todas as cidades sedes de distrito, albergues destinados a prevenir e reprimir a mendicidade, na dependência dos comandos distritais da PSP (Bastos, 1997).

A criação dos albergues mendicidade polícia parece decorrer da iniciativa da própria polícia, começando com a inauguração da Casa dos Pobres em 1928 no Porto, e posteriormente com a fundação da Mitra, em 1933. Só em 1940, como referido, é que estes estabelecimentos foram legalmente instituídos.

Segundo Susana Pereira Bastos (1997) isto inaugura uma nova época no domínio da assistência, com uma instituição estatal de carácter policial a assumir funções que tradicionalmente estavam atribuídas às Misericórdias e associações religiosas. A polícia alarga as suas actividades beneficentes através da construção e gestão dos Albergues de Mendicidade, bem como de um papel activo na administração das Sopas dos Pobres e outras iniciativas caritativas. Esta nova face da polícia inseria-se num movimento de maior intervenção do Estado nos domínios da assistência e recuperação moral.

Doravante, os mendigos deixam de ser reconhecidos pelas autoridades, e passam a ser enviados para o seu local de origem, remetidos ao seu domicílio de socorro, ou para os albergues da polícia e asilos.

Os albergues distritais de mendicidade são concebidos como estabelecimentos de “simple detenção e internamento provisório”, com funções de triagem e encaminhamento. São divididos em duas secções: de simple detenção, provisória, como centro de identificação das situações, onde eram inspeccionados por um médico, e outra secção de regime de internamento provisório para os doentes, idosos e menores sem família.

Em Lisboa, o albergue da Mitra, dá conta no período entre 1933-1951, de 12683 entradas e 10144 saídas nos seus registos. Em 1942 as instalações do albergue são ampliadas com a criação de uma colónia agrícola na Quinta do Pisão, na zona de Sintra, que no final da década de quarenta tornou possível a admissão anual de cerca de um milhar de indivíduos. (Bastos, 1997).

Nestes albergues encontravam-se internadas situações bastante heterogéneas (idosos, menores, doentes mentais, alcoólicos, tuberculosos, prostitutas, homossexuais, delinquentes reincidentes) que evocavam a instituição pré-psiquiátrica descrita por M. Foucault (1972). Aos doentes mentais, por razões que também se prendem com dificuldades de transferência para os hospitais psiquiátricos, não eram administrados qualquer vigilância ou tratamento psiquiátrico. Em 1950, na Colónia do Pisão, é fixada a existência de um pavilhão exclusivo para doentes mentais (o Asilo dos Dementes”) mas só em 1956 é ali introduzida assistência psiquiátrica. (Bastos, 1997)

Em 1976, com o decreto de lei n.º 365, é abolida a repressão à mendicidade, sendo este ainda o quadro legal actualmente vigente. Este decreto introduz uma nova compreensão do fenómeno, segundo a qual ele resultará de problemas sociais pelo que, uma vez resolvidos, tenderá a desaparecer.

Quando nos anos 90 a visibilidade dos sem-abrigo aumenta, é neste novo contexto legal, apanhando desprevenida alguma opinião pública, que recorda os tempos anteriores a 1976 em que a polícia tinha uma acção bastante mais incisiva. No quadro actual dormir na rua não é punível, estando as autoridades obrigadas a intervir junto desta população com base no consentimento voluntário.

Actualmente, a vadiagem e a mendicidade não são punidas pela lei salvo, no caso da mendicidade, se se provar que há exploração de menor de 16 anos ou de pessoa psiquicamente incapaz, utilizando-o para mendigar (artigo 296 do Código Penal de 1995).

Historicamente, portanto, parece ter-se oscilado entre 2 grandes concepções do fenómeno: por um lado a ideia de que resulta de uma situação de pobreza estrutural e/ou incapacidade (física ou mental) para trabalhar; por outro lado de que está ligada à ociosidade, à mendicidade e até mesmo práticas delinquentes.

Assim, assistimos à alternância de períodos de relativa tolerância do fenómeno da "vagabundagem" com períodos que se caracterizam pela tomada de medidas repressivas contra o mesmo.

Actualmente, estaremos a viver um período de tolerância, tendo sido eliminados termos como "vagabundo", "vadio" ou "sem-abrigo" do discurso jurídico.

No entanto, as recentes notícias sobre as medidas tomadas por Câmaras Municipais, um pouco por toda a Europa, relativamente aos sem-abrigo, mostram o quanto uma situação de vazio legal pode dar origem a medidas arbitrárias e por vezes anticonstitucionais.

Por exemplo, a 4-1-1996 o jornal "Capital" noticiava o seguinte: "Moscou declara guerra aos mendigos". Era referido nesse artigo que Moscovo apresentava actualmente cerca de 300.000 mendigos, que a cidade se preparava para recolher das ruas através da polícia, conduzindo-os para centros de assistência e abrigos municipais. Os vagabundos seriam autorizados a permanecer neste refúgios no máximo 30 dias, até as autoridades decidirem o que fazer com o seu futuro, nomeadamente em termos de emprego. Note-se que não foram dadas informações sobre futuros locais de trabalho,

mas uma das hipóteses avançadas foi a de recambiarem estas pessoas para fora da cidade. Informava-se ainda estarem previstas alterações legislativas para a penalização da vagabundagem e mendicidade.

O "El Pais", a 7/9/96, denunciava as medidas de "limpeza" tomadas pela Câmara de Las Palmas, mediante o envio por avião de um grupo de mendigos para outros pontos da Península.

Medidas semelhantes foram tomadas noutras cidades como é recordado no "El Pais" de 1/12/96. Em Santander a câmara vinha desde há alguns anos a prender os pobres que exerciam mendicidade, ficando-lhes com as moedas, até o "Defensor del Pueblo" pedir a sua anulação. Em Cartagena e Murcia assistia-se também a uma cruzada contra a mendicidade, apreendendo-se as esmolas ou sancionando os que as pediam.

Os exemplos sucedem-se, não só na nossa vizinha Espanha, como noutros pontos da Europa (Ex: Áustria, França) revelando que a par de uma certa "tolerância" da vagabundagem (para muitos um mal necessário), coexistem opiniões a favor do combate repressivo da mesma.

### Cap. 3 – OS SEM-ABRIGO SOB UM ÂNGULO PSICOLÓGICO

Uma aproximação ao fenómeno sem-abrigo do ponto vista psicológico pode ser não só um empreendimento difícil como suscitar reservas. Falar de aspectos psicológicos numa população com tão escassos recursos pode parecer um desvio das questões essenciais. No entanto, a opinião pública não prescinde de considerar esses aspectos, quando emite opiniões relativamente à questão da responsabilidade: ser sem-abrigo é um vida sem opção ou uma opção de vida?

A insistência em fechar esta questão, numa procura de um bode expiatório, resultará talvez da dificuldade de pensar uma realidade angustiante, que acorda os fantasmas mais recônditos de desprotecção, desamparo, solidão, frustração, agressão.

Aproximar-se dos sem-abrigo como seres psicológicos, complexos, poderá alargar a perspectiva, e evitar dicotomias fáceis..

#### **Perspectivas de aproximação aos sem-abrigo**

Os sem-abrigo constituem uma população particularmente esquiva a estudos, sobretudo aqueles que assentam em metodologias quantitativas de tipo questionário ou inventário. A tarefa é dificultada não só pelo próprio *setting* em que estas pessoas se encontram, a rua, como pelas dificuldades pessoais apresentadas por estas pessoas, que fazem com que aquelas mais deterioradas não reünam as condições mínimas para compreender ou colaborar em estudos, acabando por ser mais uma vez excluídas.

A complexidade aumenta quando sabemos que são vários os paradigmas teóricos que estruturam os discursos *psicológicos*. Sendo os sem-abrigo uma população bastante desconhecida haverá concerteza lugar e utilidade para várias abordagens e focos de investigação. Destacam-se aqui 3 domínios possíveis de estudo:

- Um deles consistirá no estudo dos principais problemas de saúde mental que atinge esta população. Assente num modelo psicopatológico-médico esta abordagem permitirá

evidenciar a incidência de perturbações mentais e/ou consumos (álcool e drogas) nesta população.

O estudo destas perturbações é necessário e importante para que se possam tomar medidas adequadas que vão ao encontro das necessidades destas pessoas. Só reconhecendo a existência de problemas de saúde mental nesta população, como tem sido revelado (ex.: Bento *et al*, 1996, 1999), é que se poderá acabar com a falsa dicotomia segundo a qual os sem-abrigo são apenas um problema social (como se os chamados casos sociais não pudessem ser também casos de saúde) e, assim, poder-se-á responsabilizar os organismos de saúde.

Por exemplo, encontram-se na rua pessoas com perturbações psicóticas graves a quem os serviços sociais não podem, sozinhos, prestar ajuda por incapacidade destas pessoas de ajuizar a sua situação e colaborar num projecto de ajuda.

Como ajudar alguém que delirantemente se acha a pessoa mais poderosa do mundo, que se chama a si própria de "Hitler" ou "Marechal das Nações" e que não precisa de nada? E quando recusa qualquer contacto, ainda que mínimo, ou se está tão deteriorado que já nem o próprio nome se sabe?

- Noutra vertente, há interesse em se conhecer melhor as vicissitudes do desenvolvimento e do percurso histórico individual dos sem-abrigo, tendo em conta o peso que estes factores têm sobre o processo de construção da personalidade, afectando estilos relacionais e estratégias para lidar com as dificuldades.

São frequentes as histórias de abandono na infância, de indivíduos que não conheceram um pai, ou ambos, que foram criados em instituições ou outros substitutos da família, ou, ainda, histórias de fugas de casa e delinquência desde a infância (Susser et al, 1987; Bento et al, 1996).

*Vitor, 40 anos, solteiro, uma filha, arrumador de carros, consumidor excessivo de álcool- a sua mãe era prostituta, o seu pai incógnito; criado por padrinhos no Norte, foge de casa com 14 anos para Lisboa, cidade onde vive a sua mãe mas com quem não tem contacto; vive na rua, como "vadio", desde os 14 anos.*

Mesmo quando existe família é generalizada uma imagem negativa da mesma. São as queixas contra o pai ou mãe percebidos como frios, rejeitantes.

*Exemplos: "o meu pai só tinha olhos para a minha irmã, nunca gostou de mim"; "a minha mãe abandonou-me, nunca quis saber dos filhos."*

Ou então zangas inultrapassáveis com irmãos acusados, por exemplo, de os terem enganado e prejudicado em heranças, ou então de, estando bem na vida, os abandonarem quando mais necessitavam.

Estas histórias familiares e de infância serão importantes não tanto para justificar a psicopatologia destas pessoas (no sentido de predizer a existência de mais neuroses ou psicoses do que a população normal) mas sobretudo para compreender as perturbações do seu desenvolvimento narcísico, que se prende com a forma como se investem e como se sentiram investidos ao nível da representação de si próprios.

No fundo, são muitas vezes indivíduos para quem a única referência estável e familiar que tiveram são eles próprios, que aprenderam a contar apenas consigo próprios, tendo de ser pai e mãe de si próprios, quando não tiveram mesmo que construir completamente na sua fantasia (por ausência total de informação) o seu próprio pai e mãe (Cyrlunnic, 1995). Não é raro encontrarmos sem-abrigo que ruminam cronicamente sobre as suas origens, procurando reconstruir episódios e encontrar coerência para uma série de dados dispersos e escassos, entre histórias ouvidas na infância e fragmentos de recordações.

*Luís, 38 anos, solteiro, um filho, criado na Casa Pia, desde os 17 anos que vive só, numa grande instabilidade habitacional e profissional: "Todos os anos, durante pelo menos 2 meses, fecho para balanço... Vou buscar todas as recordações para trás, sobre o meu pai, a minha mãe, quando era bebé... Nessas alturas não falo com ninguém e fico fechado em mim mesmo. Preciso de arrumar a casa..."*

- O trabalho com uma população tão carenciada, com necessidades múltiplas e diversas, requer também uma visão abrangente e sistémica dos vários sistemas envolvidos: o sistema familiar, comunitário, institucional, político, etc.

Repare-se que é quase um contra-senso falar-se de visão sistémica, tão ligada à abordagem familiar, quando a maioria destas pessoas parece caracterizar-se por uma estratégia de "desligamento", por oposição ao padrão de "emaranhamento" mais comum observado nas famílias que procuram os terapeutas familiares, podendo quase dizer-se

que os sem-abrigo constituem-se como "sobreviventes desligados", fora da órbita familiar (Goldstein, 1990).

Contudo, a análise dos contextos envolventes, dos seus modos de estruturação e de interação, concorrendo para incluir ou excluir os sem-abrigo é fundamental. A intervenção junto destas pessoas requer um trabalho cuidadoso e extenso de sensibilização, envolvimento, articulação e coordenação com múltiplos agentes.

Neste trabalho a família pode assumir um papel fundamental, sobretudo se for compreendida nas suas dificuldades e apoiada ao nível do seu contexto mais alargado.

*Manuel- 55 anos, solteiro, psicótico, na rua há 12 anos, muito deteriorado psíquica e fisicamente; história de internamentos psiquiátricos episódicos voltando habitualmente para rua, seguindo-se nova descompensação. Foi possível envolver a família existente (irmã na terra natal), despoletar um internamento que envolveu a colaboração de agentes policiais e, posteriormente, planear a alta para o seio da família, promovendo a ligação desta aos serviços de saúde e sociais da zona.*

*O Manuel encontra-se actualmente bem integrado na família, a qual se sente satisfeita e mais apoiada pelas estruturas comunitárias existentes.*

### **A pertinência dos aspectos psicológicos**

Quando se lida com situações concretas de sem-abrigo é inevitável a colocação de questões que se prendem com os ângulos de aproximação atrás descritos.

Esta pessoa apresenta problemas de saúde mental? Como foi a sua história e como isso terá afectado a sua personalidade? Como se relaciona com os sistemas envolventes (a família, as instituições, a comunidade)?

A importância dos aspectos psicológicos parece aumentar na proporção em os problemas dessa pessoa não têm uma resolução fácil. Quando não basta resolver o problema da habitação ou do trabalho para que a pessoa se autonomize.

A própria situação de sem-abrigo deve ser compreendida em termos dos seus efeitos sobre os indivíduos. Não poderá ser a situação de sem-abrigo uma situação traumática, no sentido de ser uma situação que acentua sentimentos de insegurança, impotência e de falta de conexão?

A rua dificilmente constitui um lugar seguro para onde se retirar para lidar as emoções assustadoras. Viver na rua é vivido como descer ao degrau mais baixo da sociedade, uma condição estigmatizante, que acentua o sentimento de desvalorização e de rejeição. Implica uma descida na escala social e a perda de papéis sociais que definem a identidade, que é constituída por relações de trabalho, de vizinhança, amizade, familiares.

Por outro lado, é legítimo perguntar em que medida a rua não resulta já de uma série de perdas e falhas nas redes sociais de suporte, de relações íntimas e duradouras. Alguns estudos mostram, por exemplo, que a probabilidade de os sem-abrigo nunca terem casado é duas vezes maior que na população normal, que na infância é frequente a colocação fora do lar ou o viver sozinho precoce, ou ainda, quando adultos, têm mais dificuldade em nomear 3 figuras a quem recorrer numa altura de aflição do que pessoas pobres mas com domicílio (Goodman, Saxe e Harvey, 1991).

### **Uma patologia do vínculo**

O reconhecimento da pobreza de vínculos nesta população não é novo. Já na idade média eram caracterizados por não prestarem vassalagem a senhor algum. Expressões como “não ter eira, nem beira”, não serem “um pássaro de gaiola” acentuam não só a condição de falta de laços de pertença mas também uma atitude activa de rebeldia a laços sociais que prendam.

Isto não significa, no entanto, total ausência de relações.

Os sem-abrigo mantêm relações entre si, na medida em que partilham espaços, informações e bens.

Muitos mantêm relações com empregadores esporádicos, onde arranjam trabalho ou fazem biscates periodicamente.

Muitos mantêm relações com os serviços, ainda que esporádicas.

No entanto, raramente parecem manter relações duradouras de proximidade. As relações tendem a ser inconstantes, superficiais e passageiras, numa combinação paradoxal entre uma sociabilidade fácil, isolamento e desconfiança (Snow e Anderson, 1992).

## **Afiliação, filiação e vinculação**

O conceito de afiliação em sentido sociológico parece ter um significado transversal que remete para o sentimento de pertença e de ligação a diferentes grupos: familiar, amizade, profissional, ideológico, religioso, institucional, comunitário, pátria, etc.

Trata-se de um conceito bastante rico e sugestivo, não só porque acentua o factor pertença e ligação, mas também o factor poder e eficácia pessoal (La Gory, 1991). A afiliação torna-se importante na questão dos sem-abrigo, na medida em que permite o acesso a recursos limitados, o que se traduz em poder sobre os outros.

Numa perspectiva psicológica e relacional, a afiliação deverá ter uma história e uma existência enquanto representação psíquica, podendo ser desdobrada em questões como a da vinculação e a da filiação.

A vinculação é um sistema de comportamento que estrutura a afectividade e a proximidade/distância relacional. A filiação relaciona-se com as estruturas de parentesco e enraíza-se na representação psíquica e cultural.

Não são fenómenos idênticos na medida em que uma criança pode estar mais vinculada a uma ama do que aos pais biológicos, por exemplo. O contacto quotidiano com uma figura cuidadora, confiável desenvolve um laço afectivo que pode ser maior que o laço de parentesco, que em grande medida é atribuído, designado culturalmente.

A prova disso é que os sistemas de parentesco variam consoantes a culturas, havendo sistemas de filiação matrilineares, patrilineares ou outros, onde por exemplo o papel parental é atribuído ao tio materno

O sentimento de filiação envolve a resposta à questão: de quem sou eu filho? Questão que é fundamental para a estruturação do psiquismo e para o sentimento de pertença e inclusão social.

Em muitas culturas, considera-se que uma criança merece a morte se não for reconhecida a sua filiação. Na Argélia muitas mulheres pensam que é melhor matar uma criança do que ter um filho fora do casamento (Cirulnik, 2000)

Já na Grécia antiga o nascimento dos filhos deveria ser reconhecido pelo pai, que o levantava nos braços e dizia publicamente. “Este é meu filho”, assumindo-o como sua descendência e da sua linhagem. O não reconhecimento por parte do pai dava origem à expulsão da criança para fora da cidade, abandonada aos elementos e animais para

morrer (Burguière et al.,1996) Aliás, essa é uma estrutura típica das lendas sobre os heróis (Otto Rank,1991).

Não saber de onde se vem, de quem se descende representa uma lacuna ao nível da identidade.

### **Vínculos familiares dos sem-abrigo**

Não sendo fácil recolher informações, na rua, sobre a família dos sem-abrigo há, contudo, quando tal é possível, alguns dados relevantes (baseado numa amostra de 511 casos de sem-abrigo de Lisboa, Equipa de Rua - SCML)

A maioria refere não poder recorrer ao apoio da família, por perda de um ou ambos os pais (3/4 dos casos com informação), e por conflitos com os elementos restantes da família (pais ou irmãos). A maioria também não constituiu família na vida adulta ou rompeu com ela.

Quando olhamos para a sua infância verificamos que um número significativo (1/3 dos casos com informação) refere que perdeu um ou ambos os pais precocemente.

Um número semelhante afirma ter sido criado fora da família nuclear, por outras figuras de substituição (avós, tios, padrinhos, famílias de acolhimento e de adoção) ou por instituições de infância..

1/3 dos que afirmam ter sido criados com a família, foram criados apenas com um dos pais, geralmente a mãe, não sendo raro a incerteza relativamente à identidade do pai (incógnito).

Um número significativo fez um processo de autonomia precoce, saindo ou fugindo de casa muito jovens (9, 10, 11, 12 anos). Destes, muitos tiveram o seu primeiro episódio de rua ainda enquanto menores.

De forma menos frequente, mas não menos real, encontram-se pessoas que nunca se autonomizaram, perdendo a casa geralmente após a morte da mãe em adultos.

## As vivências familiares dos sem-abrigo

Não é fácil reconstituir as vivências destas experiências infantis porque os sem-abrigo tendem a minimizar os seus efeitos (*Viriato: "Sou filho de pai incógnito mas não tenho complexos com isso. Não sinto a falta. A minha mãe soube explicar-me como as coisas se desenvolviam*) ou então mostram-se visivelmente perturbados quando se aborda o tema da família (*Albino: "A bruxa da minha mãe! Não quero falar disso."*).

Uma primeira sugestão dos dados atrás referidos é que para uma porção significativa dos sem-abrigo a chamada desafiliação em adulto começou com uma frágil ou mesmo ausente filiação, quer no sentido emocional, quer jurídico do termo.

*Flávio: "O meu pai disse que não tinha provas de eu ser filho dele. A minha mãe deu-me 20\$00 para eu dizer que não era filho dela."*

*Luís: "O meu pai só me perfilhou quando eu fiz 27 anos porque dizia que eu não era filho dele mas do carteiro. Durante muito tempo, em criança, acreditei, apesar de achar que era parecido com ele."*

*João: "Sou filho de pai incógnito. Ele era médico no Alentejo. A minha vida corre mal desde que nasci."*

A figura paterna é por vezes muito ausente (por falecimento, separação dos pais ou paradeiro desconhecido) subsistindo como uma recordação fugaz e idealizada.

*Manuel: " Vi o meu pai a última vez aos 5 anos. Deu-me um avião de brinquedo. Acho que era piloto, um herói da guerra de África. A minha mãe portava-se mal e não queria saber dos filhos."*

Ou então, por vezes os pais são descritos como autoritários, violentos, alcoólicos.

*Fernando: " O meu pai matou a minha mãe à pancada. Obrigava-me a ir pedir quando era criança"*

As mães são descritas com alguma frequência como figuras pouco protectoras, pouco disponíveis, por vezes coléricas e imprevisíveis, elas próprias dependentes e com pouca capacidade de oferecer segurança..

*Beatriz: "O meu padrasto era muito mau. Obrigava os enteados a pedir mas a minha mãe nunca nos defendeu".*

*Luís: " O meu pai disse que não criava impecilhos de ninguém . Por isso a minha mãe enviou o meu meio-irmão, que nunca conheci, para uma instituição no Norte. Depois acabou por não me criar a mim e à minha irmã, e éramos filhos dele.*

*Arminda: O meu pai andava sempre preso e a minha mãe levou-me logo à nascença para casa de uma tia.*

Por vezes, ainda, há o sentimento de serem de alguma forma ilegítimos.

*Luís: "A família do meu pai nunca quis saber de mim porque eu era 'filho da outra'."*

Frequentemente instituições ou outras figuras substitutas revelaram-se como alternativas mais estáveis do que a família de origem, mas aqui as regras parecem ter predominado sobre os afectos.

*Helder: Nunca me faltou nada no colégio, só o carinho. Quando sai do colégio não estava preparado para a vida. Habitado a comer a horas certas foi um grande choque quando vim cá para fora. A minha vida nunca mais correu bem. Não tenho dificuldade em arranjar trabalho. O meu problema é mantê-lo.*

Recorrentemente os sem-abrigo referem condições de vida que os empurraram para uma autonomia precoce .

*Luís: Nunca tive quem me orientasse nem a quem recorrer. Desde miúdo tive que tomar todas as decisões sozinho e de contar só comigo.*

Ou então, os laços com a mãe são descritos com um colorido simbiótico:

*António: "Não casei para cuidar da minha mãe, que era viúva, até ela morrer."*

*Armindo: "Quase todas as noites sonho com a minha mãe como se estivesse a falar com ela e já morreu há 34 anos."*

*Josué: "Desempreguei-me para cuidar da minha mãe até ela morrer."*

*Aquilino: " Quando perdi a minha mãe perdi a minha vida."*

## Uma patologia da perda

À luz do acima exposto, a chamada desafiliação parece inscrever-se simultaneamente dentro de uma patologia do vínculo e de uma patologia da perda.

Em termos psicológicos encontram-se com frequência a presença de 3 componentes, que Bowlby (1980/1993) identificou como estando associados à experiência da perda:

- um desejo de reencontro com as figuras perdidas;
- raiva pela perda ou abandono dessas figuras;
- um certo grau de desapego .

O desejo de reencontro é mais ou menos inconsciente.

*Armindo: Oscila periodicamente entre o Porto e Lisboa, locais ligados respectivamente aos pais e irmão, não conseguindo fixar-se por muito tempo no mesmo local.*

*A localização geográfica dos sem-abrigo parece relacionada com os seus locais de origem.*

Os sem-abrigo parecem muitas vezes "encravados" em zangas passadas que não conseguem esquecer, zangas contra a mãe, o pai, irmãos...

*Luís: Paralisado entre o desejo de reaproximação à mãe e irmã e a raiva de se sentir abandonado e esquecido. Passa o seu tempo livre num café à espera de um telefonema da irmã, sobressaltado cada vez que o telefone toca, mas não quer "dar o braço a torcer" e tomar ele a iniciativa.*

*José: " Os meus pais já morreram... Bem, a minha mãe está viva mas não falo com ela há 13 anos. Roubou-me 20 contos."*

. O sentimento de estar só e entregue a si mesmo, é frequentemente exibido com orgulho, por vezes de forma quase eufórica, sublinhando que afinal se pode passar muito bem sozinho.

Quando essa atitude não se sustenta, surge o abatimento, a pessoa está só e o mundo deserto.

*Mário: "Sou um Zé Ninguém. Não percam tempo a falar comigo."*

*Luís: "Já estou habituado a estar sozinho. Tenho de começar a pensar só em mim, já que a minha família faz o mesmo."*

Por vezes, ainda, o estar-se sem-abrigo é vivido com o sentimento de destino traçado:

*Armindo: A minha mãe antes de eu morrer previu que acabaria na rua.*

*Alberto: É o meu destino pagar pelos erros da minha família. Sou um bode expiatório da minha família, tal como o meu pai, que também foi desprezado pela sua família e acabou na rua.*

Quando o objecto ausente é a única presença real, o contacto com um bom objecto pode provocar angústia e ser fonte de fracassos repetidos:

*Manuel: fora de casa desde os 11 anos, em fuga de um pai alcoólico e violento, que expulsava repetidamente a mulher e os filhos de casa. Fala do pai com um misto de admiração e censura. "Quando estava ao pé dele não lhe ligava, mas observava-o de longe e invejava-o: as pessoas tinham-lhe respeito."*

*Um ex-patrão, que tolerou muitas "patifarias" suas no trabalho (ausências, abusos de confiança), volta a oferecer-lhe trabalho apesar de tudo. O Manuel procura-nos, embriagado e muito inquieto. Sente-se simultaneamente contente e envergonhado, e muito angustiado. Desaparece por uma semanas e volta contando-nos que tem bebido mais, tendo-se envolvido em brigas que provocaram a intervenção da polícia.*

*Julieta: apresenta deficiências físicas congénitas, uma história de alcoolismo e prostituição. Vítima de abuso sexual em criança, vê uma filha ser-lhe retirada por negligência e suspeita de abuso sexual por parte do companheiro.*

*Sai da rua, ingressa num Atelier Ocupacional e inicia a preparação para o exame da 4ª classe, a realização de um sonho que simultaneamente deseja e teme. Quando se aproxima a data do 1º exame, para o qual a professora assegura que se encontra preparada, ela separa-se do companheiro, abandona o Atelier e volta para a rua, voltando a beber excessivamente. Após alguns meses recomeça no Atelier e na preparação para o exame. No dia em que faz o exame, com sucesso, embriaga-se, cai, é*

*assaltada e rompe definitivamente com o companheiro e com Atelier, regressando à vida de rua.*

Este conjunto de observações e reflexões constituem de alguma maneira a base para o estabelecimento das hipóteses deste trabalho. Procura-se fundamentalmente investigar como se relacionam os sem-abrigo com os outros significativos, dentro e fora deles, acreditando-se que isso é um factor a ter em conta na compreensão do fenómeno sem-abrigo.

Antes de se apresentar os resultados obtidos, são revistas algumas das teorias psicológicas que têm aprofundado a dimensão relacional da vida humana, constituindo esta a 2ª parte deste trabalho.

## PARTE II

### Cap.4– A TEORIA DA VINCULAÇÃO E O PONTO DE VISTA SISTÊMICO

#### A teoria da vinculação

A teoria da vinculação de Bowlby (1969/1990, 1973/1993, 1980/1993) poderá ser resumida nalgumas proposições fundamentais:

- Para Bowlby o comportamento de vínculo é um sistema motivacional primário, com um fundamento biológico, a par do comportamento sexual, alimentar, exploratório, etc. (Deste modo Bowlby inscreve-se naquele movimento que veio a ser conhecido pela escola das relações objectais, para quem é a relação, e não a pulsão, a matriz primária do desenvolvimento psicológico.)

- A principal função biológica do vínculo é garantir que a criança vulnerável busque protecção quando se sinta angustiada e em aflição (por necessidades físicas, ameaças externas ou por separação prolongada da figura de vínculo)

- A este comportamento estão associadas 3 características básicas:

- a busca de proximidade
- o efeito de uma base segura
- o protesto perante a separação

- Quando uma criança se sente ameaçada, experimenta incerteza, está cansada ou se sente incomodada, o nível de angústia aumenta e a criança procura na sua figura de vínculo a segurança e o alívio.

Mesmo quando a criança é castigada ou maltratada por um dos pais existe, não obstante, a inclinação a não separar-se e a mostrar a vinculação a essa pessoa se não há ninguém mais acessível. (Rutter e Rutter, 1993, cited in Howe, 1997)

- A tarefa básica das figuras de vínculo é proporcionar sentimentos de segurança e confiança, ou seja constituir uma base segura para outros comportamentos, nomeadamente os exploratórios. (Existe desde o início uma tensão entre a necessidade de sentir-se seguro e a necessidade de explorar, entre a protecção e a independência.)

- A separação prolongada ou a perda de uma figura de vínculo constitui um duplo golpe, na medida em que a separação aumenta a angústia que, por sua vez, activa o comportamento de procura da figura de vínculo, a qual não se encontra disponível. Esta é uma experiência extremamente dolorosa e que pode dar origem a diversos transtornos. (Recorde-se que o interesse de Bowlby pelos estudos de observação directa da interacção mãe-bébé teve o seu início com o estudo dos efeitos da privação materna, na esteira de James Robertson)

- Nem o cuidado físico nem a quantidade de tempo dispensada à criança produzirão por si mesmos a vinculação. A qualidade da interacção tem uma importância crítica.

A pessoa que presta cuidados deve ser capaz de ver e interpretar os comportamentos e estados emocionais do bebé do ponto de vista deste e responder de um modo apropriado, oferecendo alívio nos momentos de aflição, com afecto, sensibilidade e consistência.

- Para Bowlby, a vinculação precoce vai afectar o desenvolvimento da personalidade na medida em que a confiança ou desconfiança na acessibilidade e disponibilidade das figuras de vinculação acabam por ser internalizadas, mediante aquilo que ele denominou por "modelos dinâmicos internos", e afectar as expectativas sobre novas relações e os sentimentos acerca da valia ou desvalia do próprio.

A teoria do vínculo deu origem a uma enorme quantidade de investigação, cuja exposição não cabe neste trabalho. Salientam-se no entanto os trabalhos de Mary Ainsworth (cited in Howe,1997), principal colaboradora de Bowlby e que concebeu o Teste da Situação Estranha, no qual as crianças eram, entre outras coisas, separadas brevemente de um ou ambos os pais, num quarto estranho que eles podiam explorar e onde podiam brincar, e depois reunidos novamente com o mesmo pai. A partir desta

situação as crianças poderiam ser classificadas quanto ao grau de segurança e o tipo de vinculação, observando-se:

- a) o muito ou pouco que a criança explora o meio quando a pessoa que o cuida está presente ou ausente;
- b) como reage a criança quando a pessoa que a cuida está presente, se vai embora e quando regressa.

Esta linha de investigação conduziu a uma classificação do tipo de vínculos interessante, a qual se passa a resumir (Howe, 1997; Byng-Hall, 1991; Feeney e Noller, 1996):

### 1. Vínculos seguros:

As crianças experimentam alguma aflição pela separação mas é visível que a criança confia que a mãe vai voltar. Quando se reúnem, a criança recebe-a com satisfação, buscando um certo alívio, contacto ou reconhecimento amistoso e volta rapidamente á situação de jogo, contente. Por sua vez, a pessoa que a cuida mostra-se alerta e sensível às comunicações da criança.

### 2. Vínculos inseguros e evitativos

Estas crianças mostram poucos sinais aparentes de aflição pela separação e quando a pessoa cuidadora regressa, é ignorada ou evitada. Não buscam o contacto físico com o pai ou com a mãe, manifestando antes uma atitude de vigilância e de cautela na relação com eles. A figura parental e a criança parecem ter pouco contacto e prazer juntos. Entretanto o envolvimento no jogo encontra-se inibido. Estas reacções parecem estar associadas a pais indiferentes e insensíveis aos sinais das crianças ou mesmo rejeitantes.

### 3. Vínculos inseguros e ambivalentes

As crianças mostram-se muito aflitas pela separação e são muito difíceis de tranquilizar quando se reúnem de novo. Procuram o contacto mas não sossegam quando o recebem. Resistem colericamente às tentativas de tranquilização e de atenção, mas correm atrás da figura parental se esta se afasta. Parece que a criança não confia que o pai ou mãe vai voltar e está zangada por ter sido deixada sozinha. O cuidado dos pais tende a ser incoerente e insensível, embora nem hostil, nem rejeitante.

#### 4. Vínculos inseguros e desorganizados

As crianças mostram elementos de comportamento de vínculo tanto evitativo como ambivalente. Ao reunirem-se com os pais mostram confusão, ansiedade e desorganização. Por vezes, entre a separação e a reunião simplesmente "congelarão".

Estas reacções parecem estar associadas a problemas graves de abuso físico, ou situações em que o pai foi abusado ou falhou no luto de uma figura de vinculação importante. Aos olhos da criança, os pais são sentidos tanto como aterrorizantes como aterrorizados, permanecendo ela num conflito irresolúvel: aproximar-se da figura de vínculo é também a causa de angústia.

#### 5. Ausência de vínculos

Este termo, que é em certa medida teórico na medida em que se poderá questionar sobre a possibilidade de uma ausência de vínculo, reserva-se para aquelas crianças que tiveram pouca ou nenhuma oportunidade de formar vínculos afectivos preferenciais com um cuidador, como se observa facilmente naquelas crianças que se criaram em instituições desde a primeira infância e que passaram por muitos cuidadores anónimos consecutivos. Estas crianças revelam dificuldades a vários níveis, nomeadamente nas suas relações sociais. O seu trato com as pessoas parece basear-se na necessidade, havendo pouca preferência ou interesse por um ser humano em especial. As pessoas são intercambiáveis na medida em que estão satisfeitas as suas necessidades básicas. Estas crianças mostram pouca aflição numa situação de separação e grande dificuldade de controlar os seus impulsos e sentimentos agressivos.

O alcance desta tipologia parece ser grande dado que a investigação tem mostrado que se podem encontrar na população adulta atitudes análogas em relação à vinculação (Hazan e Shaver, 1987, cited in Feeney e Noller, 1996).

Main e Goldwin, citados por Byng-Hall (1991) conceberam já uma entrevista destinada a detectar padrões de vinculação no adulto, a Adult Attachment Interview (AAI), e Hazan e Shaver têm conduzido uma ampla investigação no que diz respeito ao comportamento vincutivo dos adultos, em particular, no que toca á vinculação romântica no adulto, o qual apresenta grandes similitudes com a vinculação na infância.

Shaver e Clark (1994) resumem deste modo uma série de estudos e descobertas neste domínio, centrando-se nos primeiros três tipos de vínculo, originalmente os propostos por Ainsworth:

- Os adultos evitativos mostram-se relativamente desinteressados nas relações românticas, têm uma taxa mais alta de rupturas que os seguros e fazem menos luto depois das mesmas. Tendem a descrever os pais como rejeitantes e algo frios, e têm mais frequentemente que os seguros ou ambivalentes um pai alcoólico. Tendem a evitar os seus parceiros românticos quando experienciam *stress* ignorando-o ou negando-o e, mais tarde, a desenvolver sintomas psicossomáticos. Existe uma inclinação para sentirem-se aborrecidos e distantes durante as interações, não gostam de partilhar a sua intimidade nem aprovam aqueles que o fazem livremente. Parecem tímidos e pouco assertivos e tendem a ser pessimistas, senão mesmos cínicos, acerca de relações de longa duração.

- Os adultos ansiosos e ambivalentes tendem a ser obsessivos em relação aos seus companheiros, sofrem de ciúmes extremos e revelam uma taxa alta de rupturas, especialmente em relação com parceiros também eles próprios ansiosos e ambivalentes. Têm também uma maior tendência que os outros tipos a acabar a relação e a reatá-la novamente, e é comum alimentarem a esperança que cada nova relação trará a "resposta". Têm uma auto-estima baixa e instável. Preferem trabalhar com os outros mas sentem-se pouco apreciados e compreendidos no trabalho. Tendem a descrever os pais como intrusivos e injustos. Preocupam-se com a rejeição durante as interações, fazem auto-revelações indiscriminadamente, demasiado cedo, e gostam daqueles que procedem semelhantemente. Tendem a ser argumentativos, intrusivos e controladores. Assinala-se também uma propensão para comer demasiado e ter problemas de peso.

- Os adultos seguros investem grandemente nas relações estáveis e longas, caracterizadas pela confiança e amizade. Têm uma boa auto-estima e uma imagem positiva dos outros, sentindo-se apreciados pelos seus pares. Quando *stressados* procuram apoio nos outros e apoiam o seu companheiro/a quando este está angustiado. Procuram resoluções integrativas e mutuamente satisfatórias para os conflitos, tendem a fazer auto-revelações de forma apropriada e gostam de pessoas que se auto-revelam.

## **A teoria da vinculação e a terapia familiar sistémica**

A teoria da vinculação pode ser compreendida como essencialmente "uma teoria acerca de relações bidireccionais onde duas figuras actuam como o ambiente uma da outra" (Byng-Hall, 1991). Nesse sentido, a teoria da vinculação traz implicações para a terapia familiar na medida em que os estilos de vinculação emocional têm repercussões no processo de interacção familiares.

Recorde-se, aliás, que J. Bowlby escreveu um dos primeiros artigos sobre terapia familiar, em 1949 (cit. por Byng-Hall, 1991), o qual veio influenciar de forma importante o trabalho de John Bell, um dos pioneiros da Terapia Familiar, além de que foi um patrono do Instituto de Terapia Familiar de Londres e um assessor do *Journal of Family Therapy*. O seu trabalho foi influenciado não somente pela psicanálise e pela etologia, mas também pelo pensamento sistémico, com qual cedo tomou contacto e se interessou, particularmente no que diz respeito à teoria do controlo e a sua implicação para a compreensão de uma cibernética da relação de vínculo. (J. Byng-Hall, 1991).

Marvin e Stewart (1990, cited in Byng-Hall, 1991) assinalaram o paralelismo existente entre os conceitos de vínculos inseguros ambivalentes e evitativos com os conceitos de emaranhamento e desligamento, tão caros à terapia familiar estrutural.

Se recordarmos estes conceitos vemos que Minuchin no seu "Famílias- funcionamento e tratamento" (1982) descreve o emaranhamento como aquele padrão em que as famílias estão viradas para o seu próprio microcosmos, com um conseqüente aumento de comunicação e preocupação entre os seus membros, diminuição da distância e limites difusos entre subsistemas, bem como fracas possibilidades de diferenciação dos seus elementos.

Os padrões de desligamento são caracterizados por fronteiras demasiado rígidas que aumentam a distância e dificultam a comunicação e o contacto entre os seus membros. As funções de apoio e de protecção da família encontra-se aqui em déficit.

Contudo, se retornarmos á primeira formulação destes padrões em "Families of the slums" (1967), torna-se mais claro como estes conceitos se relacionam com aqueles da Teoria da Vinculação.

Nesta obra Minuchin chama a atenção para o facto de, nas famílias por ele aqui estudadas (famílias desfavorecidas, multi-problema), a relação mãe-filhos se pautar, ora

importância e experimenta sentimentos de gratidão (conseguindo aceder à ambivalência, através da qual o terapeuta é reconhecido como mau *e* bom e não mau *ou* bom).

Contra a dor e ansiedade depressiva são muitas vezes mobilizadas defesas maníacas, através da negação da importância do objecto, com sentimentos de triunfo, controlo, desprezo e desvalorização a substituírem os sentimentos depressivos. O predomínio destas defesas impede a elaboração da posição depressiva que depende da capacidade de reparação: baseada na consciência da sua própria agressividade, sentimentos de culpa, remorso e no desejo de restaurar os bons objectos externa e internamente (Segal, 1986).

### **Fairbairn – e os “maus objectos” internalizados**

Embora não fizessem parte do mesmo círculo, Klein e Fairbairn não deixaram de se influenciar um ao outro. Os conceitos de “objecto interno” e de “posição” de Klein veio a ter um papel determinante na teoria de Fairbairn. Por outro lado, o interesse de Fairbairn pelos fenómenos esquizóides e pelo que denominou “posição esquizóide”, numa altura em que Klein delineava a “posição depressiva”, veio contribuir para formulação da posição esquizoparanóide por parte de Klein.

Fairbairn foi talvez dos primeiros a exprimir-se com mais clareza e veemência contra a teoria clássica do instinto, pondo na base da sua teoria a afirmação de que o objectivo da libido individual é a procura de relação com o outro e não apenas a procura de gratificação de pulsões e desejos. O ser humano tem uma necessidade básica de boas relações de objecto e toda a psicopatologia pode ser compreendida em termos de dificuldades pronunciadas em alcançar e manter essas relações.

Quando as relações humanas são vividas com grande ansiedade e conflito são realizados esforços para negar e eliminar essa necessidade básica. As pessoas fecham-se “na sua concha”, refugiam-se em tarefas de natureza impessoal, suprimem as suas relações com pessoas e dedicam-se a abstrações, ideais, teorias, organizações, etc. Ao negarem a sua necessidade fundamental adoecem. (Guntrip, 1992).

Quanto maior é o corte com as relações humanas no mundo externo maior é o peso das relações de objecto fantasiadas do mundo interno. As más relações externas na infância conduzem ao retraimento e dão origem ao mundo de objectos internos reprimidos, essencialmente constituído por maus objectos.

Fairbairn distingue-se neste aspecto de Klein. Para ele os objectos internos são maus objectos internalizados ao passo que Klein considerava que ambos, bons e maus objectos eram internalizados. A compreensão deste passo no pensamento de Fairbairn exige que se tenha em conta a distinção entre “memória” e “objectos internos” (Guntrip, 1992).

Os bons objectos são sobretudo internalizados e retidos como memórias. Se a experiência com o objecto é satisfatória pode mais tarde ser recordada com prazer. Na medida em que há uma continuidade da boa relação de objecto existe uma combinação de recordações felizes com a confiança na disponibilidade do bom objecto externo. A experiência externa basta para satisfazer as necessidades, por isso não há necessidade para o estabelecimento de objectos internos.

Os objectos só são internalizados, para Fairbairn, quando a relação se transforma numa situação de mau objecto, por exemplo, quando o objecto deixa de amar, ou desaparece ou abandona. A experiência de mau objecto acontece a uma criança quando a mãe recusa amamentar, impõe o desmame, ou está de mau humor, impaciente e punitiva ou se ausenta de forma mais ou menos temporária ou definitiva, ou ainda, quando se apresenta emocionalmente distante, amorfa ou indiferente. Estas várias experiências podem ser vividas como rejeição ou deserção ou como perseguição e ataque.

Este mau objecto vai ser internalizado de uma maneira mais fundamental que a memória, porque corresponde a más experiências que não podem ser digeridas e absorvidas, pelo que são retidas como objectos estranhos que a psique procura projectar. Um protótipo desta experiência é a situação de sonhar com uma pessoa amada que faleceu, muitos anos depois, como se ainda fosse viva.

Fundamentalmente, os maus objectos são internalizados porque não se pode aceitar que sejam maus. Não podendo dominá-los e controlá-los na realidade exterior procura-se possuí-los, alterá-los e obrigá-los a transformarem-se em bons objectos na realidade interna. Mas eles nunca chegam a modificar-se e, no mundo interno inconsciente, permanecem rejeitantes, indiferentes ou hostis de acordo com a experiência externa. Estes maus objectos acabam por ser incorporados, identificados com, e tornam-se parte da estrutura psíquica da personalidade. Na vida adulta, as situações na realidade externa são inconscientemente interpretadas à luz destas situações que persistem na realidade psíquica interna inconsciente.

Fairbairn (1941) defendia que os estados esquizóide e depressivo são os dois tipos de reacção fundamentais às relações com os maus objectos internos.

A reacção esquizóide remete para uma fase do desenvolvimento de profunda identificação (primária) com a mãe. Nesta altura em que a criança ainda não se diferencia da mãe, o sentimento de ser rejeitada por esta é acompanhado de intensas angústias persecutórias, de desintegração e aniquilamento do Eu. Ou seja, numa tal fase de dependência, a carência de amor e de cuidados suficientemente bons é sentida como uma ameaça à própria vida. Toda a expressão da sua necessidade de amor gera, conseqüentemente, o medo da sua própria destruição. E se o amor põe a sua existência em perigo o amor é então sentido como mau, destrutivo. Daí que para Fairbairn o conflito do esquizóide é o de amar ou não amar e toda a sua orientação futura vai no sentido de desfazer-se do seu amor. O indivíduo retrai-se sobre si próprio e em última instância, se estas angústias forem vividas de um modo muito intenso e maciço, torna-se autista.

A reacção depressiva, por outro lado, é típica de uma fase em que o bebé já apresenta um certo grau de diferenciação do objecto. A frustração da exigência de amor é que aqui é geradora de angústias de abandono, de perda do objecto mais do que perda do eu. E é contra a sua própria hostilidade que o bebé sente doravante necessidade de se defender. O seu conflito passa a ser o de como amar o objecto sem o destruir pelo ódio, i.e., como superar a sua ambivalência.

Ou seja, duas são as reacções possíveis quando se busca o amor de alguém que não o dá:

- ou a frustração dá lugar à raiva e a um ataque agressivo ao mau objecto para forçá-lo a tornar-se bom- é o problema do ódio, que mais não é que amor raivoso e que pode conduzir a depressão, pelo receio e culpa de destruir o objecto necessitado;
- ou a frustração dá lugar a um estado de fome e necessidade cada vez maior, até se tornar num suplício doloroso, num anseio de possuir total e completamente o objecto amado de forma a não morrer de fome- é o problema esquizóide, ou o amor tornado fome, que cria o receio de que o amor seja tão incorporativo e devorador que seja destrutivo.

O esquizóide vê o objecto como um “desertor desejável” ou, segundo Fairbairn, um “objecto excitante”, o qual se tem de procurar faminto mas depois recuar com medo de devorá-lo e destruí-lo. O depressivo vê o objecto como um “odioso negador” ou um “objecto rejeitante” a ser destruído para dar lugar ao bom objecto (Guntrip, 1992).

O depressivo está sempre a ser aguilhoado pela raiva, de tal forma que dirige a sua raiva contra si próprio e sente culpa. O esquizóide está sempre a ser espicado, mantido em estado faminto e conduzido ao retraimento, procurando retirar-se da situação intolerável e não sentir nada.

### **Angústia de separação**

Um dos denominadores comuns às teorias de relações de objecto e, dos autores atrás referidos, é a ênfase dada às angústias de separação e de perda do objecto.

Quinodoz (1993) assinala por exemplo que a maioria dos exemplos clínicos dos autores Kleinianos, referem-se a situações de interrupção da análise, por fins-de-semana ou férias, momentos privilegiados para observar as defesas contra a angústia de separação, nomeadamente a identificação projectiva e o acting out.

Fairbairn, ao definir a libido como procura do objecto e não como procura do prazer, faz da ausência do objecto (nas suas várias formas) a fonte primordial de angústia.

Bowlby, assumindo um método mais prospectivo e etológico (atribuindo um maior peso à realidade externa do que à fantasia), faz também da experiência de separação e perda a pedra de toque para compreender as vicissitudes do comportamento de vinculação. Bowlby descreve as principais reacções da criança separada da mãe em três fases - o protesto, o desespero e o desapego – correspondendo, respectivamente, ao problema da angústia de separação, da tristeza e luto e ao problema dos mecanismos de defesa.

Refira-se, aliás, que já Freud em “Inibição, sintoma e angústia” (1926, cited in Quinodoz, 1993) considera a angústia de separação o protótipo da angústia, substituindo a sua teoria anterior da angústia como resultado de libido insatisfeita. Nessa obra Freud vai definir a angústia como um estado de insuficiência psíquica do ego diante de um perigo que o ameaça, perigo esse que desperta o desamparo psíquico e biológico sentido pela criança na ausência da mãe. Deste modo, veio atribuir a origem da angústia às fantasias de temor à separação e perda de objecto.

A angústia de separação normal corresponde ao sentimento doloroso de temor que se sente quando a relação afectiva com uma pessoa importante é ameaçada de interrupção ou é interrompida (Quinodoz, 1993). Esta definição é muito próxima da de Weiss (1989) a propósito da solidão como um isolamento emocional que deriva da ausência de uma figura

de vinculação, isto é, ausência de relações de intimidade, e que ele distingue do isolamento social, como uma ausência de uma comunidade de amigos e relações alargadas.

Tende-se a falar em separação quando a perda é provisória e em perda quando tem um carácter definitivo. No entanto, as fantasias de separação podem ser confundidas com as de perda.

A angústia de separação manifesta-se através de uma gama de reacções afectivas que incluem o sentimento de estar só, abandonado, triste, pesaroso, frustrado ou desesperado.

Particularmente importante é a capacidade de conter a angústia por parte do indivíduo. Quando há a capacidade para suportar a angústia de separação, os sentimentos de tristeza ou abandono, por exemplo, podem ser vivenciados conscientemente como ligados à pessoa emocionalmente investida.

Quando a angústia é excessiva, o sujeito pode reprimi-la, deslocá-la ou negá-la, fazendo com que o sujeito que sofre a separação já não saiba por *quem* sofre, nem mesmo *o que* sente em relação à separação ou perda do objecto investido (Quinodoz, 1993).

### **Relação narcísica e relação de objecto**

A separação pode ter significados diferentes consoante a relação seja vivida mais no polo narcísico ou objectal.

A separação pode ser vivida no contexto de uma relação em que o outro é percebido como livre de ir e vir, onde a separação não significa obrigatoriamente ruptura do laço afectivo ou perda de amor, porque o objecto é considerado confiável. Não há necessidade da presença constante do outro, porque a presença simbólica do objecto interiorizado permite a esperança do retorno. Em caso de perda, existe dor psíquica e luto mas a perda do objecto não acarreta a perda do eu.

Mas a separação pode ser vivida com muita angústia porque ameaça a própria integridade do eu, embora no plano consciente se banalize a relação. A ausência do outro desencadeia a dolorosa percepção do outro como não-eu, diferente do sujeito e por isso não confiável. O polo narcísico consiste na fascinação de permanecer parcialmente unido ao objecto e confundido com ele. As defesas narcísicas visam precisamente não perceber a diferenciação e a negá-la, e a evitar descobrir o objecto como diferente. Aqui não há lugar para a noção de ausência, pois o outro tende a ser possuído

concretamente (equação simbólica) para não perdê-lo. A perda do objecto acarreta a experiência da perda de partes do eu, que vão junto com o objecto. (Fairbairn, 1941; Grinberg, 1998; Quinodoz, 1993)

Do ponto de vista clínico, as pessoas que se situam no nível objectal reagem de forma moderada às interrupções da análise e compreendem que as suas reacções à separação se inscrevem no contexto da sua relação com o terapeuta, aceitando as suas interpretações relativas à angústia de separação.

Em contrapartida, aqueles que se situam ao nível narcísico, reagem com muita angústia às discontinuidades da relação, mas ignoram o vínculo da relação com o analista, banalizando a separação ou não tendo consciência da sua importância. As suas reacções tendem a manifestar-se através de acting-outs e identificações projectivas. Por exemplo, através de atrasos, faltas a sessões e ainda deslocamento dos afectos relacionados com o terapeuta para outras pessoas. Pode então acontecer que uma pessoa abandone o seu parceiro ou o emprego porque inconscientemente se sente abandonado pelo analista. Ou pode manifestar o seu ódio inconsciente ao terapeuta por meio de um acidente, doença física ou regressão grave. (Quinodoz, 1993)

Todas estas manifestações visam o não reconhecimento do vínculo com o analista, a acção em lugar do pensamento, a regressão, o recurso a forma pré-verbais de comunicação, o deslocamento dos afectos ou parte do ego sobre uma ou mais pessoas que não o analista.

### **Angústia de separação e angústia de diferenciação**

A angústia de separação prende-se em larga medida com a questão da diferenciação eu-objecto. Aliás, a noção de “separação-indivuação” de Margaret Mahler (1975, cited in Quinodoz, 1993) veicula precisamente a ideia de que a capacidade de separar-se correlaciona-se com a capacidade de diferenciação.

Assim, a dificuldade de tomar consciência da angústia de separação traduz também uma dificuldade de se descobrir diferenciado e separado, porque isso é vivido como ver-se só e abandonado. Quando a angústia de separação pode ser tolerada, sentir-se só pode também significar que se é um ser único, que o outro também é único, e que a relação é por isso mais preciosa, porque não é algo que pode ser violentamente possuído, mas

apenas livremente aceite. A angústia de separação toca assim o problema da emergência do narcisismo e do reconhecimento do objecto.

A “separação traumática do corpo da mãe” numa altura em que ainda não se processou de forma suficiente a diferenciação pode dar origem aquilo que Zimmerman (1999), citando os trabalhos de F. Tustin, chama de cápsula autista: uma atitude de desligamento do mundo exterior, um vazio de emoções que Tustin chama de “buracos negros” e que não é exclusivo das crianças autistas mas também de adultos e outras situações psicopatológicas.

Mais do que escondidos ou em fuga, estas pessoas encontram-se perdidas, precisam de ser encontrados e sacudidos, despertados de um estado de desistência em que não procuram viver mas apenas sobreviver. Zimmerman refere que estas pessoas carecem de abordagens técnicas mais activas, que o terapeuta saia activamente em busca destas pessoas, estando o fundamental no proporcionar algum tipo de “experiências de ligação” a estas pessoas.

É notório o paralelismo entre esta descrição e o trabalho com os sem-abrigo, particularmente o Trabalho de Rua em relação ao qual se poderiam aplicar as palavras seguintes, dado que procura “de alguma forma ir ao encontro, sacudir as emoções escondidas atrás do escudo protector, até obter alguma resposta que sirva de escada para novas sacudidas, com vistas a transformar um estado mental de de-sistência num outro de ex-sistência.” (Zimmerman, 1999)

## PARTE III

### Cap. 6 - METODOLOGIA

#### 1. Pressupostos

A dicotomia entre uma abordagem empírica e uma abordagem interpretativa resulta muitas vezes limitativa para a psicologia. Não é por isso estranho que a par de métodos quantitativos haja necessidade de falar em métodos qualitativos. A pesquisa qualitativa não se define por não recorrer a números e a abordagens quantitativas mas por ser multi-metodológica quanto ao foco, utilizando simultaneamente uma abordagem interpretativa e naturalista (Turato, 2000).

Assume o seu interesse pelos significados, privilegia métodos menos impositivos de uma configuração conceptual prévia (como o ambiente natural se possível, ao contrário de uma situação experimental), valoriza o pesquisador como instrumento e o seu papel participante (não neutral). A teoria e a prática, assim como a descrição dos dados e a interpretação são entendidas como fases concomitantes. O pesquisador tem como ponto de partida tanto as teorias que aprendeu sobre as observações empíricas como as experiências vividas; apresenta dados descritivos e as descrições são tratadas interpretativamente.

Turato (2000) sublinha ainda que a pesquisa qualitativa envolve o uso de uma colecção variada de materiais empíricos, podendo as múltiplas metodologias qualitativas ser vistas como uma “bricolage” e o pesquisador como um “bricoleur”. Esta característica não se restringe à fase da colheita de dados mas também no momento de lidar com eles, através do uso de múltiplos referenciais teóricos como ferramentas de interpretação de resultados.

Ou seja, o “bricoleur” recorre a vários paradigmas interpretativos que podem ser considerados num problema particular. Este aspecto pode ser, no entanto, passível de desconfiança pela aparência de uma atitude ecléctica, que minimize as diferenças e force falsas concordâncias entre teorias.

Ora, não existe nada como uma hermenêutica geral que nos guie no conflito de interpretações (Ricoeur, 1965). Mas conflito não pressupõe anulação mútua nem impossibilidade de diálogo, desde que se procure compreender os limites e constrangimentos de cada uma das ferramentas teóricas.

O que se espera das abordagens qualitativas não é que observadores isentos cheguem às mesmas conclusões, mas sim que haja alguma concordância, ainda que temporária, de que determinada forma de representação da realidade é aceitável, embora possam existir outras igualmente aceitáveis (Turato, 2000).

Isto implica o reconhecimento da existência de múltiplas perspectivas do campo fenomenal, da realidade observável e da experiência vivida. A constatação destas diferenças irreduzíveis leva à necessidade de aceitação da diversidade de pontos de vista teóricos.

O que se desenha aqui é uma abordagem teórica convergente e não divergente. As teorias divergentes pretendem ser auto-suficientes na compreensão ou explicação de um dado campo fenomenal. São um mesmo ponto de vista para diferentes perspectivas do real. (Pina Prata, 1990). No fundo, o seu interesse recai na validação da hipótese teórica subjacente, pelo que é compreensível a preocupação com a coerência interna dos constructos. O real, ou o segmento do real, é secundário ao interesse na teoria.

As abordagens convergentes postulam para um mesmo campo fenomenal a existência de pontos de vista teóricos diferentes. Quando o interesse é aprofundar a compreensão de um determinado fenómeno a preocupação com a validade externa sobrepõe-se à da validade interna. O recurso a múltiplas abordagens é legitimado pelo interesse em captar o fenómeno com o menor grau de constrangimento possível, tendo conta a sua complexidade e que a realidade objectiva jamais pode ser capturada.

## **2. Modelo de estudo**

Este trabalho tem o carácter de estudo exploratório, dentro de um modelo de pesquisa clínico-qualitativo.

Pretende averiguar se o conceito de “desafiliação”, surgido da literatura sociológica, definido como ruptura dos laços afiliativos com os principais sistemas sociais e grupo de pertença, tem uma tradução em termos psicológicos ao nível da qualidade das representações dos laços e relações com os outros.

Porque o objecto de estudo é complexo, dificilmente decomponível, foi dada ênfase à utilização de múltiplos métodos de pesquisa, de modo a aumentar a validade das

observações. Pretende-se deste modo apoiar as conclusões sobre a triangulação dos dados obtidos a partir de fontes diversas, mas relacionadas.

A principal questão a ser investigada neste estudo é:

Como representam os sem-abrigo os laços e as relações com os outros?

Para responder a esta questão procurou-se através de vários instrumentos

- 1º: pesquisar como representam os sem-abrigo as suas relações com familiares e outros significativos (Círculo familiar de Thrower e entrevista);
- 2º: pesquisar acerca dos modelos de vinculação e da qualidade das representações da relações de objecto (Questionário de estilo relacional e Teste de relações objectais de Phillipson).

### **3. Caracterização da amostra**

A amostra é constituída por 21 sujeitos, 19 do sexo masculino e 2 o sexo feminino.

O único critério de inclusão foi o já terem vivido na rua.

14 dos sujeitos encontravam-se integrados nos Ateliers Ocupacionais do Centro de Apoio Social de S. Bento (SCML), não se encontrando a viver na rua em média há mais de 1 ano. 3 dos sujeitos continuavam a viver na rua. Outros 3 encontravam-se a alojados em centros de acolhimento, com episódios de rua recentes (menos de 1 ano).

A amostra foi recolhida no Centro de Apoio Social de S.Bento.

É de referir que o autor trabalha neste local, tendo por isso um conhecimento anterior com os sujeitos e também uma relação com eles enquanto técnico. Se este facto pode ter constituído um factor de enviesamento nas respostas, também contribuiu para uma maior adesão à tarefa. Em média, o autor demorou 3-4 horas com cada sujeito, tendo sido nalguns casos necessário recorrer a dois momentos de observação.

Não se trata de uma amostra aleatória, dado que foi condicionada por factores de acessibilidade e de conveniência. Trata-se de uma amostra pequena mas que inclui uma relativa diversidade de situações.

O facto de grande parte da amostra se encontrar a ser apoiada em termos sociais é também um factor a ter em conta. Prevê-se no entanto que o efeito introduzido por esse facto será no sentido da atenuação da qualidade negativa das respostas.

Não foi utilizada uma amostra para grupo de controlo por constrangimentos de tempo e viabilidade de execução.

De seguida descrevemos as principais características sócio-demográficas da amostra, em termos de sexo, idade, escolaridade e estado civil

- Sexo:

- Sexo masculino: 19 (90%)
- Sexo feminino: 2 (10%)

- Idade:

- Idade média: 45 anos
- Idade mais baixa: 24 anos
- Idade mais alta: 73 anos

- Escolaridade:

- Escolaridade média: 4ª classe

- Estado civil:

- Solteiros: 12 (57%)
- Separados ou divorciados: 8 (38%)
- Em união de facto: 1 (5%)

#### **4. Questões/ Hipóteses**

Num primeiro momento este estudo pretende essencialmente recolher dados sobre a representação das relações familiares por parte dos sem-abrigo. Parte de uma questão

aberta, adoptando-se uma abordagem mais flexível e indutiva, que privilegia a procura de padrões, à abordagem dedutiva e experimental, que procura o teste de hipóteses.

Através do Círculo Familiar de Thrower procurou-se perceber o grau de proximidade/distância em relação à família e o grau de diferenciação e internalização de um esquema familiar.

Se é correcto dizer-se que os sem-abrigo são desafiados em relação à família, isso revelar-se-á ao nível do modo como representam as suas relações com a família e outros significativos no círculo de Thrower no sentido de uma maior distância das figuras parentais e familiares, e de um menor grau de diferenciação e hierarquia familiar.

Através da Entrevista procurou-se recolher dados sobre a história das relações familiares até à fase de saída de casa e autonomização. Procura-se perceber em que medida as figuras parentais foram percebidas como boas, disponíveis e confiáveis.

A hipótese geral é que predominarão representações negativas ou relatos pobres, neutros ou incoerentes.

Com o Questionário de Estilo Relacional pretendeu-se testar a hipótese de os sem-abrigo possuírem modelos de vinculação predominantemente inseguros por oposição a seguros. Espera-se que os sem-abrigo revelem níveis de preocupação com o abandono, ou de evitamento das relações com os outros, ou de ambos, significativamente superiores à amostra portuguesa de comparação. Este questionário permite ainda testar se a amostra de sem-abrigo revela uma tendência significativa para a “auto-suficiência compulsiva”, conceito definido por Bowlby.

Com o Teste de Relações Objectais de Phillipson, procurou-se através de uma medida projectiva perscrutar a qualidade das representações de objecto dos sem-abrigo. Espera-se que nos sem-abrigo predominem as representações negativas do objecto em comparação com representações dos objectos e dos laços com características positivas e recompensadoras.

Convém neste momento explicitar a hipótese central deste estudo, a saber: o processo de desafiliação nos sem-abrigo tem as suas raízes no processo de vinculação e filiação, o que se repercute nos modelos internos de representação do objecto, sendo esta uma variável moderadora da forma como os sem-abrigo vão enfrentar as adversidades externas.

O recurso a múltiplos instrumentos tem por objectivo reforçar a base de apoio para possíveis conclusões.

## **5. Instrumentos**

Na escolha dos instrumentos presidiu a preocupação de dispor de instrumentos de fácil compreensão, pouco exigentes do ponto de vista cognitivo, e que facilitassem a produção espontânea.

Os instrumentos utilizados foram:

- A) Círculo Familiar de Thrower
- B) Entrevista
- C) Questionário de Estilo Relacional
- D) Teste de Relações Objectais de Phillipson

### **A) Círculo Familiar de Thrower**

Este é um método gráfico, breve, que permite aos indivíduos desenhar um diagrama esquemático do sistema familiar e outros significativos.

As instruções são simples, de fácil compreensão e o tempo de execução é breve (2-3 minutos).

Ao indivíduo é apresentado um círculo grande, sendo-lhe solicitado que represente em círculos pequenos as figuras familiares e outros próximos significativos. É-lhe explicitado que pode variar o tamanho dos círculos (maior ou menor), a distância entre os círculos (próximos ou afastados), e a sua disposição em relação ao grande círculo (dentro ou fora), consoante o grau de importância das pessoas representadas.

Trata-se de um instrumento de características quase projectivas que permite aceder à representação da dinâmica familiar por parte do indivíduo, nomeadamente padrões de

proximidade-distância, de poder e hierarquia, alianças familiares e fronteiras entre subsistemas.

Do ponto de vista estrutural uma família nuclear pode ser dividida em quatro subsistemas básicos, cada um com as suas fronteiras, necessidades e expectativas: o individual, o conjugal, o parental e a fratria.

Além disso podem-se considerar as relações com a família de origem, com a família constituída e outros subsistemas como relações de amizade e outras figuras significativas

Foi dada particular atenção à análise da distância ou proximidade entre a figuras representadas e à análise das fronteiras e limites entre os subsistemas.

A análise dos padrões de representação familiar foi realizada tendo por referência os exemplos dados pelos autores (Thrower et al., 1982) quanto aos diagramas típicos de famílias emaranhadas (os círculos tendem a sobrepôr-se), de famílias emocionalmente divorciadas (os membros do casal parental tendem a ser representados distanciados e em diferentes espaços) e de famílias patriarcais ou matriarcais (em que o elemento de maior poder tende a ser evidenciado ocupando um lugar de destaque, no topo por exemplo, estando o outro elemento num plano inferior no espaço). Contudo, a análise não se restringiu a estas categorias, procurando-se captar as características mais salientes e específicas dos padrões de representação familiar da amostra, que serão expostas na secção dos resultados.

## **B) Entrevista**

A entrevista foi concebida de forma a elicitir informação sobre a representação da relações com a família de origem, a representação das figuras parentais, rupturas e perdas familiares e os primeiros episódios de rua.

A inclusão desta entrevista justifica-se pela necessidade sentida de estabelecer uma base de informação relativa à representação da família, em particular as figuras de vinculação.

Trata-se de uma entrevista semi-estruturada, orientada por um conjunto de 10 questões, mas flexível, e dando alguma liberdade ao sujeito.

A sua elaboração foi em parte inspirada e adaptada da “Entrevista sobre a vinculação para adultos e adolescentes”, versão portuguesa de “The Regensburg method of analysing the Adult Attachment Interview” de Soares (1996). A construção das categorias de análise também beneficiou da consulta desta obra, embora se tenham introduzido alterações e adaptações, não se procurando fazer o mesmo tipo de análise que ali é proposta. Em particular, esta entrevista teve por objectivo captar como são representadas as figuras parentais e não chegar a uma classificação dos estilos de vinculação.

As respostas dos sujeitos foram registadas textualmente, de modo analisar-se também a qualidade e riqueza do discurso.

O conjunto de questões de partida foi o seguinte:

1. Com quem foi criado?
2. Como foi a sua relação com o seu pai e a sua mãe durante a infância? Quem cuidava de si no dia-a-dia?
3. De quem se sentia afectivamente mais próximo? Porquê? Porque não sentia isso em relação à mãe ou pai?
4. Como descreveria os feitio do seu pai e mãe?
5. Em que aspectos se acha parecido com o seu pai e mãe?
6. Durante a sua infância recorda-se de alguém importante para si ter falecido? Quem? Como reagiu?
7. Alguma vez fugiu de casa? Com que idade? Porquê?
8. Alguma vez foi expulso de casa? Porquê? Como se sentiu?
9. Com que idade saiu de casa? Porque motivo?
10. Quando foi a primeira vez que dormiu na rua? Quanto tempo viveu na rua?

Nos casos de sujeitos que foram criados fora da família, em instituições ou outras situações, foram adicionadas outras questões de que são exemplo as seguintes:

1. Quando entrou para a instituição e quando saiu? Porquê?
2. Teve alguma relação preferencial com alguém? Alguém gostou especialmente de si? Gostou especialmente de alguém?
3. O que sabia da sua família? Teve contactos com algum familiar?
4. Como se sentia na instituição? O que gostou mais e o que gostou menos?
5. Alguma vez desejou fugir ou fugiu?
6. Quando tinha problemas recorria a alguém?

Na análise da entrevista pretende-se sobretudo responder à seguinte questão: em que medida as figuras parentais foram sentidas como figuras de apoio, acessíveis, disponíveis, ou como figuras não apoiantes, rejeitantes, agressivas ou indisponíveis?

Como ponto de partida, procede-se a uma análise de conteúdos relativamente à forma como são caracterizadas as figuras parentais, e em seguida, procura-se avaliar em que medida a relação com essas figuras é valorizada ou desvalorizada pelo indivíduo.

A análise de conteúdos incidiu sobre o carácter de não-apoio ou apoio das figuras parentais.

Categorias relevantes para o **não-apoio**:

**Alcoolismo**- a figura parental é caracterizada como consumidor excessivo de álcool, sendo este aspecto directamente relacionado com uma deterioração da qualidade dos cuidados parentais.

**Conflito entre o casal** – há referência a conflitos e comportamentos agressivos, físicos e/ou verbais, entre o par parental, tendo sido experimentados com angústia pelo sujeito.

**Rejeição**- a figura parental é caracterizada tendo comportamentos experimentados pelo sujeito como rejeitantes. Exemplos: expulsão de casa, corte de relações, depreciação e comparação muito negativa com outros, abandono.

**Indisponibilidade** – a figura parental é caracterizada como manifestando desinteresse, indiferença, indisponibilidade, distância emocional ou como ausente e inacessível no quotidiano.

**Agressividade** – a figura parental é caracterizada como excessivamente violenta, agressiva e dura para com o sujeito, exercendo o seu poder de forma autoritária.

Categorias relevantes para o **apoio**:

**Apoio**- a figura parental é caracterizada como uma pessoa que respondia às necessidades do sujeito, manifestando disponibilidade e apoio.

**Afectuoso**- a figura parental é caracterizada dando atenção, carinho e conforto ao sujeito

**Prazer**- a figura parental é caracterizada como disponível para interações lúdicas e agradáveis com o sujeito.

De seguida, procura-se avaliar a apreciação global que o sujeito faz das suas figuras parentais. São consideradas as seguintes categorias:

**Desvalorização** – o sujeito faz uma apreciação muito negativa sobre a figura parental. Pode-se dizer que está emocionalmente contra a figura parental, não lhe reconhecendo atributos positivos mas apenas a sua influência negativa sobre o sujeito.

**Ambivalência** – a figura parental é caracterizada predominantemente de forma negativa, como não apoiante, mas não há uma rejeição dessa figura. Pelo contrário, pode haver uma identificação, sendo as características negativas da figura parental vividas com vergonha pelo próprio. Ou então a representação paterna é feita de uma forma clivada (Exemplo: “mau marido, bom pai” ou “bom sem o álcool, mau com o álcool”.)

**Indiferenciação** – a figura parental é pouco diferenciada em termos dos seus atributos psicológicos e da proximidade emocional do sujeito. Esta figura é apresentada como sendo menos significativa e com menor relevo emocional quando comparada com a outra figura parental.

**Valorização** – é feita uma apreciação global positiva da figura parental, descrita essencialmente como figura de apoio. Nem sempre esta valorização é acompanhada de uma descrição de atributos com profundidade psicológica, mas pode resultar do efeito de comparação com uma figura parental muito negativa.

**Idealização** – o sujeito faz uma apreciação global positiva da figura parental que é desmentida com o relato de episódios concretos, produzindo um relato incoerente ou contraditório.

**Outras** – esta categoria é reservada para aquelas situações em que não é possível estabelecer qual a apreciação que o sujeito faz das figuras parentais por impossibilidade do sujeito se situar face às mesmas, devido a causas diversas: por exemplo, ser criado por instituições ou outras figuras e nunca ter conhecido os pais, ser difícil de avaliar quem foram as suas figuras de vinculação, que não aparecem individualizadas, etc.

### C) Questionário de Estilo Relacional

O Questionário de Estilo Relacional constitui uma medida genérica e relativamente breve dos estilos de vinculação no adulto, elaborado e aferido em Portugal pelo dr. João Moreira (2000).

É constituído por 33 itens a avaliar numa escala de 1 (“Não tem nada a ver comigo”) a 5 (“Tem muito a ver comigo”).

Os itens que compõem o QER correspondem à tradução de dois questionários norte-americanos: o *Relationship Style Questionnaire* (RSQ), de Bartholomew e Horowitz (1991), e o *Adult Attachment Questionnaire* (AAQ), de Collins e Read (1990). Dado que a grande maioria dos itens dos questionários eram idênticos, foram retidos apenas 3 itens do AAQ. Os itens foram traduzidos do Inglês para Português, e de seguida, foram efectuadas retroversões independentes para inglês, tendo sido aprovadas pelos autores dos questionários originais (Moreira, 2000).

Desde a sua elaboração, em 1996, o QER tem sido utilizado em diversos estudos em Portugal, no decorrer dos quais se obteve uma amostra de dimensão considerável, de 585 respondentes. Moreira (2000) realizou uma análise factorial exploratória, tendo encontrado 2 soluções relativamente estáveis, de 3 e 6 factores.

No presente estudo, dada pequena dimensão da amostra, utiliza-se a solução de 3 factores. O factor 1, *Preocupação*, corresponde à preocupação com as relações e com o abandono. O factor 2, *Conforto com a Proximidade*, encontra-se associado à dimensão do evitamento das relações, embora orientado no sentido inverso. O factor 3, *Auto-suficiência*, prende-se com questões de independência e auto-suficiência, relacionado com o síndrome de auto-suficiência de Bowlby (1988).

Convém referir que as análises factoriais acumuladas deste tipo de questionários, aponta para a existência de dois factores fortes, com função discriminativa, correspondendo aos factores Preocupação e Evitamento, os factores 1 e 2 da nossa amostra (Brennan, Clark

& Shaver, 1998). No entanto, Collins and Read (1990) encontraram também um terceiro factor que corresponde ao factor 3 deste questionário (Moreira, 2000). Dado que este factor é constituído por apenas dois itens, os quais podem não estar estritamente relacionados com a vinculação, o autor deste questionário sugere a necessidade de maior investigação sobre este terceiro factor (Moreira, 2000).

A utilização do QER apresenta a vantagem de ter sido aplicado em Portugal anteriormente, tendo sido disponibilizado pelo seu autor um sistema de normas, em percentis e em resultados T, a partir de uma grande amostra (N=585), o que possibilita a análise estatística dos resultados obtidos.

Na análise dos resultados utiliza-se o procedimento sugerido por Brennan, Clark & Shaver (1998) de agrupar os sujeitos segundo os seus resultados nos factores “Ansiedade” e “Evitamento”. O cruzamento destas duas dimensões permite obter 4 grupos que correspondem conceptualmente aos 4 tipos de vinculação propostos por Barthomew (1991,1994) e descritos na 2ª parte deste trabalho. Segundo Brennan et al. (1998) os grupos assim obtidos apresentam uma qualidade psicométrica superior aos da Bartholomew, apresentando relações estatisticamente mais fortes com outras variáveis alvo teoricamente apropriadas do que o instrumento de medida da Bartholomew.

#### **D) O Teste de Relações Objectais de Phillipson**

O Teste de Relações Objectais (TRO) foi concebido por Herbert Phillipson na década de cinquenta, baseando-se de perto na Teoria das Relações de Objecto de Melanie Klein e Fairbairn (Phillipson, 1981).

Na sua concepção procurou integrar algumas características da prova de Rorschach e do TAT. O grau de estrutura e de ambiguidade das pranchas aproximam-no mais do Rorschach. Por outro, tal como o TAT, o conteúdo humano é sistematicamente apresentado, sendo fácil de visualizar figuras humanas. Contudo, as figuras humanas do TRO são ambíguas em relação ao sexo, idade e os rostos não têm detalhes ou são muito imprecisos, fazendo do TRO um teste de maior saturação projectiva do que o TAT.

Se o Rorschach enfatiza a percepção (o que o indivíduo vê), e o TAT enfatiza a fantasia (é-lhe solicitado que conte uma história), o TRO solicita um movimento projectivo baseado simultaneamente na percepção e na fantasia.

O TRO é constituído por 13 pranchas, três séries (A, B e C) de 4 pranchas cada uma, e uma prancha em branco. Em cada série é variado sistematicamente situações de uma,

duas, três pessoas e uma situação de grupo. As três séries variam o factor côr (à semelhança do Rorschach) e o conteúdo da realidade.

Na série A domina a tonalidade cinzenta enfumada e o ambiente à volta das figuras carece de detalhes, dando poucas sugestões e maior liberdade de imaginação. Pela côr, e pelo indefinido da situação espera-se que esta série mobilize ansiedades relativas a situações de dependência mais arcaicas.

Na série B, domina o contraste claro-escuro, os traços são definidos e os elementos perfeitamente delineados. Esta série possibilita um controlo egóico mais maduro mas enfatiza um clima emocional de indiferença ou ameaça.

Na série C são introduzidas áreas cromáticas (vermelho, verde, azul, castanho), o mundo humano é mais realista e com maior aparência de vida, o ambiente é mais rico de detalhes, ao mesmo tempo que a sua apresentação é menos definida do que na série B (mas maior do que na A). Esta série oferece um conjunto rico de possibilidades, e pela introdução da côr, há uma maior mobilização da participação emocional do indivíduo, podendo prevalecer emoções quentes ou frias, consoante a qualidade dos vínculos emocionais do indivíduo.

A introdução do Teste de Relações Objectais neste estudo prende-se com o objectivo de avaliar a qualidade das representações de objecto nos sem-abrigo que constituem a amostra, através de uma prova menos exigente do ponto de vista cognitivo do que um questionário, de modo a poder servir como elemento de comparação. Sendo uma prova projectiva, ela possibilita incluir mesmo aqueles sujeitos com dificuldades de leitura. Além disso, a ambiguidade da situação projectiva permite aceder à forma como o indivíduo organiza espontaneamente as situações-estímulo em função dos seus esquemas internos de representação de objecto.

Por representação de objecto entende-se, de forma geral, os esquemas mentais conscientes e inconscientes, incluindo os seus componentes cognitivos, afectivos e experienciais, que organizam a relação com os objectos na realidade, incluindo o próprio (Kelly, 1997)

Segundo a teoria das relações objectais na base da concepção deste teste, as situações da realidade exterior são inconscientemente interpretadas à luz destes esquemas internos, relações inconscientes fantasiadas, resíduos dos encontros passados com os objectos, e que têm as suas raízes nas relações de objecto precoces.

Assim, pode-se considerar esta prova como um écran de projecção das principais relações inconscientes que constituem o mundo interno, enquanto espaço de representação psíquica dos outros dentro de nós.

Refira-se ainda que o autor deste teste não defende a utilização de uma grelha de análise única e fixa mas, no próprio manual, sugere a utilização de vários métodos de análise alternativos, mais económicos.

Dada a dimensão da amostra (N=21), que tornaria uma análise dos protocolos caso a caso demasiado extensa, optou-se por uma grelha de análise que permitisse captar as principais características afectivas das representações de objecto.

As categorias de análise utilizadas derivaram de uma análise dos conteúdos das respostas ao TRO, sendo depois agrupadas em categorias de acordo com a qualidade afectiva dominante das representações das relações. Estas categorias são apresentadas na secção dedicada ao resultados.

Procurou-se através desta grelha perceber em que medida os objectos e as relações são sentidos como gratificantes, satisfatórios, confiáveis ou pelo contrário são sentidos como ameaçadores, abandonicos ou não fiáveis.

Em suma, procura-se averiguar em que medida as representações de objecto estão organizadas segundo uma lógica de esperança (a união feliz não é sentida como impossível), uma lógica de desespero (os objectos apenas existem pelo desapontamento e desprazer que criam) ou uma lógica de indiferença (em que a comunicação com o outro é rompida), parafraseando André Green (1988).

## **6. Procedimento**

Uma vez obtida a autorização ao nível da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, os sujeitos sem-abrigo foram convidados pessoalmente e individualmente a participar neste estudo. A sua participação foi voluntária, tendo-lhes sido explicado sucintamente os objectivos e enquadramento deste estudo. Não foi fornecida qualquer recompensa financeira pela sua participação mas assegurou-se que aqueles sujeitos condicionados por horários de refeitório para jantar, não fossem prejudicados. Nestes casos, o entrevistador jantou com eles, oferecendo o jantar.

A recolha de dados decorreu em condições de privacidade, a maioria no Centro Social de S.Bento. Apenas uma das entrevistas foi realizada no Centro de Acolhimento dos Anjos.

A aplicação dos instrumentos demorou em média cerca de 3,5 horas. Nalguns casos, a pedido dos sujeitos, foram efectuados dois momentos de observação.

Os instrumentos foram aplicados segundo a seguinte ordem:

- A)Círculo Familiar de Thrower
- B)Entrevista
- C) Questionário de Estilo Relacional
- D)Teste de Relações Objectais

Esta ordem visou salvaguardar uma certa lógica na apresentação, reservando os primeiros dois instrumentos para recolher informação sobre as relações familiares e os dois instrumentos seguintes para recolher informação sobre os modos de representação do mundo interpessoal. Optou-se ainda, dentro de cada grupo, por começar pelos instrumentos de aplicação mais breves de modo a poderem servir também de momento preparatório para os instrumentos de aplicação mais longa.

Relativamente ao modo de aplicação dos instrumentos cumpre dizer o seguinte:

#### A) Círculo de Thrower

As instruções foram apresentadas segundo as orientações dos seus autores (Thrower et al., 1982). Após concluída tarefa, era solicitado aos sujeitos que identificassem as figuras representadas.

#### B) Entrevista

A entrevista foi conduzida de acordo com as questões referidas na secção anterior. As respostas dos sujeitos foram registadas escrevendo à mão. Optou-se por não se usar o gravador por se considerar que isso poderia aumentar o grau de desconforto e de desconfiança dos sujeitos.

#### C) Questionário de Estilo Relacional

As instruções e o questionário foram lidos em conjunto pelo sujeito e entrevistador. Este permaneceu disponível ao longo da aplicação do questionário para responder a dúvidas e questões. Procurou-se desse modo aumentar as probabilidades do sujeito responder efectivamente o que pretendia, seguindo o conselho de Grossarth-Maticek (1995) segundo o qual a atitude disponível do entrevistador durante a aplicação de um questionário, contribui menos para o enviesamento do que para uma maior validade dos resultados.

#### D) Teste de relações objectais

Este teste foi administrado segundo as instruções e a ordem de apresentação sugerida pelo autor. No entanto, não foi seguido o seu conselho de fazer incitações apenas na primeira prancha, tendo sido utilizada uma atitude de estímulo noutras pranchas. Este procedimento deve-se ao facto de se ter constatado que alguns sujeitos tendiam a produzir relatos muito pobres e concisos, mas uma vez estimulados expunham mais o que a prancha lhe sugeria. A atitude de estímulo traduziu-se a maioria das vezes por introduzir a questão: “Acha que poderia dizer mais alguma coisa?”. E ela terminava assim que o sujeito afirmasse não ter mais nada a dizer. Esta opção foi feita na convicção que importava mais estimular o movimento projectivo do indivíduo do que uma atitude de rigor que concebe a prova projectiva à maneira de um teste laboratorial.

## Cap. 7- RESULTADOS

Os resultados serão apresentados pela ordem de aplicação:

- A) Círculo Familiar de Thrower
- B) Entrevista
- C) Questionário de Estilo Relacional
- D) Teste de Relações Objectais

### A) Círculo Familiar de Thrower

O primeiro dado a referir é o padrão atípico das representações das relações familiares e significativas.

Difícilmente se detecta a presença de um esquema familiar típico com definição nítida de subsistemas e hierarquia.

As hierarquias tendem a ser invertidas (ex: filhos-pais; ) ou indiferenciadas (pais, filhos, amigos, outros, em série, lado a lado).

Foi possível observar a existência de padrões de configuração das figuras:

1. Um padrão “clivado/emaranhado” (n = 3): o indivíduo coloca-se dentro de um subsistema de relações, mas os limites entre subsistemas são difusos e as figuras tendem a tocar-se, com proximidade a umas figuras e distanciamento em relação a outras. (ex: proximidade ao subsistema fraternal, distanciamento em relação ao subsistema parental e/ou proximidade a uma figura parental e distanciamento da outra).
2. Um padrão de “indiferenciação” (n = 7): os vários subsistemas não aparecem diferenciados, tendendo as figuras a ser representados em série, horizontalmente ou de forma concêntrica. Não se detectam padrões de proximidade ou distância, parecendo as figuras ser permutáveis e de igual valor.
3. Um padrão de “desligamento” (n = 9): o sujeito coloca-se à margem de qualquer subsistema de relações, colocando ênfase na distância entre as figuras, com recurso frequente ao espaço fora do grande círculo (alguns casos extremos

incluíram a disposição de todas as figuras na extremidade da folha de papel com exceção do próprio no interior do círculo).

4. Um padrão “pseudo-organizado” (n = 2): há uma tentativa de hierarquizar as figuras, dispostas a uma distância moderada, mas a organização que é dada denuncia disfunções(ex: mãe ao mesmo nível do próprio e de irmã, com exclusão da figura do pai; representação do próprio entre a mãe e o pai;

No quadro 2 pode-se visualizar os padrões de representação da família, bem como as suas frequências e percentagens.

Quadro 2: Padrão de representação da família

<i>Padrão</i>	<i>Nº sujeitos</i>	<i>%</i>
<i>Desligado</i>	9	43%
<i>Indiferenciado</i>	7	33%
<i>Emaranhado</i>	3	14%
<i>Pseudo-organizado</i>	2	10%

Como se pode ver, os sujeitos desta amostra tendem a representar-se à margem de um subsistema de relações (padrão desligado: 9 sujeitos), ou então dentro de um sistema de relações indiferenciado, sem distinções em termos de proximidade e distância (padrão indiferenciado: 7 sujeitos). Cinco dos sujeitos diferenciam relações de proximidade, embora dois o façam à custa de um padrão de clivagem e afastamento entre subsistemas, outro através de um padrão emaranhado com prejuízo para a delimitação dos subsistemas, e dois a partir de incongruências ao nível do esquema familiar.

Foi analisado ainda como são representadas as figuras parentais em termos de proximidade e distância entre si (Quadro 3).

Quadro 3: Representação do par parental

<i>Par parental</i>	<i>Nº sujeitos</i>	<i>%</i>
<i>Próximos</i>	5	24%
<i>Distantes</i>	5	24%
<i>Pai ausente</i>	6	28%
<i>Ambos ausentes</i>	5	24%

Quando se analisa o modo como é representado o par parental (quadro 3), ressalta o facto de apenas em 5 sujeitos ele é representado como estando próximo ou moderadamente próximo. Para os restantes, ou são representados de forma distante e clivada entre si (5 sujeitos), ou então não é feita a representação do par parental, sendo representada apenas a figura materna (6 sujeitos) ou estão ausentes quaisquer das figuras parentais (5 sujeitos).

## **B) Entrevista**

A análise das entrevistas revela de um modo geral a existência de factores de perturbação do desenvolvimento relacionados com a história familiar:

- 7 dos sujeitos (1/3 da amostra) foram criados fora da família: 6 em meio institucional e 1 com outra pessoa não familiar;
- 3 foram criados com mãe e padrasto;
- 11 foram criados com os pais, 9 dos quais referem uma história de fugas, expulsões ou saída de casa precoce;
- 5 dos sujeitos cresceram com dúvidas relativamente à sua filiação, não conhecendo a identidade de pelo menos um (3 sujeitos) ou ambos os pais (2 sujeitos).

No quadro 4 pode-se visualizar com quem foram criados os sujeitos, bem como a existência de fugas ou expulsões de casa.

Quadro 4: Origem dos cuidados parentais

Sujeitos	Criado	Fugas/Expulsões
1	Instituição	Sim
2	Instituição	Sim
3	Instituição	Sim
4	Instituição	Sim
5	Instituição	
6	Instituição	Sim
7	Outros	
8	Mãe/padrasto	
9	Mãe/padrasto	
10	Mãe/padrasto	
11	Pais	Sim
12	Pais	Sim
13	Pais	Sim
14	Pais	Sim
15	Pais	Sim
16	Pais	Sim
17	Pais	Sim
18	Pais	Sim
19	Pais	
20	Pais	Sim
21	Pais	

Quando se analisa o discurso que é feito sobre as figuras parentais verificamos que domina um discurso clivado.

- Em dois dos sujeitos institucionalizados na infância, mas que conheceram os pais (suj. 1 e 2), ressalta o discurso muito negativo sobre a figura materna, descrita como abandonada, negligente e maltratante. O pai aparece mais valorizado, embora relativamente clivado (ex: um “pai mau” com o álcool, um “pai bom” sem o álcool)
- Nos restantes sujeitos institucionalizados assistimos a idêntica descrição clivada. Por exemplo, no sujeito 7, que nunca conheceu os pais, os pais são imaginados

de forma idealizada (imagina-os “bonitos, elegantes”) ao mesmo tempo que desvaloriza a figura parental real, em relação à qual descreve uma relação fechada, sufocante e finalmente abandonica. No sujeito 6, que nunca conheceu os pais, assistimos à idealização do pai incógnito e à exaltação das relações “privilegiadas” com professores e técnicos, aparecendo os avós maternos descritos como rejeitantes, notando-se ainda uma identificação com a mãe, representada também como vítima da rejeição familiar. No sujeito 4 as primeiras figuras parentais substitutas (os tios) são o alvo de acusações de maus tratos, desprezo e negligência, ao mesmo tempo que protege os pais biológicos (eles próprios negligentes e abandonicos) de sentimentos hostis, e idealiza as figuras de autoridade institucionais. No sujeito 3 é a primeira família de acolhimento que é idealizada (não obstante o tenha abandonado), e a sua mãe biológica desvalorizada. No sujeito 5 predomina a desvalorização da figura materna, desvalorização que é generalizada para a instituição que o recebeu, cuja acusação principal é o facto de ter sido insuficiente e de o ter deixado sozinho prematuramente, sem que estivesse preparado.

- Nos 3 sujeitos criados com a mãe e padrasto observa-se a descrição de uma relação distante ou conflituosa com o padrasto e uma vinculação ansiosa com a mãe, cuja perda parece ter desencadeado intensas vivências de abandono.

Dois dos sujeitos (8 e 9) associam directamente o processo descendente para a rua com a perda da mãe, cujo falecimento é descrito como um acontecimento desorganizador. O outro sujeito (10), uma mulher, dá do padrasto uma imagem muito ameaçadora, que sabemos por informações colhidas fora da entrevista estar relacionada com situações de abuso sexual, e da relação com a mãe, fornece a imagem de um vínculo marcado pela preocupação e receio de perda (cuidou dela até morrer; tendo sentido que a ligação especial com a sua mãe foi quebrada com o nascimento da irmã).

Nos restantes 11 sujeitos, que têm em comum o facto de terem sido criado com os pais, ressalta o facto de 10 darem a descrição de um dos progenitores, geralmente o pai, como muito negativa. A característica mais saliente é a violência e o autoritarismo, frequentemente associada ao álcool.

- 7 dos sujeitos (os sujeitos n.º 11,12,13,14,15,16,18) assumem claramente os seus sentimentos negativos em relação a esta figura paterna, que é descrita como uma figura não apoiante e excessivamente agressiva.

O sujeito 11, surge um pouco como uma exceção, pois destaca a mãe como a portadora da violência e não o pai, que é mais valorizado embora ausente. Revela uma história de fugas e saída precoce de casa (aos 8 anos). O sujeito 12, com história de descompensações psicóticas, chegou a incluir o pai num sistema delirante como objecto mau persecutório. O sujeito 13 descreve o sentimento de ser o alvo preferencial da violência do pai, com fugas precoces de casa. O sujeito 14, criado a maior parte do tempo só com a mãe devido à separação dos pais, revela ter aceite mal a reconciliação dos pais, pois toda a sua vida teve do pai uma visão muito negativa, como alcoólico e violento. O sujeito 15 dá igualmente do pai uma imagem de violento e rejeitante, sublinhando o abandono e a rejeição de que foi alvo ao ser preso aos 18 anos. Curiosamente, a ruptura definitiva com a família deu-se quando o pai faleceu, por ele não ter sido avisado a tempo para o funeral, o que parece ter sido vivido como mais uma rejeição. Com o sujeito 16 é ainda a relação negativa com o pai que surge como dominante, um pai descrito como alcoólico, violento e rejeitante em relação ao filho (chega mesmo a dizer que o pai o terá rejeitado por ele não ter nascido menina mas menino). O sujeito 18 desenvolve ao longo de toda a entrevista o tema de um pai alcoólico, violento e sádico, que ele responsabiliza por todos os seus males, revelando ter tido uma história de fugas de casa muito precoce, que começou com 7 anos e definitivamente aos 12 anos.

Nestes sujeitos, a outra figura parental, geralmente a materna, tende a ser descrita em termos mais positivos, embora muitas vezes de forma global e algo superficial, como se a sua valorização beneficiasse do efeito da comparação com a imagem muito negativa do outro progenitor.

- 3 dos sujeitos mostram alguma ambivalência no que toca à figura paterna. O sujeito 17, que saiu de casa ao 12 anos após sucessivas expulsões de casa da mãe e irmãos por parte do pai, revela sentir um misto de vergonha e admiração em relação ao pai, admitindo que quando estava com o pai mostrava-se duro e distante, mas frequentemente observava-o à distância admirando a sua rebeldia e

bravura. O sujeito 19 admite a sua maior proximidade e cumplicidade com a mãe, unidos pelo temor ao pai, marido ciumento e violento, mas de alguma maneira salvaguarda a sua relação com o pai, clivando-o em “bom pai- mau marido”. O sujeito 20 por outro lado parece querer proteger a sua visão do pai de eventuais aspectos negativos, produzindo uma descrição idealizada mas incoerente, em que ao mesmo tempo que enaltece as qualidades do seu pai (era um “homem recto, sério, tinha aquelas fúrias de nervos mas passava-lhe... nunca fui desprezado...”), descreve episódios concretos de castigos com expulsão de casa, sem que se permita pensar sobre as implicações emocionais desses episódios.

- Finalmente, o sujeito 21 difere dos restantes, pelo facto da tónica não ser posta na existência ou não de violência mas na proximidade/distância afectiva. O par parental é descrito como um casal harmonioso (“nunca tiveram uma zanga”) e como pais apoiantes. No entanto, se o pai é descrito como mais próximo, “mais carinhoso, mais aberto...”, a mãe “não era a mesma coisa... mais fechada... mais seca... mais distanciada... prestava menos atenção ao que eu dizia e apresentava.”.

Nos quadros seguintes podemos ver como são caracterizadas as figuras paterna (quadro 5) e materna (quadro 6) enquanto figuras de apoio ou não apoio, tal como definido na secção do procedimento.

Quadro 5: Caracterização da figura paterna enquanto fonte de apoio

Suj	FIGURA PATERNA								
	NÃO APOIO					APOIO			
	Alcool	Conflito Casal	Rejeição	Agressividade	Indisponibilidade	Apoio	carinho	Prazer	Outro
1	X	X	X	X	X	X		X	
2	X	X					X	X	
3									X
4									X
5									X
6									X
7									
8					X				
9	X	X		X					
10	X			X					
11		X			X		X		
12		X		X	X				
13			X	X					
14	X	X		X	X				
15			X	X	X				
16	X	X	X	X	X				
17	X	X		X					
18	X	X	X	X					
19		X		X					
20			X	X		X			
21						X	X	X	

Como se pode ver, a figura paterna tende a ser descrita predominantemente como não tendo sido uma fonte de apoio, sendo a característica mais dominante a sua agressividade (referida por 12 sujeitos) e, em seguida, o consumo de álcool (8 sujeitos). É de referir ainda a referência a elevada conflitualidade e violência entre o casal parental por parte de 10 dos sujeitos. Na categoria “outros” encontram-se 5 sujeitos que nunca experimentaram um contacto com a figura paterna, tendo sido criados fora da família.

Quadro 6: Caracterização da figura materna enquanto fonte de apoio.

Suj	FIGURA MATERNA								
	NÃO APOIO					APOIO			
	Alcool	Conflito Casal	Rejeição	Agressividade	Indisponibilidade	Apoio	carinho	Prazer	Outro
1		X	X	X					
2	X	X	X	X	X				
3			X		X				X
4									X
5									X
6									X
7									
8				X		X	X		
9		X				X	X		
10				X		X			
11		X		X					
12		X				X	X		
13						X			
14		X		X		X			
15						X			
16		X							
17		X							
18		X				X	X		
19		X				X	X		
20						X			
21					X	X			

Comparativamente ao quadro anterior, a figura materna tende a ser caracterizada de forma mais positiva enquanto figura de apoio (em 12 sujeitos), embora 5 sujeitos a caracterizem de modo predominantemente negativo e 4 sujeitos tenham sido incluídos na categoria outros, por nunca terem conhecido ou convivido com a figura materna.

No quadro 7 pode-se ver a avaliação global que os sujeitos fazem da figuras parentais de acordo com as categorias definidas na secção do procedimento.

Quadro 7: Avaliação global das figuras parentais

Sujeitos	Desvalorização	Ambivalente	Figuras Parentais		
			Indiferenciado	Valorizado	Idealizado
1	F.M.	F.P.			
2	F.M.			F.P./Outros	
3	F.M.				Outros
4	Outros				F.M./F.P.
5	F.M.		Outros		
6	F.M.				Outros
7	Outros				F.P./F.M.
8	F.P.			F.M.	
9	F.P.			F.M.	
10	F.P.			F.M.	
11	F.M.			F.P.	
12	F.P.			F.M.	
13	F.P.			F.M.	
14	F.P.			F.M.	
15	F.P.			F.M.	
16	F.P.			F.M.	
17		F.P./F.M.			
18	F.P.			F.M.	
19		F.P.		F.M.	
20			F.M.		F.P.
21			F.M.	F.P.	

Nota: F.P.- figura paterna ; F.M.- figura materna; Outros- outras figuras parentais substitutas

Neste quadro ressalta o facto de que para 17 dos sujeitos (80% da amostra), é feita uma apreciação muito negativa de pelo menos uma das figuras parentais. 13 dos sujeitos valorizam a sua relação com a outra das figuras parentais, geralmente a figura materna (10 sujeitos)

### C) Questionário de Estilo Relacional

Da amostra de 21 sujeitos, foram eliminados 3 questionários por manifestas dificuldades de compreensão da tarefa. Os resultados obtidos dizem respeito a uma amostra de 18 sujeitos.

A análise estatística foi feita em SPSS 10.0.7. Para além das estatísticas descritivas foi também utilizado o teste *t-student*, de amostras simples, de forma a comparar as médias obtidas nos 3 factores do questionário de estilo relacional com os valores de referência da população portuguesa (Moreira, 2000).

No quadro 8 encontram-se os valores médios obtidos nos 3 factores do questionário pela amostra de sem-abrigo e pela amostra de aferição.

Quadro 8: Valores médios obtidos nos 3 factores (n=18)

Factores	Valor médio da amostra sem-abrigo (n=18)	Valor médio da amostra de aferição (n= 585)
Factor 1 (Preocupação, $\alpha=.87$ )	37,38	32,5
Factor 2 (Conforto com a proximidade, $\alpha=.78$ )	40,05	45
Factor 3 (Auto-suficiência, $\alpha=.69$ )	7,78	8

O valor médio ( $M=37,38$ ) obtido na amostra sem-abrigo relativamente ao factor **Preocupação** mostrou-se significativamente maior ( $t = 2,13$ ;  $p = 0,05$ ), que o valor médio obtido na amostra de aferição portuguesa (Moreira, 2000).

Também foi encontrada diferença significativa para o valor médio do factor **Conforto com a Proximidade** ( $M=40,05$ ) obtido na amostra de sem-abrigo quando se compara com o valor médio da amostra de aferição ( $t = - 3,10$ ;  $p = 0,01$ ).

O valor médio do factor **Auto-suficiência** ( $M=7,78$ ) obtido não é significativamente diferente do valor médio da amostra de aferição para a população portuguesa (Moreira,2000).

Como assinalado por Brennan, Clark & Shaver (1998) os principais tipos de vinculação podem ser conceptualizados como regiões num espaço bidimensional, sendo as dimensões o Evitamento (Desconforto com a proximidade) e a Ansiedade (Preocupação com o abandono).

O estilo **seguro** está associado a baixa preocupação com o abandono e a elevado conforto com a proximidade. O estilo **ansioso-ambivalente** está associado a elevada preocupação com o abandono e a elevado conforto com a proximidade. O estilo **evitante** está associado a baixo conforto com a proximidade e baixa preocupação com as relações. O estilo **desorientado/desorganizado** está associado a elevada preocupação com o abandono e baixo conforto com a proximidade (evitamento)

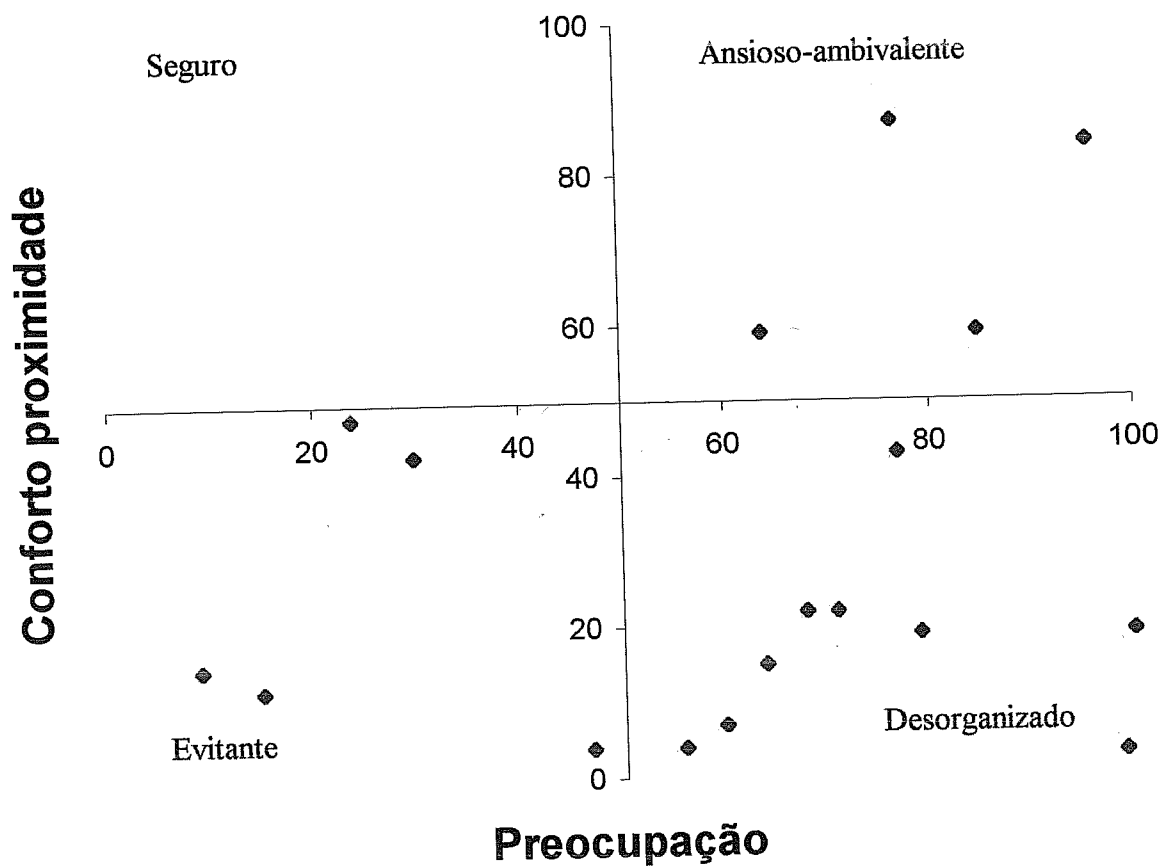
Foi efectuado o cruzamento das duas dimensões, Preocupação e Conforto com a Proximidade, utilizando os valores percentis obtidos através das normas aferidas para a população portuguesa (ver gráfico 1).

Nenhum dos sujeitos se encontrou no quadrante do estilo seguro. 4 (22,2%) sujeitos encontram-se no quadrante do estilo ansioso-ambivalente. 5 (27,7%) dos sujeitos enquadram-se no estilo evitante. 9 (50%) dos sujeitos encontram-se no quadrante desorientado/desorganizado.

No gráfico 1 pode-se visualizar a distribuição dos sujeitos pelos quatro quadrantes.

Gráfico 1: Estilos de vinculação dos sujeitos

## Estilos de vinculação



## D) Teste de Relações Objectais de Phillipson

Na análise deste teste privilegiou-se a análise das modalidades de relacionamento entre personagens, e a sua tonalidade afectiva.

As conclusões que se seguem dizem respeito a um conjunto de 273 histórias, resultado da aplicação da 13 pranchas do TRO a 21 sujeitos.

Num primeiro nível de análise procurou-se responder à questão:

- em que medida as personagens tendem para a conjunção ou disjunção entre si?

Na categoria Conjunção foram incluídas histórias em que as personagens tendiam à aproximação, à ligação ou pelo menos não se opunham ao envolvimento. Trata-se de um nível de análise bastante geral que contempla exclusivamente a possibilidade de relação e a tendência para a aproximação e união entre personagens.

Na categoria Disjunção foram incluídas histórias em que as personagens tendiam para o afastamento e para a ruptura da relação, ou então histórias em que as personagens eram descritas como estando isoladas, sem possibilidades de relação, havendo uma tonalidade afectiva que acentuava a ausência de ligações ou vínculos.

No quadro 9 encontram-se os resultados desta análise:

Quadro 9: Conjunção/Disjunção

<i>Tendência relacional</i>	<i>Percentagem</i>
<i>Conjunção</i>	32%
<i>Disjunção</i>	68%

Procurou-se também analisar o grau de identificação e de personificação dos personagens, segundo as seguintes categorias:

- aos personagens é atribuído uma identidade sexual e/ou um papel social diferenciador;

- Os personagens permanecem anónimos, sem identidade sexual e sem estatuto definido;
- Os personagens têm características não humanas, infra ou sobre-humanas;
- Os personagens são identificados directamente como uma representação de si próprio.

No quadro 10 encontram-se apresentadas as percentagens relativas à qualidade da identidade dos personagens.

Quadro 10: Identidade dos personagens

<i>Identidade dos personagens</i>	<i>Percentagem</i>
<i>Identidade anónima</i>	48%
<i>Identidade sexual/social</i>	42%
<i>Representação de si próprio</i>	6%
<i>Identidade não humana</i>	4%

De seguida procurou-se analisar qual a tonalidade afectiva dominante associada às representações das pessoas e das relações. Esta análise realizou-se a partir de uma análise dos conteúdos das histórias, que foram depois agrupadas em termos das seguintes categorias:

**Relações benignas** - As relações são descritas como sintónicas, gratificantes e os personagens vivenciam afectos positivos ou pelo menos neutros, havendo uma representação dos laços como satisfatórios (amorosos, amizade e outros).

Nesta categoria foram agrupadas todas as histórias em que os personagens coexistem e interagem de forma positiva, não se utilizando um critério exigente que diferenciasses entre personagens com uma valência afectiva decididamente positiva (felizes, contentes, optimistas) ou de carácter mais neutro ou superficial. Na realidade predominaram os afectos suaves, faltando uma certa riqueza e qualidade nas descrições.

**Relações abandonicas** - As relações são descritas como inseguras, não fiáveis, insuficientes ou ausentes, predominado angústias de abandono, sentimento de desamparo, carência, necessidade de apoio e suporte. Os outros são descritos como rejeitantes, indisponíveis, não fiáveis, dominando um profundo sentido de solidão ou abandono. Ou então são investidos de forma anaclítica, na sua função de apoio e suporte externo, denunciando sentimentos de fragilidade, falta de coesão e de autonomia num contexto de relação dependente e não recíproca (ex: uma personagem frágil e imatura recebe apoio e protecção de uma personagem poderosa)

**Relações agressivas**- As relações são descritas como conflituosas, com expressão de sentimentos agressivos e hostis: zanga, raiva, desprezo, inveja. Cenas de discussão, luta, agressão, ou expressão de medo e fuga são incluídos nesta categoria. Não obstante o antagonismo entre a personagens, elas conservam a sua integridade física e um certo equilíbrio na relação.

**Relações malignas** - As relações são descritas como malignas, destrutivas e persecutórias. Há um desequilíbrio evidente na relação entre as personagens, com histórias de agressão destrutiva e dominação unilateral (agressor predatório-vítima). Nesta categoria são incluídas cenas de agressão em que a integridade do corpo físico se encontra atingido. O elemento destrutivo pode figurar fora de uma relação, mantendo no entanto o carácter de agressão esmagadora e incontrolável (ex: incêndio, dilúvio, catástrofe destruidora).

**Relações narcísicas** - As relações são descritas sob a forma de relação consigo próprio, sem apelo à relação com o outro. O foco incide sobre um personagem, geralmente investido como uma representação do próprio. São fornecidas descrições de vivências subjectivas mas essencialmente não relacionais. Vários personagens podem ser agrupados como partes de um só personagem ou agrupados por um afecto título, que dispensa o que os personagens sejam postos em relação.

**Ausência de vínculos** - As relações entre as personagens são activamente negadas e evitadas, desfazendo-se os laços, os vínculos emocionais ou desvitalizando-se as personagens. São exemplos, o anular qualquer possibilidade de relação afirmando que são personagens que “não se conhecem” e sem ligação. Ou inibir qualquer expressão de afecto ou mesmo verbo de acção (ex: “é um homem e uma mulher, não sei o que estão a fazer”). Ou ainda manter os personagens numa qualidade quase fantasmagórica (ex: “são vultos”) sem atribuir qualquer sentido emocional à história, que permanece envolta numa atmosfera de concretude e sem-sentido. Nesta categoria foram incluídas ainda as recusas às pranchas com o pressuposto que participam da mesma dinâmica de neutralização dos afectos à custa da activação de defesas contra o reconhecimento da relação e de qualquer vínculo emocional.

No quadro 11 pode-se observar o número de respostas por categoria.

Quadro 11: n.º e percentagem de respostas por qualidade das relações

<i>Relações</i>	<i>Total respostas</i>	<i>Percentagem</i>
<i>A-Benignas</i>	29	11%
<i>B -Abandónicas</i>	91	33%
<i>C - Agressivas</i>	53	19%
<i>D - Malignas</i>	18	7%
<i>E - Narcísicas</i>	27	10%
<i>F - Ausentes</i>	55	20%

Numa primeira interpretação dos resultados é de registar o número reduzido de respostas que veiculam uma concepção positiva e confiante das relações interpessoais (relações benignas), que dão conta da interiorização de um bom objecto interno.

A categoria mais elevada, a categoria “ relações abandónicas” (33%) dá conta da existência de uma problemática de abandono e da internalização de objectos

fundamentalmente abandonados, rejeitantes ou indisponíveis. As respostas nesta categoria repartem-se entre um profundo sentido de privação e solidão, de personagens que se sentem abandonados, rejeitados ou excluídos da relação com bons objectos, e uma relação com objectos idealizados, protectores e com função de suporte, sobre os quais uma personagem frágil e desprotegida se apoia. A problemática do abandono, separação e perda, bem como a dificuldade de suportar estas angústias, é o denominador comum nesta categoria.

As categorias “relações narcísicas” e “ausência de vínculos” podem ser entendidas como defesas contra o reconhecimento do outro e, conseqüentemente, defesas contra a dor da separação e perda. Os afectos aqui aparecem inibidos ou voltados para o próprio, sem ligação a uma relação objectal.

Finalmente as categorias “relações agressivas” e “relações persecutórias” dão conta de uma representação das relações como conflituosas e agressivas ou persecutórias. Se ambas as categorias podem ser entendidas como relações com um mau objecto, a primeira parece ter uma qualidade distinta, na medida em que a expressão de sentimentos violentos ocorre dentro de uma relação apesar de tudo entendida em termos de reciprocidade entre indivíduos separados. Na segunda há claramente perda do carácter intacto das figuras e como tal reflecte um modo mais primitivo de experienciar a distância ao objecto. Aqui surge a representação de perda dos limites e da integridade física de uma das personagens, à mercê do ataque destrutivo de um mau objecto persecutório.

Procurou-se ainda analisar a variação da qualidade das respostas em função do número de personagens (1,2,3 e grupo) por prancha e em função do factor côr (séries A, B e C) das pranchas. No quadro 12 pode-se observar o cruzamento do número de repostas nas categorias de análise com o factor n.º de personagens.

Quadro 12: Qualidade das relações por número de personagens

Pranchas	Relações benignas	Relações abandonicas	Relações agressivas	Relações malignas	Relações narcísicas	Ausência vínculos
1 personagem	3	27	6	3	<b>13</b>	11
2 personagens	15	20	11	4	4	9
3 personagens	7	22	<b>19</b>	3	4	8
Grupo	4	14	14	8	3	<b>20</b>

Foi realizado o teste de qui-quadrado em SPSS 10.0.7, de forma a verificar em que medida as frequências observadas ao nível das categorias de análise diferem significativamente em função do número de personagens por prancha.

Verificou-se associação significativa entre o factor “número de personagens” e os conteúdos das respostas obtidas ( $X^2 = 45,88$ ;  $p = 0,001$ ;  $v = 15$ ). Em análise mais detalhada, foi possível encontrar diferenças significativas entre os níveis deste factor “n.º de personagens” e as categorias “relações narcísicas” ( $X^2=12.16$ ;  $p = 0,01$ ;  $v = 3$ ), “relações agressivas” ( $X^2 = 8,82$ ;  $p = 0,03$ ;  $v = 3$ ), “ausência de vínculos” ( $X^2 = 9,27$ ;  $p = 0,03$ ;  $v = 3$ ) e “relações benignas” ( $X^2 = 13,83$ ;  $p = 0,003$ ;  $v = 3$ ). Não foram encontradas diferenças significativas para este factor, nas ocorrências das categorias “relações abandonicas” e “relações malignas”. No quadro 12 encontram-se destacados a “bold” os números que representam uma diferença significativa do esperado.

O primeiro dado a assinalar é o facto das respostas que revelam uma concepção das relações como abandonicas serem maioritárias e preponderantes em todas as pranchas, independentemente do número de personagens ou côr envolvidos. Isto aponta que a problemática do abandono é central nesta amostra e que se sobrepõe às características do estímulo.

Além disso, os sujeitos mostraram-se sensíveis à situação de uma pessoa, das relações duais, triangulares ou de grupo. Assim, nas pranchas de uma pessoa, há um aumento de respostas de tipo narcísico, cuja particularidade é a exclusão de um movimento de busca de objecto, com ênfase na relação auto-suficiente consigo próprio. Nesta categoria encontramos respostas em que os personagens são vistos em isolamento, voluntariamente procurado, com fins de restauração narcísica, sem referência a

necessidades relacionais, ou então com referência a um Outro negativo, sendo por isso preferível estar só. Surgem ainda identificações de si próprio no personagem, sempre num contexto não relacional, o que testemunha de um mesmo investimento de tipo narcísico, e de alguma dificuldade em diferenciar um outro, à margem de si próprio. Em suma, estes dados parecem indicar que a situação de solidão tende a desencadear angústias de abandono ou então defesas narcísicas negando esses sentimentos.

Nas pranchas de 2 pessoas continuam a dominar as respostas de abandono, mas observa-se uma variação positiva na categoria de relações benignas. Isso pode indicar que a relação dual, num contexto de exclusividade, é vivida como mais harmoniosa e positiva. Este efeito faz-se sentir sobretudo na prancha B2, que remete para a representação de um par adulto unido por uma relação amorosa.

Nas pranchas de 3 personagens, o que ressalta é um predomínio de representações de relações de carácter agressivo e conflitual. Este efeito é maioritário nas pranchas C3, que reúne 3 personagens no interior de um mesmo continente. Convém referir que esta prancha, ao contrário da CG, não sugere qualquer indício de conflito entre os personagens, sendo a representação mais comum a de personagens a tomar chá numa sala de estar de habitação familiar. Além disso, a maioria dos sujeitos que projectaram relações agressivas nesta prancha (60%) excluíram perceptivamente o 3º personagem, evidenciando assim dificuldades em enfrentar a situação triangular.

Comparando com as relações duais, parece que a existência de um par face a um terceiro, em relações triangulares, desencadeia um maior grau de angústia, dificilmente tolerada e elaborada pelos sujeitos, dando origem a sentimentos hostis e a movimentos de negação da situação triangular.

Nas pranchas de grupo observa-se um efeito significativo no aumento de respostas de ausência de relações, que representam um ataque ao vínculo entre os personagens. É de referir que estas pranchas remetem para a capacidade de tolerar as angústias depressivas (AG), de exclusão face ao grupo (BG) e sentimentos agressivos face à autoridade. Estes dados parecem dar conta de dificuldades de aceder à posição depressiva, lidar com a separação e com a agressividade, sendo estas angústias não reconhecidas, não elaboradas e negadas de um forma radical através do ataque ao vínculo. A situação de grupo, parece assim apelar para a paralisia emocional, o congelamento dos afectos e para o não reconhecimento dos laços com um outro diferenciado.

Foi realizada análise estatística idêntica para o factor côr (séries A, B e C), conforme exposto no quadro 13.

Quadro 13: Qualidade das relações por séries de côr

<i>Pranchas</i>	<i>Relações benignas</i>	<i>Relações abandonicas</i>	<i>Relações agressivas</i>	<i>Relações malignas</i>	<i>Relações narcísicas</i>	<i>Ausência vínculos</i>
<i>Série A</i>	7	30	15	5	10	17
<i>Série B</i>	<b>17</b>	30	15	2	9	11
<i>Série C</i>	5	23	20	<b>11</b>	5	20

Foi encontrada uma associação significativa entre o factor “côr” e as categorias de respostas dadas ( $X^2 = 45,88$ ;  $p = 0,0001$ ;  $v = 2$ ). As categorias que se revelaram significativamente associadas a este factor foram “relações benignas” ( $X^2 = 9,66$ ;  $p = 0,01$ ,  $v = 2$ ) e “relações malignas” ( $X^2 = 7,54$ ;  $p = 0,02$ ;  $v = 2$ ). Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nas ocorrências das categorias “relações abandonicas”, “relações narcísicas”, “relações agressivas” e “ausência de vínculos”. No quadro 13 encontram-se destacados a “bold” o número de respostas que representam um desvio significativo.

O efeito do factor côr revelou-se nulo para a quase totalidade das categorias, fazendo-se sentir apenas nas pranchas da série B (claro-escuro) para a categoria “relações benignas” e na série C (coloridas) na categoria relações malignas. A ausência de efeito da série A, cujas pranchas são mais indefinidas e de um cinzento-enfumaçado, mobilizando ansiedades mais regressivas e de dependência, acentua o peso da problemática do abandono, já que a categoria “relações abandonicas” não parece ter beneficiado especialmente do efeito desta série, como se poderia esperar, mas permanece como a categoria com maior número de respostas, independentemente das características do estímulo.

Como foi referido anteriormente, as pranchas da série B apresentam um maior grau de definição e menor ambiguidade, possibilitando um maior controlo por parte do indivíduo. Os sujeitos desta amostra parecem ter beneficiado deste efeito, revelando um maior grau de adaptação com representações de carácter mais benigno.

Já o facto da série C estar relacionada com representações de carácter mais maligno e persecutório parece menos previsível à partida. Ao contrário das pranchas vermelhas no Rorschach, as cores nas pranchas coloridas do TRO têm um carácter menos intrusivo, mais difuso e contextualizado, fornecendo uma gama de cores susceptíveis de mobilizar afectos fortes ou cálidos consoante o indivíduo. O aumento de respostas na categoria “relações malignas” nesta série aponta para um deficiente controlo e adaptação dos afectos e impulsos dirigidos ao mundo externo e interno. Quando os sujeitos são mobilizados emocionalmente através da cor a qualidade dos vínculos objectais tende a deteriorar-se e a serem vividos de forma persecutória.

Nota: Em volume anexo, são apresentados os dados relativos a cada sujeito nos vários instrumentos, com base nos quais estes resultados foram obtidos.

## Cap.8 - DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Tendo em conta que este estudo procurou responder basicamente a duas questões, a saber, como representam os sem-abrigo a sua relação com a família e as figuras parentais, e qual a natureza e qualidade das suas relações de objecto, na discussão dos resultados essas questões vão surgir também diferenciadas.

### **Representação da família:**

A representação da família através do círculo familiar revela que os sujeitos desta amostra apresentam dificuldades em situar-se como pertencente de um sistema de relações. A maioria dos indivíduos representa-se fora de qualquer subsistema ou então situa-se dentro de um sistema indiferenciado de relações, sem delimitação de subsistemas e sem distinções de proximidade ou distância.

Surgem igualmente dificuldades ao nível da representação do par parental. A maioria dos indivíduos não tem uma representação do par parental unido (3/4 dos sujeitos), que ou não está representado, ou está representado apenas pela figura materna ou então encontra-se representado de uma forma clivada e desunida.

Os dados da entrevista de algum modo corroboram estas observações. É de assinalar que 1/3 da amostra foi criado fora da família e cerca de 1/2 admite abertamente a existência de um elevado grau de conflitualidade, com violência física, entre os pais.

Além disso, 90% desta amostra descreve pelo menos uma figura parental como não-apoiante e com uma influência claramente negativa sobre o seu desenvolvimento. 2/3 dos sujeitos admite abertamente uma história de fugas, expulsões ou saídas precoces de casa.

Como assinalado por Kammerer (2000), o acesso à capacidade de socialização adulta implica o assumir uma dívida simbólica em relação à filiação, que se reporta quer à função materna, quer paterna.

A mãe, que constitui o espaço de uma nova nidificação depois do nascimento, deve possibilitar uma simbiose adequada, um período de lua-de-mel, em que o bebé se torna a principal fonte da vida emocional da mãe. O pai, possibilita introduzir a distância, através da sua função de mediação e de terceiro da relação. Ele vai permitir à criança experimentar que fora da presença maternal não é mais o vazio ou a queda que o esperam. Existe um terceiro, diferente e legítimo, em relação ao qual ele é igualmente precioso, e por isso pode separar-se da mãe sem receio. Isto traçará a via em direcção a outros terceiros próximos.

Estes dados apontam para a existência de falhas ambientais precoces importantes, quer ao nível da função materna, quer paterna. É de registar o facto de que os sujeitos institucionalizados dirigem uma crítica ostensiva sobretudo à figura materna, enquanto que os restantes sujeitos distinguem a figura paterna, como um terceiro da relação que não oferece uma alternativa segura à relação materna.

Podemos admitir que não estamos a lidar apenas com um relato objectivo da realidade histórica dos indivíduos, mas também com a interpretação pessoal da sua história.

Neste caso, o que sobressai é que essas falhas foram vividas como uma ferida narcísica profunda mais do que uma castração simbólica com função de trampolim para a autonomia. Ou seja, predomina um sentimento doloroso de falta, de inacabamento pessoal, de não ter recebido algo que lhe era devido e necessário, mais do que uma interpretação positiva que realce as capacidades do sujeito para ultrapassar as dificuldades e seguir caminho sem apoio.

Nas entrevistas, podemos também perceber um “outro parental” positivo, valorizado pelo indivíduo. No entanto, ele tende a aparecer de uma forma menos diferenciada e de alguma maneira realça a impossibilidade do indivíduo estabelecer uma relação positiva e diferenciada com ambos os pais. Qualquer coisa como: “o meu pai era mau, a minha mãe era boa para mim” ou vice-versa, mas sem uma terceira alternativa.

## Vinculação e Relações de Objecto

Os resultados do Questionário de Estilo Relacional revelaram-se significativos em duas dimensões consideradas fundamentais nos modelos internos de vinculação: a dimensão da Preocupação e do Evitamento (neste questionário formulado inversamente em termos de “Conforto com a proximidade”).

Quando cruzadas as duas dimensões, num espaço bidimensional, como proposto por Brennan et al (1998), revelou-se que nenhum dos sujeitos se posicionou no quadrante estilo de vinculação seguro, distribuindo-se pelos estilos evitantes, ansioso-ambivalente e, maioritariamente, no estilo desorganizado, que associa uma elevada preocupação e um baixo conforto com a proximidade.

Como foi assinalado por Mikulincer & Florian (1998), os modelos de vinculação funcionam como estruturas internas a partir dos quais os indivíduos organizam a experiência e lidam com a angústia.

De facto, a teoria da vinculação foi formulada para compreender as reacções humanas a dois acontecimentos angustiantes fundamentais, a perda e a separação.

O modelo de vinculação segura pode ser entendido como um recurso interno que ajuda o indivíduo a lidar adaptativamente com as experiências adversas. O indivíduo seguro criou uma confiança básica no mundo e em si próprio, podendo desenvolver expectativas de que as experiências de sofrimento, embora penosas e exigindo esforço, podem ser geridas. As pessoas seguras são descritas na literatura sobre vinculação como mais capazes de reconhecer a angústia, iniciar acções instrumentais construtivas e de procurar os outros para apoio emocional e instrumental. Tendem a ter uma maior tolerância aos acontecimentos *stressantes*, às emoções negativas, sem se sentirem esmagadas pela angústia. Estes componentes da vinculação segura podem ser vistos como factores de resiliência à angústia resultante das adversidades da vida. (Mikulincer & Florian, 1998)

Os modelos de vinculação insegura podem ser entendidos como factores de risco que diminuem a resiliência do indivíduo em momentos de angústia. As experiências de

vinculação precoces destas pessoas tendem a ser instáveis, caracterizadas por uma deficiente regulação da angústia por parte da figura de vinculação e um sentido de ineficácia pessoal no alívio do desconforto.

As pessoas com uma elevada preocupação com o abandono, com um estilo ansioso-ambivalente, tendem a exagerar a avaliação das dificuldades como ameaçadoras, irreversíveis e incontroláveis. Em face de tais situações podem reagir com intensa angústia, que persiste para além do término da ameaça. Lidam com as situações angustiantes, de uma forma hipervigilante, ruminando mentalmente sobre pensamentos, memórias e afectos negativos, tendo dificuldades em desligar-se das experiências dolorosas internas, que acabam por alastrar para outras áreas da vida. (Mikulincer& Florian,1998)

As pessoas com elevado desconforto com a proximidade emocional, tendem a enfatizar a natureza ameaçadora e não confiável dos outros significativos, a necessidade de depender exclusivamente de si próprios e de manter a distância nas relações, sentidas como angustiantes. Estes indivíduos tendem a reduzir as expressões abertas de angústia e a erguer barreiras contra o reconhecimento das fontes de angústia, externas e internas. Embora ergam uma carapaça contra as emoções negativas, esta parece ser acompanhada por uma ansiedade subjacente, fonte de insegurança e de dor. (Mikulincer& Florian,1998)

Fazendo uma revisão da literatura, estes autores concluem que as pessoas evitantes e ansiosas-ambivalentes tendem a ser mais ansiosas e hostis que as pessoas seguras e a ter visões mais negativas e desconfiadas do mundo social. As pessoas ansiosas-ambivalentes tendem a ter modelos do próprio mais negativas e mostram sinais de angústia relacionados com o desacordo e conflito com as figuras de vinculação. As pessoas evitantes tendem a não recorrer aos parceiros como fonte de tranquilização e a mostrar sinais de angústia em situações que diminuem a distância psicológica com as figuras de vinculação. Em comparação com o modelo seguro, ambos os tipos de vinculação insegura encontram-se associados a mais solidão, sintomas físicos, afectos negativos, consumo de álcool, perturbações do comportamento alimentar, e a sentimentos de vergonha, raiva, receio de avaliação negativa e narcisismo patológico. (Mikulincer& Florian,1998)

Tendo em conta isto, convém sublinhar que a metade da nossa amostra revelou um modelo misto tanto evitativo como ambivalente, o que acentua a ausência de recursos internos e a existência de um modelo negativo dos outros e do próprio. É como se estes

sujeitos fossem prisioneiros de um conflito irresolúvel: sem confiança nas suas capacidades para manter a independência em relação ao objecto e sem confiança no objecto necessitado. Ou seja, tanto aproximar-se como afastar-se do objecto são fonte de angústia.

Talvez isto contribua para compreender porque é que não foram encontradas diferenças significativas para o factor C (Auto-suficiência), que pode ser entendido como uma ênfase na independência em relação ao objecto. Os dados indicam que estes sujeitos não se sentem com recursos suficientes para prescindir do objecto. Pelo contrário parecem dominados pela consciência dolorosa da sua dependência e necessidade de objectos ao mesmo tempo que manifestam expectativas negativas em relação a eles, como indisponíveis, rejeitantes ou ameaçadores.

Ao acentuar os modelos de vinculação como estruturas internas está-se a aproximar este conceito do de objecto interno. Já Winnicott (1956) tinha chamado a atenção que a ênfase dada por Bowlby à privação, quando a criança é separada ou perde a mãe, podia ser entendida em termos da perda gradual da esperança por definhamento do bom objecto interno.

Os resultados do Teste de Relações Objectais permitem perscrutar um pouco mais sobre a natureza e qualidade destes objectos internos.

É de assinalar o facto de que numa análise espontânea e intuitiva das histórias, predomine a tendência para a disjunção, separação ou afastamento entre os personagens. Isto é sugestivo do predomínio dos processos de desligamento por oposição aos processos de ligação e construção de unidades relacionais maiores, de um ponto de vista psíquico.

Além disso, o facto de às personagens ser atribuída predominantemente uma identidade anónima, em que é evitada a atribuição de sexo ou de papel social, pode ser entendida em termos de dificuldades em evocar representações de relações com um outro bem diferenciado, porventura demasiado angustiantes, bem como pode denunciar dificuldades de integração ao nível da identidade.

Em termos da qualidade das respostas, ressalta o predomínio de representações de relações em que prevalece a angústia de abandono: situações de solidão vividas com angústia excessiva, com sentimentos de falta, privação, carência; situações relacionais

em que predominam sentimentos de rejeição, exclusão, abandono; ou então situações centradas na dependência anaclítica do outro.

Estes indivíduos parecem assim dominados por uma problemática de angústia de perda de objecto, insuficientemente introjectado, que se joga num plano de relações sobretudo diádicas, oscilando entre a solidão, vivida como abandono traumático, e a procura de uma relação protectora e dependente.

Esta afirmação é corroborada pela análise realizada em função da situação de 1,2,3 ou grupo de personagens.

A situação triangular é dificilmente abordada, ao contrário da situação diádica, exclusiva, e por isso mais harmoniosa. As relações triangulares desencadeiam mais sentimentos hostis e distorções perceptivas de exclusão do terceiro da relação.

Esta dificuldade em negociar uma relação triangular com os objectos, aponta para uma estrutura pré-edípica da personalidade, em que o conflito básico não é ainda entre o desejo e a proibição, como nas estruturas neuróticas, mas um conflito anterior, entre a distância e a aproximação ao objecto, ou entre o receio da intrusão ou o receio da perda definitiva, para que também apontam os dados do QER.

Compreende-se assim deste modo as respostas às pranchas de 1 personagem e de grupo. Em ambas parece surgir a necessidade de negar defensivamente o reconhecimento do objecto: na situação de solidão investindo na busca de uma completude narcísica sem o outro; na situação de grupo procurando negar os vínculos objectais e desse modo a angústia evocada pelas relações.

Por outro lado, estes sujeitos quando mobilizados no plano emocional e pulsional, nomeadamente através das pranchas coloridas, parecem ser invadidos por uma violência destrutiva, não ligada, que acarreta uma marcada queda na qualidade das relações objectais, com ansiedades predominantemente persecutórias e um maior sentido de vulnerabilidade e perda dos limites.

Ou seja, estes indivíduos parecem oscilar entre a glaciação e o evitamento dos encontros relacionais e a irrupção de emoções incontroláveis, quando sacudidos pelas relações.

## Síntese e discussão

Em síntese, os sujeitos sem-abrigo desta amostra parecem caracterizar-se por um frágil sentido de pertença familiar, por uma imagem negativa do par parental, uma representação negativa das relações de proximidade, prevalecendo angústias de abandono e de perda de objecto, revelando ainda dificuldades em aceder ao nível das relações triangulares.

A hipótese da desafiliação dos sem-abrigo, que aponta para um empobrecimento dos laços com os vários sistemas sociais, parece deste modo encontrar apoio ao nível das representações e modelos internos das relações de objecto.

Os dados desta amostra apontam para a existência de dificuldades ao nível da confiança na possibilidade de encontrarem boas relações de objecto.

No entanto, ao contrário do que a definição pela negativa do conceito de “desafiliação” poderia induzir, os dados não parecem sugerir uma atitude de total desistência em relação aos objectos, sob o signo da auto-suficiência.

Como os dados do QER indicam, os sujeitos desta amostra não se distinguem por uma atitude auto-suficiente, nem revelam apenas uma atitude evitante em relação aos outros, mas também uma elevada preocupação com as relações, nomeadamente, em termos de expectativas antecipatórias de rejeição.

Os dados do TRO vão no mesmo sentido; predominam as angústias de abandono, que de alguma maneira veiculam um elemento de apelo e busca de objecto, ainda que combinado com desconfiança e censura em relação ao objecto, sentido como ausente ou rejeitante.

Se não estão totalmente fechados à relação, isso não significa que possam fazer uso facilmente das boas relações que se lhe oferecem.

Como assinalado por Fraley & Waller (1998), os modelos dinâmicos internos funcionam de forma semelhante aos sistemas recursivos dinâmicos. Um sistema é recursivo quando o output do sistema é também variável de input do sistema.

Por exemplo, os modelos de vinculação são teoricamente moldados pela qualidade de resposta das figuras de vinculação, mas mais tarde vão moldar por sua vez o ambiente. Assim, a presença de uma figura de vinculação rejeitante pode conduzir uma criança a desenvolver expectativas que os outros não são disponíveis. Esta expectativa leva a evitar os outros em momentos de aflição, o que reforça as expectativas negativas dos outros.

Este estudo procurou precisamente pôr em evidência os recursos internos com que os sujeitos desta amostra vão enfrentar e metabolizar as várias experiências de vida, boas e más.

O que parece predominar é a ausência de interiorização de uma relação afectiva segura, o que faz necessariamente com que a segurança permaneça absolutamente exterior, e portanto, constantemente ameaçada.

Assim, estes indivíduos poderão sofrer não só um défice de apoios externos mas também de um défice de apoios internos, que é afinal o problema central da posição depressiva descrita por Melanie Klein: como conservar a relação com o bom objecto interno?

O bom objecto interno refere-se à fantasia de existir dentro da personalidade uma figura boa, apoiante, que alimenta e suporta o indivíduo do interior. É a partir do diálogo contínuo com este objecto que o encorajamento e a auto-estima se constróem formando os sentimentos de confiança e de segurança psicológica (Hinshelwood, 1991).

Como diz Winnicott (1954) “no indivíduo cuja posição depressiva está bem estabelecida ocorre a introjecção... de memórias de boas experiências e de objectos amados, e estas permitem que o sujeito prossiga o seu caminho mesmo sem um apoio ambiental”.

Quando o indivíduo experimentou situações de desamparo excessivas, que põem em causa a consolidação deste processo, é difícil crer não só na bondade dos outros como no próprio potencial reparador, de fazer o bem aqueles por quem queremos ser amados. Isto poderá conduzir à busca incessante de um novo ambiente que cuide mas ao mesmo tempo a uma dificuldade em beneficiar-se dele, quando encalhado numa atitude reivindicativa compulsiva em relação aos objectos. Para Winnicott é esta a natureza do problema das tendências antisociais (onde incluía a vagabundagem), que surgem como reacção à perda e privação, numa altura em que a personalidade do sujeito já começou a integrar-se, tendo sido alcançada a capacidade de perceber que a causa do desamparo foi devida a uma falha do ambiente (Winnicott, 1956)

Para este autor, é o facto de terem atingido um certo grau de maturação como unidade distinta do outros que impede um desenvolvimento para a psicose, mas em todo o caso estes indivíduos permanecem no interior de uma psicologia de relações diádicas, não se encontrando preparados para lidar com as complexidades de uma psicologia de relações triangulares.

Os dados deste estudo, nomeadamente o TRO, apontam precisamente para a existência de dificuldades ao nível das relações triangulares, cujo paradigma são as relações mãe, pai e filho, relacionando-se esta estrutura interna com todas as relações emocionais triangulares da vida do indivíduo.

Assim, este estudo aponta para estruturas de personalidade essencialmente pré-neuróticas, cujo espectro inclui as organizações limites ou psicóticas de personalidade, embora neste estudo prevaleçam as primeiras.

Um outro aspecto a realçar deste estudo é a escassez de recursos internos para lidar com situações traumáticas ou *stressantes*. A noção de trauma ou de *stress* enfatiza a interação entre situações demasiado exigentes ou ameaçadoras e os recursos psicológicos do indivíduo.

Este estudo sugere que estes indivíduos possuem poucos recursos psicológicos e nessa medida complementa alguns estudos que sugerem que os sem-abrigo tendem a sofrer uma quantidade extraordinariamente alta de acontecimentos de vida *stressantes*, uma média de 9 no estudo de Muñoz et al (1999), e uma média de 8 antes de se tornarem sem-abrigo. Exemplos de tais acontecimentos incluem institucionalizações (orfanato, hospitalizações psiquiátricas, prisões, corpos especiais no exército), factores pessoais (doenças graves, vítima de roubos, assaltos, abuso de álcool, drogas, doença mental), afectivos (doença grave, ou perda de parceiro, pai ou filho, emprego longe de casa, separação marital) e económicos (despedimento, desemprego de longa duração, perda de bens valiosos).

Em suma, os sem-abrigo parecem sofrer ao longo da vida uma série de perdas e acontecimentos perturbadores, contando com poucos recursos internos para fazer face de forma adaptativa a essas dificuldades.

O reconhecimento deste aspecto tem implicações práticas no trabalho com esta população. Será importante representar-se a situação intra-psíquica destas pessoas, confrontadas com intensas angústias de abandono e com a fractura dos seus laços mais significativos. É preciso ainda aceitar que estas pessoas encontram-se muitas vezes impelidas a repetir o traumatismo da perda dos laços, e que arriscam uma grande dor psíquica ao abrirem-se a uma nova relação que traz a promessa de ser melhor. Mas também é importante ter presente que pode estar subjacente a esperança e que estas pessoas procuram frequentemente inconscientemente que alguém os interpele e se ocupe deles.

Assim, elas não carecem apenas de muitas coisas materiais, mas sobretudo necessitam de um ambiente que reúna as características de um “ambiente suficientemente bom” para retomar a expressão de Winnicott: um ambiente que seja capaz de se adaptar de forma afectuosa e técnica às necessidades do indivíduo, gerando sentimentos de segurança, de estabilidade, respeito, privacidade, intimidade, bem como de sobreviver às agressões e fracassos repetitivos do indivíduo. Em contraposição a um ambiente despersonalizado, estigmatizante, impermanente e retaliador.

Acompanhando ainda Winnicott (1956) convém que se diga que quando se lida com pessoas vítimas de múltiplas privações e falhas no ambiente no apoio às necessidades psicológicas, o tratamento reside na oferta de um ambiente que cuide e que possa ser redescoberto e testado pelo indivíduo.

Por ambiente entende-se um conjunto de respostas e um dispositivo relacional plurifocal, que vai para além da relação dual técnico-indivíduo. É importante a presença de terceiros, de diferentes pessoas com que se possa estabelecer relações de objecto bem diferenciadas, o que evitará a angústia da dependência, pois cada uma delas convidará o sujeito a voltar-se para um terceiro, libertando o indivíduo de se defrontar com a imaginada onipotência de um só (Kammerer, 2000).

Resta agora reafirmar o carácter exploratório deste estudo e como tal inconclusivo. Mais do que procurar confirmar hipóteses específicas, procurou abordar uma área relativamente vasta e complexa, que se prende com a forma como estas pessoas interiorizaram e representam as figuras parentais, e com a forma como representam e antecipam as suas relações de objecto.

O estudo teve como base uma amostra relativamente pequena e essa é uma das suas limitações. A abrangência das variáveis que procurou pôr em evidência será outro.

Contudo, uma das conclusões deste estudo é de que vale a pena investigar em maior profundidade alguns dos aspectos aqui focados, reconhecendo-se que cada um deles merece um estudo isolado e aprofundado por si só:

- a representação da família
- a representação das figuras parentais
- o processo de desenvolvimento psicológico
- os modelos internos de vinculação
- a qualidade das relações de objecto.

## CONCLUSÃO

Este trabalho permitiu por em evidência as dificuldades dos sem-abrigo ao nível do sentido de pertença familiar (predominando um padrão de desligamento ou de indiferenciação familiar), da interiorização das funções parentais (ausência de representação de um par parental unido e apoiante), dos modelos de vinculação (ausência de uma vinculação segura) e das relações de objecto (dominadas por fantasmas de abandono e perda de objecto, com dificuldade de aceder ao nível triangular das relações).

Estes dados, obtidos a partir de instrumentos independentes, convergem consistentemente no sentido de uma grande fragilidade na constituição de bons objectos internos, garantes dos sentimentos de confiança básica e segurança nas relações.

Ora, a capacidade de simbolicamente recriar um Outro suficientemente bom dentro de si, funda a possibilidade do indivíduo, não obstante encontrar-se só e separado, sentir que pode juntar-se e encontrar-se com os outros.

Nesse sentido, podemos tomar a vinculação segura como um “abrigo” interno, pois possibilita que o indivíduo atravesse as dificuldades da vida com o sentimento que pode encontrar abrigo junto de alguém caso necessite.

Este trabalho revela que os sem-abrigo dificilmente imaginam que têm espaço junto do outros, e que os outros, enquanto objectos predominantemente bons, dificilmente têm um lugar consolidado dentro deles.

Por isso, o que este estudo vem demonstrar é que a condição sem-abrigo não é apenas uma condição de desabrigo material, económico e social mas também afectivo, resultante de uma vinculação frágil e carência de boas relações de objecto.

Ora, é a boa qualidade da representação dos vínculos objectais que providencia a estrutura psíquica, afectiva e relacional a partir da qual se desenvolvem os sentimentos de identidade, de pertença e de inclusão.

A ausência dessa estrutura traduz um estado de carência e de privação com origens muito provavelmente precoces, embora reforçado pelas experiências posteriores, podendo-se concluir que estes indivíduos antes de se tornarem sem-abrigo, já o eram interiormente.

O trabalho com esta população é por isso um desafio enorme. Não se trata apenas de oferecer meios de reparação de uma situação de privação externa. Aqui é preciso

reconhecer humildemente que as coisas que temos para oferecer, embora boas e necessárias, arriscam-se a serem sentidas como insignificantes face às carências que eles sentem. Trata-se também de oferecer os meios para a reparação de fantasmas de abandono e desvalia, através de uma estrutura de cuidados consistente e fiável que, sem assumir o papel de uma figura paternal onipotente e poderosa, possibilite ao sujeito descobrir que ocupa um lugar real junto de outros, readquirindo confiança nas suas capacidades e na segurança das relações.

## BIBLIOGRAFIA

- Arce, A.A.; Vergare, M.J. (1984) **Identifying and characterizing the mentally ill among the homeless.** *in* The homeless mentally ill - A task force report of the American Psychiatric Association, A.P.A.
- Augé, Marc (1994). **Não lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade.** Bertrand Editora. Lisboa
- Bachrach, Leona L. (1986) **The homeless mentally ill in the General Hospital: a question of fit.** *General Hospital Psychiatry* 8, 340-349.
- Bachrach, Leona L.(2000) **Ensinamentos da experiência americana na prestação de serviços de base comunitária.** *In Cuidados na Comunidade- Ilusão ou realidade?* Coordenação de Julian Leff. Climepsi Editores. Lisboa
- Bahr, Howard M. (1973) **Skid row: An introduction to disaffiliation.** Oxford University Press. New York.
- Barham, Peter (1997). **Closing the asylum- The mental patient in modern society.** Penguin Books.
- Bartholomew, Kim & Horowitz, Leonard M. (1991). **Attachment Styles Among Young Adults: A Test of a Four-Category Model.** *Journal of Personality and Social Psychology.* Vol. 61. Nº 2, 226-244.
- Bartholomew, Kim & Griffin, Dale W. (1994). **The metaphysics of measurement: the case of adult attachment.** *Advances in Personal Relationships*, volume 5, pages 17-52. Jessica Kingsley Publishers. London and Bristol, Pennsylvania.
- Bassuc, E.L; Buckner, J.C; Perloff, J.; Bassuc, S.S. (1998). **Prevalence of mental health and substance use disorders among homeless and low-income housed mothers.** *American J.Psychiatry* 155: 11, Nov.
- Bastos, Susana Pereira (1997). **O Estado Novo e os Seus Vadios.** Publicações D. Quixote.
- Bento, António; Marmeleiro, Cecília (1989) **Doentes Mentais Sem Casa ("Homeless") em Lisboa.** *Revista de Psiquiatria. Hospital Júlio de Matos.* Vol.II, nº1 Jan/Mar.
- Bento, A; Barreto, E; Pires, T. (1996) **Os sem-abrigo nas ruas de Lisboa.** S.C.M.L. (Projecto Renascer).

- Bento, A; Barreto, E; Pimentel, C; Pires, T. (1999) **Trabalho de rua com 511 sem-abrigo**. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Centro de Apoio Social de S. Bento.
- Bento, António. **Do açoitar às psicoterapias de rua**. (1999) Revista Portuguesa de Psiquiatria. Hospital Júlio de Matos. Vol. XII, nº 1, Jan/Abril.
- Bento, António (2000). **O doente esquizofrénico que vive na rua – tratamento impossível?** Rev.Psicologia, vol.XIV (1),2000, pg.83-90.
- Bento, António (2000a). **As patologias dos sem-abrigo e os psiquiatras – Tratamento impossível, para uma profissão impossível?**. Revista Psiquiatria na Prática Médica. Vol. 13, Nº 4; Julho/Agosto.
- Bion, W.R. (1991). **Elementos em Psicanálise**. Editora Imago. Rio de Janeiro. (original de 1963)
- Bowlby, John (1990). **Apego**. Editora Martins Fontes. São Paulo. (Tradução de *Attachment and loss: Vol.2. Attachment*. London: Hogarth Press.1969)
- Bowlby, John (1993). **Separação- Angústia e raiva**. Editora Martins Fontes. São Paulo. (Tradução de *Attachment and loss: separation, anxiety and anger*. London:Hogarth Press.1973)
- Bowlby, John (1993) **Perda- Tristeza e depressão**. Editora Martins Fontes. São Paulo. (Tradução de *Attachment and loss:Vol.3.Loss, sadness and depression*. London:Hogarth Press. 1980)
- Bowlby, John (1989). **Uma base segura- aplicação clínicas da teoria do apego**. Editora Artes Médicas. Porto Alegre. (tradução de *A secure base: Clinical applications of attachment theory*.1980)
- Borges, Genoveva Calvão (1995). **Estudo de caracterização da população sem-abrigo (utilizadores dos serviços da S.C.M.L. entre Setembro de 1993 e Outubro de 1994)**. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Projecto Renascer.
- Brennan, K.A.; Clark, C.L. & Shaver, P.R. (1998). **Self-report measurement of adult romantic attachment: an integrative overview**. In J.A. Simpson & W.S. Rholes (Eds.) *Attachment theory and close relationships* (pp-46-76). New York: Guilford.
- Bresson, Maryse (1997). **Les SDF et le nouveau contrat social**. Editora Harmattan. Paris.
- Bruto da Costa, Alfredo (1998), **Exclusões Sociais**, Col. Fundação Mário Soares, Gradiva, Lisboa.
- Burguière, André; Klapisch-Zuber, Christiane; Segalen, Martine; Zonabend, Françoise (1996). **História da Família**. Editora Terramar.

- Byng-Hall, J. (1991) **An appreciation of John Bowlby: his significance for family therapy.** *Journal of Family Therapy.* 13: 5-16
- Castel, R. (1992) **La inserción y los nuevos retos de las intervenciones sociales.** *in* Marginación e inserción. Textos Universitários. Ediciones Endymion.
- **CÓDIGO PENAL** (1995). Coimbra Editora.
- Cyrulnik, Boris (1995) **Sob o Signo do Afecto,** Epigénese e Desenvolvimento, Instituto Piaget. Lisboa.
- Cyrulnik, Boris (2000). **Les nourritures affectives.** Éditions Odile Jacob. Paris
- Cyrulnik, Boris (2001). **Les vilains petits canards.** Éditions Odile Jacob. Paris
- Damon, Julien (1998). **Vagabondage et mendicité.** Flammarion.
- Desjarlais, Robert (1994). **Struggling Along : The Possibilities for Experience among the Homeless Mentally Ill.** *American Anthropologist* 96 (4): 886-901.
- Dixon, Lisa (1999). **Dual diagnosis of substance abuse in schizophrenia : prevalence and impact on outcomes.** *Schizophrenia Research* 35 (1999), S93-S100.
- Dupuis, Ann; Thorns, David C. (1998). **Home, home ownership and the search for ontological security.** The Editorial Board of *The Sociological Review.* Blackwell Publishers.
- Fairbairn, Ronald (1941). **Uma revisão psicopatológica das psicoses e psiconeuroses.** *In Estudos psicanalíticos da personalidade.* Editorial Veja.
- Fairbairn, Ronald. **Estudos psicanalíticos da personalidade.** Editorial Veja.
- Fatela, João (1989). **O Sangue e a Rua- elementos para uma antropologia da violência em Portugal (1926-1946).** Publicações Dom Quixote. Lisboa.
- Fatela, João (2000). **“Para se lhes dar destino...”** *in Exclusão na História.* Actas do Colóquio Internacional obre Exclusão Social. Celta Editora. Oeiras.
- Feeney, J. Noller, P. **Adult Attachment.** SAGE Publications. 1996
- Figueira, A; Santos, A.T; Frias, M.J; Martins, P. (1995) **Caracterização dos Sem-Abrigo de Lisboa.** Câmara Municipal de Lisboa. Departamento de Acção Social de Lisboa.
- First, Richard J.; Toomey, Beverly G. (1989) **Homeless Men and the Work Ethic.** *Social Service Review.* Vol. 63; March. The University of Chicago Press.
- Foucault, Michel (1998) **Vigiar e punir.** Editora Vozes
- Foucault, Michel (2000). **História da Loucura.** Editora Perspectiva. Brasil. 6ª edição. (Original das Éditions Gallimard, 1972.)

- Fraley, R.C., & Waller, N.G.(1998). **Adult attachment patterns: A test of the typological model.** In J.A. Simpson & W.S. Rholes (Eds.) Attachment theory and close relationships (pp-46-76). New York: Guilford. J.A. Simpson & W.S. Rholes (Eds.) Attachment theory and close relationships (pp. 77-114). New York: Guilford.
- Garnier- Muller, Annie (2000). **Les Inutiles- survivre en banlieue et dans la rue.** Les Editions de L'Atelier.
- Gelberg, L; Lawrence, S.L; Leake, B.D. (1988) **Mental health, alcohol and drug use, and criminal history among homeless adults.** Am.J. Psychiatry 145:2, Feb.
- Geremek, Bronislaw (1995), **A Piedade e a Forca- História da Miséria e da Caridade na Europa.** Terramar
- Gibello, Bernard (2000). **Errance, exclusion, appartenance.** In Errance, exclusion. Champ Psychosomatique. Éditions L'Esprit du Temps. France.
- Goldstein, S.J. **Urban Poverty and Unavailable Family Members.** Journal of Strategic and Systemic Therapies. Vol 9 #3, Fall 1990.
- Goodman, Lisa; Saxe, Leonard; Harvey, Mary (1991). **Homelessness as Psychological Trauma.** American Psychologist, vol. 46, November, pp.1219-1225.
- La Gory, M; Ritchey, F; Fitzpatrick, K. (1991) **Homeless and affiliation.** The Sociological Quaterly, Vol. 32, nº2.
- Green, André (1988) **A loucura pessoal.** Imago Editora.
- Greenberg, J.R., and Mitchell, S.A. (1983) **Object Relations in Psychoanalytic Theory.** Cambridge, M.A: Harvard University Press.
- Grinberg, Léon; Grinberg, Rebeca (1998). **Identidade e Mudança.** Climepsi Editores. Lisboa.
- Gros, Frédéric (1997). **Foucault et la Folie.** Presses Universitaires de France.
- Grossarth-Maticek, R; Eysenck, H.J.; Boyle, G.J. (1995) **Method of test administration as a factor in test validity: the use of a personality questionnaire in the prediction of cancer and coronary heart disease.** Behaviour Research and Therapy. Vol. 33, pg.705-710.
- Grupo de Ecologia Social (2000). **Análise longitudinal dos sem-abrigo em Lisboa: a situação em 2000.** Relatório 225/00- GES. Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Estudo realizado para o Departamento de Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa.
- Guntrip, Harry(1992) **Schizoid Phenomena, Object Relations and the self.** London. Karnac Books.

- Halldin, Jan ; Stenberg, Leif ; Sundgren, Magnus ; Ahs, Stig (1999) ; **Social medicine and societal client and patient- oriented activity aimed at excluded groups- principally homeless- a model for clinical intervention and research.** Karolinska Institutet rapport 1999:21. Karolinska Institutet. Department of Public Health Sciences. Division of Social Medicine. Stockholm.Sweden. Tradução de Dulcinia da Costa.
- Hinshelwood, R.D. (1991) **A dictionary of Kleinian thought.** Free Associations Books/London.
- Howe, D. (1997). **La teoria del vínculo afectivo para la práctica del trabajo social.** Paidós- Trabajo Social 3.
- Jencks, Christopher (1995). **The Homeless.** Harvard University Press.
- Kammerer, Pierre (2000). **Adolescents dans la violence.** Éditions Gallimard.
- Katz, Steven E.; Nardacci, David; Sabatini, Albert; (1993). **Intensive Treatment of the Homeless Mentally Ill.** American Psychiatric Press. Washington D.C. Joseph D.Bloom- Series Editor.
- Kelly, F.D. (1997)- **The Assessment of Object Relations Phenomena in Adolescents-** TAT and Rorschach Measures. Lawrence Erlbaum associates, Publishers.
- Klein, Melanie (1946). **Notas sobre alguns mecanismos esquizóides.** In Inveja e Gratidão e outros trabalhos. Imago Editora.1985.
- Klein, Melanie (1997). **A psicanálise de crianças.** Imago Editora. Rio de Janeiro.
- Jones, Kathleen (1988) **Experience in Mental Health- Community Care and Social Policy.** Sage Publications. London. Newbury Park. New Delhi.
- Lamb, Richard (1984) **Deinstitutionalization and the Homeless Mentally Ill.** In The Homeless Mentally Ill. A Task Force Report of the American Psychiatric Association. Edited by H. Richard Lamb, M.D. The American Psychiatric Association. EUA.
- Leff, Julian (2000)- **A outra face dos programas de reinstalação.** In Cuidados na comunidade- visão ou realidade?. Coordenação de Julian Leff. Climepsi Editores. Lisboa.
- Lerner, P. (1991). **Psychoanalytic Theory and the Rorschach.** Hillsdale, New York& London. The Analytic Press
- Lovell, Anne (1997) **“The City Is My Mother”- Narratives of Schizophrenia and Homeless.** American Anthropologist 99(2): 355-368.
- Lovell, Anne (2001). **Les fictions de soi-même ou les délires identificatoires dans la rue.** In La Maladie mentale en mutation - Psychiatrie et société. Sous la direction de Alain Ehrenberg & Anne M. Lovell. Éditions Odile Jacob.

- Main, T.(1998) **How to think about homeless: balancing structural and individual causes.** Journal of Distress and the Homeless, Vol. 7, nº1.
- Mikulincer, M.,& Florian,V. (1998). **The relationship between adult attachment styles and emotional and cognitive reactions to stressful events.** In J.A. Simpson & W.S. Rholes (Eds.) Attachment theory and close relationships (pp 143-165). New York: Guilford.
- Minuchin, S. (1967) **Families of the Slums: An exploration of Their Structure and Treatment.** New York, Basic Books.
- Minuchin, S. (1982) **Famílias: funcionamento e tratamento.** Porto Alegre, Artes Médicas.
- Monod, Jean-Claude (1997) **Foucault- la police des conduites.** Éditions Michalon.
- Moreira, João Manuel (2000). Manual do Questionário de Estilo Relacional (QER). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.Universidade de Lisboa. (Policopiado)
- Moreno, H.B. (1985) **Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV.** Editorial Presença.
- Muñoz, Manuel & Vazquez, Carmelo (1998). **Las personas sin hogar: aspectos psicosociales de la situación española.** Intervención Psicosocial, Vol. 7, Nº 1. pp. 7-26.
- Muñoz, Manuel; Vaquez, Carmelo; Bermejo, Marta; Vazquez, José Juan (1999). **Stressful life events among homeless people: quantity, types, timing, and perceived causality.** Journal of Community Psychology, Vol. 27, Nº 1, 73-87.
- Ocampo, M.L.S; Arzeno, M.E.G; Piccolo, E.G. (1995) **O processo psicodiagnóstico e as técnicas projectivas.** Martins Fontes.
- Paugam, Serge (1996). **L'exclusion-l'état des savoirs.** Éditions La Découverte. Paris.
- Perron, Roger ; Perron-Borelli, Michèle (1994). **Le Complexe D'Édipe.** Presses Universitaires de France. Paris.
- Phillipson, Herbert (1981) **Test de relaciones objetales.** Ediciones Paidós.
- Piliavin, I; Sosin, M; Westerfelt, A; Matsueda, R. **The duration of homeless careers: an exploratory study.** Social Service Review, December 1993.
- Pimenta, Manuel (1992) **Os Sem-Abrigo da Cidade de Lisboa,** Cáritas Portuguesa.
- Pinto, Maria de Fátima (1999). **Os Indigentes- entre a assistência e a repressão. A outra Lisboa no 1º terço do Século.** Livros Horizonte.
- Pittman III, F.S. (1995) **Momentos decisivos - Tratamiento de familias em situaciones de crisis.** Ediciones Paidós, Barcelona.

- Prata, Pina (1990). **Terapias Sistêmicas e Metodologias Psicoterapêuticas e Organizacionais**. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (policopiado).
- Quinodoz, Jean-Michel (1993). **A solidão domesticada – a angústia de separação em psicanálise**. Editora Artes Médicas. Porto Alegre.
- Rank, Otto (1991). **El Mito del nacimiento del héroe**. Ediciones Paidós. Barcelona.
- Relvas, Eunice M. M. (1997). **Mendigos e Vadios em Lisboa- Assistência e Repressão (1835-1910)**. Dissertação de Mestrado em História Social e Contemporânea, ISCTE (policopiada).
- Ricoeur, Paul (1965) - *De l'interprétation - essai sur freud*. Éditions du seuil. Paris.
- Rossi, P.H. **The old homeless and the new homeless in historical perspective**. American Psychologist, Vol. 45, August 1990, pp. 954-959.
- Segal, Hanna (1986). **The work of Hanna Segal- a Kleinian approach to clinical practice**. Free Association Books. London
- Shaver, P.R; Clark, C.L. **The psychodynamics of adult romantic attachment**. *in Empirical Perspectives on Object Relations Theory*, Edited by Joseph M. Masling and Robert F. Bornstein. American Psychological Association. 1994
- Shentoub, Vica.(1999) **Manual de utilização do TAT**. Climepsi Editores.
- Shinn, M.(1992) **Homelessness: What is a psychologist to do?** American Journal of Community Psychology, Vol. 20, nº 1,
- Snow, D; Anderson, L. (!998) **Desafortunados- Um estudo sobre o povo de rua**. Editora Vozes.
- Soares, Isabel (1996). **Representação da vinculação na idade adulta e na adolescência**. Universidade do Minho. Instituto de Educação e Psicologia.
- Soeiro, L. N. (1959) **A Vagabundagem e Mendicidade - Problema Bio-Psico-Social - Investigação no Albergue da Mitra (1947-48)**. Anais Portugueses de Psiquiatria, Ano XI, Dez.
- Susser, E; Struening, E.L; Conover, S. **Childhood Experiences of Homeless Men**. Am. J. Psychiatry 144:12, December 1987
- Susser, E; Struening, E.L; Conover, S. **Psychiatric problems in homeless men**. Arch Gen Psychiatry. Vol. 46, Sept.1989
- Timms, P.; Balázs, J. **Saúde mental nos marginalizados**. Revista de Psiquiatria. Hospital Júlio de Matos.1998

- Thrower, S.M.; Bruce, W.E.; Walton, R.F. (1982) **The Family Circle Method for Integrating Family Systems Concepts in Family Medicine.** The Journal of Family Practice, Vol.15, 3, 451-457.
- Turato, Egberto Ribeiro (2000). **Introdução á Metodologia da Pesquisa Clínico- Qualitativa – Definição e Principais Características.** Revista Portuguesa de Psicossomática. Vol.2. Nº1.. Jan/Jun 2000. Pp. 93-108.
- Vega, L.S. Palomo, T. (1996) **Aspectos psicológicos e psiquiátricos de la vida en la calle.** Rev. Asoc. Esp. Neuropsiq. Vol. XVI, Nº 57, pp. 7-20.
- Xiberras, M.(1996) **As Teorias da Exclusão - Para uma construção do imaginário do desvio.** Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget, Lisboa.
- Wallace, S.E. **Skid row as way of life.** Totowa, NJ: The Bedminster Press, 1965.
- Winnicott, D.W. (1954). **A Posição Depressiva no Desenvolvimento Emocional Normal.** In D.W. Winnicott. Da Pediatria à Psicanálise- Obra Escolhidas. Editora Imago. Rio de Janeiro. 2000.
- Winnicott, D.W. (1956) **A Tendência Anti-Social.** In D.W. Winnicott. Da Pediatria à Psicanálise- Obra Escolhidas. Editora Imago. Rio de Janeiro. 2000.
- Zimmerman, David E. (1999) **Fundamentos Psicanalíticos- Teoria, técnica e clínica.** Editora Artes Médicas. Porto Alegre.